

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

BEATRIZ VIEIRA RAUBER

A relação entre investimento econômico e investimento em segurança da China nos  
países da Ásia Central

São Paulo

2023

BEATRIZ VIEIRA RAUBER

A relação entre investimento econômico e investimento em segurança da China nos países da Ásia Central

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.  
Orientador: Prof. Héctor Luis Saint Pierre

São Paulo

2023

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca  
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

R239 Rauber, Beatriz Vieira.  
A relação entre investimento econômico e investimento em  
segurança da China nos países da Ásia Central / Beatriz Vieira  
Rauber. – São Paulo, 2023.  
113 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Héctor Luis Saint Pierre.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –  
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em  
Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2023.

1. China – Relações econômicas exteriores – Ásia Central. 2.  
Belt and Road Initiative. 3. Segurança internacional – Cooperação  
internacional. 4. Investimentos – China. I. Título.

CDD 337.51058

### **IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA**

Esta dissertação analisou, organizou e disponibilizou dados sobre relação entre investimento econômico e investimento em segurança da China nos países da Ásia Central no intento de contribuir para um melhor entendimento da relação da grande potência chinesa com países em desenvolvimento, a fim de auxiliar na compreensão global do que isso pode significar para suas as demais relações bilaterais e multilaterais.

### **POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH**

This dissertation analyzed, organized and made available data on the relationship between China's economic investment and security investment in Central Asian countries in order to contribute to a better understanding of the Chinese great power relationship with developing countries, in order to help in the global understanding of what this can mean for its other bilateral and multilateral relations.

### **IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN**

Esta disertación ha analizado, organizado y puesto a disposición datos sobre la relación entre la inversión económica y la inversión en seguridad de China en los países de Asia Central, con el objetivo de contribuir a una mejor comprensión de la relación de la potencia China con los países en desarrollo, para ayudar a la comprensión global de lo que esto podría significar para sus otras relaciones bilaterales y multilaterales.

BEATRIZ VIEIRA RAUBER

A relação entre investimento econômico e investimento em segurança da China nos países da Ásia Central

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.  
Orientador: Prof. Héctor Luis Saint Pierre

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Héctor Luis Saint Pierre (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Luís Antonio Paulino (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

São Paulo, 23 de agosto de 2023.

Aos meus avós, Julio e Marisete, que tornaram possível a conclusão dessa etapa.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão das instituições que apoiaram esta pesquisa.

Esse é um trabalho com muitos agradecimentos. Dizem que “*it takes a village*” para criar uma criança e eu diria que também leva muita gente para se escrever uma dissertação. Esse trabalho, com todos os seus possíveis erros, equívocos e faltas de atenção é de culpa inteiramente minha, mas certamente cada parte dele que pode ser aproveitada e enriquece o conhecimento é fruto do esforço de todos aqueles que me querem bem. Começo então agradecendo ao meu orientador Prof. Hector pela imensa paciência, pelas conversas e especialmente por não desistir de mim e do meu trabalho. Nessa linha agradeço aos dois professores que me orientaram antes dele, Cepik e Zé Miguel, que tiveram contribuições fundamentais na minha formação e no desenvolvimento da minha pesquisa desde o sumário até a conclusão. E como orientadora honorária, quase que uma guru espiritual, eu agradeço à minha mãe, Maitê, por todas as leituras e correções e por se tornar tão experiente em China e Ásia Central quanto eu posso dizer que me tornei. Agradeço a minha família toda, de sangue, ou de coração, que teve não só muita paciência, com muita força de vontade para me incomodar até que eu começassem a trabalhar e escrevessem as pouco mais de cem páginas que aqui estão dispostas. Aos meus amigos também só posso dizer que vocês merecem todos ser lembrados e se eu esqueci de mencionar alguém não é por ingratidão, apenas por relapso. Primeiramente agradeço aos meus colegas de mestrado, Maria Eduarda, Maurício e Victória sem os quais 2021 e 2022 (e o projeto) não teriam acontecido. Ao meu grupinho de ir ao cinema, Julio, Zé e Gio, obrigada pelas palavras e paciência em momentos de ausência. Àqueles que individualmente se fizeram presentes Fernando, Micaela e Luana, seja diariamente seja eventualmente o carinho de vocês me motiva. Por fim, às minhas amigas durante todas as crises e surtos, Maitê, Natália, Rafaela e Tarsila, sem o apoio e confiança de vocês nenhuma vitória seria possível.

Nas últimas linhas, só me resta agradecer às minhas irmãs Sofia e Leila que fazem a vida ter sentido e sempre são um foco de luz no meu caminho.

“天下大乱”  
毛泽东

*“Everything under Heaven is in great chaos”*  
*Mao Zedong*



## RESUMO

A presente dissertação tem como intenção estudar a cooperação entre China e os países não-nucleares da OCX (Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão) nos quesitos econômicos e securitários. Tem-se como objetivo analisar os aspectos da cooperação em segurança e defesa, em matéria de exercícios militares, vendas de armas, e medidas anti-terroristas para identificar se a variação nesses investimentos em defesa e segurança da China nos países da OCX coincidem com a variação dos investimentos econômicos nesses mesmos países no âmbito do BRI, no decorrer do governo Xi Jinping. Para isso buscou-se em uma primeira instância apresentar o processo histórico da China, a fim de entender o momento atual sob a liderança de Xi, abordar a ascensão do país mediante as análises de teorias de RI e compreender a relação histórica entre a China e os países da Ásia Central. Após identificar estes elementos, utilizou-se de diferentes bancos de dados para levantar as principais variáveis macroeconômicas que definem essa interação, como FDI, Balança de Pagamentos e os principais investimentos realizados nos últimos anos. Por fim, foi levantado e quantificado os principais pontos de cooperação entre China e Ásia Central em matéria de segurança, sendo esses a diplomacia militar, a venda de armamentos, o ensino militar e a presença de empresas privadas de segurança. Além dos levantamentos de dados, o texto busca destacar a importância de duas instituições multilaterais, a BRI e a OCX, através de uma breve análise sobre ambas. Foi possível observar que os investimentos econômicos tiveram uma variação que corresponde aos processos econômicos globais, mas com uma tendência de crescimento, especialmente depois de 2013. No que tange à segurança, foi possível notar a tendência de duplicação nas interações da China com os países da região e uma crescente presença chinesa nos países da Ásia Central. Conclui-se que a diplomacia de Xi Jinping marca uma nova fase para a China com a ampliação de investimentos não apenas econômicos, mas também uma intensificação da presença securitária nos seus vizinhos, demonstrando a seriedade chinesa em proteger seus interesses e cidadãos no exterior.

**Palavras-chave:** China; Ásia Central; Belt and Road Initiative; Segurança; OCX.

## **ABSTRACT**

This dissertation intends to study the cooperation between China and the non-nuclear SCO countries (Kazakhstan, Kyrgyzstan, Tajikistan, and Uzbekistan) in economic and security issues. The objective is to analyze aspects of security and defense cooperation, in terms of military exercises, arms sales, and anti-terrorism measures in order to identify whether the variation in China's defense and security investments in the SCO countries accompanies the variation in economic investments in these same countries under the BRI, during the Xi Jinping administration. The first step was to present China's historical process in order to understand the current moment under Xi's leadership, to approach the country's rise through the analysis of IR theories, and to understand the historical relationship between China and the Central Asian countries. After identifying these elements, different databases were used to survey the main macroeconomic variables that define this interaction, such as FDI, Balance of Payments, and the main investments made in recent years. Finally, the main points of cooperation between China and Central Asia in security matters were surveyed and quantified, these being military diplomacy, arms sales, military education, and the presence of private security companies. In addition to the data surveys, the text seeks to highlight the importance of two multilateral institutions, the BRI and the SCO, through a brief analysis of both institutions. It was possible to observe that economic investments had a variation that corresponds to global economic processes, but with an upward trend, especially after 2013. With regard to security, it was noted the doubling trend in China's interactions with countries in the region and a growing Chinese presence in Central Asian countries. It is concluded that Xi Jinping's diplomacy marks a new phase for China with the expansion of not only economic investments, but also an intensified security presence in its neighbors, demonstrating China's seriousness in protecting its interests and citizens abroad.

**Keywords:** China; Central Asia; Belt and Road Initiative; Security; SCO.

## RESUMEN

Esta tesis pretende estudiar la cooperación entre China y los países no nucleares de la OCS (Kazajstán, Kirguizistán, Tayikistán y Uzbekistán) en materia económica y de seguridad. El objetivo es analizar aspectos de la cooperación en seguridad y defensa, en términos de ejercicios militares, venta de armas y medidas antiterroristas, para identificar si la variación en las inversiones de China en defensa y seguridad en los países de la OCS coincide con la variación en las inversiones económicas en estos mismos países en el marco de la BRI, durante el gobierno de Xi Jinping. Para ello, se buscó en una primera instancia presentar el proceso histórico de China para entender el momento actual bajo el liderazgo de Xi, abordar el ascenso del país a través del análisis de las teorías de RI y comprender la relación histórica entre China y los países centro asiáticos. Tras identificar estos elementos, se utilizaron diferentes bases de datos para estudiar las principales variables macroeconómicas que definen esta interacción, como la IED, la Balanza de Pagos y las principales inversiones realizadas en los últimos años. Por último, se estudió y cuantificó los principales puntos de cooperación entre China y Asia Central en materia de seguridad, como la diplomacia militar, la venta de armas, la educación militar y la presencia de empresas privadas de seguridad. Además de los datos relevados, el texto busca destacar la importancia de dos instituciones multilaterales, la BRI y la OCS, a través de un breve análisis de ambas. Fue posible observar que las inversiones económicas tuvieron una variación que corresponde a los procesos económicos globales, pero con una tendencia de crecimiento, especialmente después de 2013. En cuanto a la seguridad, se pudo constatar la tendencia a la duplicación de las interacciones de China con los países de la región y una creciente presencia china en los países de Asia Central. Se concluye que la diplomacia de Xi Jinping marca una nueva fase para China con la expansión no solo de las inversiones económicas, sino también de una presencia intensificada en materia de seguridad en sus vecinos, lo que demuestra la seriedad de China a la hora de proteger sus intereses y a sus ciudadanos en el extranjero.

**Palabras clave:** China; Asia Central; Iniciativa "Cinturón y Ruta"; Seguridad; OCS

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Mapa da extensão máxima do Império Qing, em 1780.....	23
Figura 2	– A China em 1912.....	29
Figura 3	– Mapa da Ásia Central, segundo a ONU.....	55
Figura 4	– Mapeamento da Belt and Road Initiative.....	63
Gráfico 1	– Importações do Cazaquistão oriundas da China.....	65
Gráfico 2	– Exportações do Cazaquistão para China.....	65
Gráfico 3	– Investimentos e Construções Chinesas no Cazaquistão.....	66
Gráfico 4	– Investimento Estrangeiro Direto (FDI) no Cazaquistão.....	67
Gráfico 5	– Investimentos e Construções Chinesas no Quirguistão.....	69
Gráfico 6	– Investimento Estrangeiro Direto (FDI) no Quirguistão.....	70
Gráfico 7	– Investimentos e Construções Chinesas no Tadjiquistão.....	72
Gráfico 8	– Investimento Estrangeiro Direto (FDI) no Tadjiquistão.....	73
Gráfico 9	– Investimentos e Construções Chinesas no Uzbequistão.....	76
Gráfico 10	– Investimento Estrangeiro Direto e Empréstimos no Uzbequistão de 2000 à 2017.....	77
Gráfico 11	– Investimento Estrangeiro Direto e Empréstimos no Uzbequistão de 2017 à 2020.....	78
Gráfico 12	– Exercícios Militares na Ásia Central.....	88
Gráfico 13	– Diplomacia Militar da China com o Cazaquistão.....	91
Gráfico 14	– Diplomacia Militar da China com o Quirguistão.....	92
Gráfico 15	– Diplomacia Militar da China com o Tadjiquistão.....	93
Gráfico 16	– Diplomacia Militar da China com o Uzbequistão.....	93

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Instituições militares ou de segurança envolvidas em X% dos exercícios.....	89
Tabela 2 – Vendas de Armamento Chinês para os países da Ásia Central.....	95

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIIB	Asian Infrastructure Investment Bank
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BRI	Belt and Road Initiative
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CELAC	Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos
CIA	Central Intelligence Agency
CNPC	China National Petroleum Corp.
CSTO	Collective Security Treaty Organization
CTIR	Critical Theory of International Relations
EUA	Estados Unidos da América
FDI	Foreign Direct Investment
FMI	Fundo Monetário Internacional
NDB	New Development Bank
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAP	People's Armed Police
PIB	Produto Interno Bruto
PLA	People's Liberation Army
PSC	Private Security Company
RI	Relações Internacionais
RPC	República Popular da China
SI	Sistema Internacional
TALCO	Tajik Aluminium Company
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	Zona Econômica Especial

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>A PROJEÇÃO DA CHINA: TEORIA E PRÁTICA.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>Breve Historização da China do Império à Grande Potência.....</b>	<b>19</b>
2.1.1	O Século de Humilhações.....	24
2.1.2	A República Popular da China e suas Lideranças.....	30
<b>2.2</b>	<b>Ascensão da China e as Teorias de Relações Internacionais.....</b>	<b>43</b>
<b>2.3</b>	<b>A relação entre China e Ásia Central: contexto histórico.....</b>	<b>54</b>
<b>3</b>	<b>INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO: INVESTIMENTOS CHINESES NA ÁSIA CENTRAL.....</b>	<b>60</b>
<b>3.1</b>	<b>A Belt and Road Initiative.....</b>	<b>61</b>
<b>3.2</b>	<b>Relações Bilaterais Econômicas com a Ásia Central.....</b>	<b>64</b>
3.2.1	Cazaquistão.....	64
3.2.2	Quirguistão.....	68
3.2.3	Tadjiquistão.....	71
3.2.4	Uzbequistão.....	74
<b>4</b>	<b>SEGURANÇA E DEFESA: PRESENÇA CHINESA NA ÁSIA CENTRAL.....</b>	<b>81</b>
<b>4.1</b>	<b>A Organização para a Cooperação de Xangai.....</b>	<b>81</b>
<b>4.2</b>	<b>Relações Bilaterais de Segurança com a Ásia Central.....</b>	<b>90</b>
4.2.1	Diplomacia Militar Chinesa.....	90
4.2.2	Outras Formas de Cooperação em Segurança.....	94
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>98</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>102</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A República Popular da China (RPC) é a segunda maior economia do mundo assim como o segundo país com maior orçamento de defesa, estando em ambos os casos atrás apenas dos Estados Unidos (IISS, 2023; WB, 2023). Ademais, a RPC é o principal parceiro comercial de 128 países, aproximadamente dois-terços dos países do mundo (LENG; RAJAH, 2019). Além da alta taxa de crescimento comercial dos últimos anos, a China também se consolidou na dinâmica do Sistema Internacional (SI) ao ampliar suas ações como membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e se inserir mais nos fóruns e debates internacionais. Reconhecendo-se a importância econômica e política que o país apresenta para a dinâmica internacional contemporânea, faz-se necessário também compreender a participação chinesa nos assuntos de segurança internacional e especialmente na matéria de como o país coopera nessa área com os seus parceiros econômicos.

Segundo o White Paper de 2019, intitulado *China's National Defense in the New Era* (2019), a China tem desenvolvido ativamente suas relações com forças armadas e ministérios de defesa estrangeiros. No que tange a atividades que podem se enquadrar no âmbito da cooperação em defesa, indicou-se que o país estabeleceu 130 escritórios de Adidos militares e outros representantes militares nas missões diplomáticas no exterior, enquanto em troca o país possui o escritório de 116 países em seu território. Somando-se a isso, a RPC pôs em vigor 54 mecanismos de consulta e diálogo sobre defesa. Por fim, além dos mais de 100 exercícios conjuntos organizados pelo país desde 2012, é importante destacar a troca de pessoal militar para realizar estudos em academias militares no exterior. O People's Liberation Army<sup>1</sup> (PLA) enviou cerca de mil e setecentos militares para estudar em mais de 50 países, concomitantemente recebeu mais de dez mil oficiais estrangeiros de mais de 130 países para estudar em instituições militares chinesas (CHINA, 2019).

Nessa linha, pode-se argumentar que um dos principais motivadores e incentivos para a inserção crescente da China e mecanismos de cooperação em segurança, especialmente com países de Terceiro Mundo, é a busca pela garantia de seus investimentos e a segurança dos nacionais chineses nessas regiões. Ainda

---

<sup>1</sup> No português, "Exército de Libertação Popular".



que seu maior interesse sejam questões de fornecimento e circulação de bens e de matéria prima, a insegurança e instabilidade de seus parceiros acabaram por estimular a dedicação chinesa em cooperar com as regiões na área de defesa (ALDEN; BARBER, 2018). Assim, o trabalho se propõe a estudar os corredores econômicos e de infraestrutura da Belt and Road Initiative (BRI) que cruzam a Ásia Central e, especificamente, os países da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), nesse caso Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão.

Conforme já observado por diferentes pesquisadores sobre China, o estudo referente à relação entre a grande potência e os seus vizinhos não-nucleares, especialmente no que tange às questões da BRI, se apresenta como um primeiro passo para um entendimento mais ampliado do modo chinês de coordenar as dinâmicas do sistema internacional (PANTUCCI, 2019). Essa afirmação se justifica por dois indicadores principais, o primeiro, sendo o fato de que a Ásia Central é um espaço de relação sino-russa com interesses relativamente equilibrados; o segundo é representado pelo estágio mais avançado da associação sino-centro asiáticas quando comparado a outros mecanismos multilaterais ou relações bilaterais.

Dentre as notícias vinculadas aos investimentos chineses na Belt and Road Initiative encontra-se o investimento em abril de 2021 no urânio do Cazaquistão pela empresa estatal China General Nuclear Power contabilizando 440 milhões de dólares (AEI, 2021). A empresa se comprometeu a uma joint venture com a cazaquistã Kazatomprom que financiará a construção da usina nuclear Ulba e garantirá o direito de aquisição de 49% da produção anual da usina para o consumo chinês (XANTHOS, 2021). Apesar de o tópico de aquisição de recursos estratégicos, como o urânio ter mais probabilidade de chamar atenção de agentes de segurança internacionais, tradicionalmente as questões econômicas aparecem separadas das questões de segurança em análises de conjuntura internacional. Percebe-se que apesar de uma ampla variedade de análises a respeito de impactos econômicos de projetos como a BRI, existe uma carência significativa na exploração de um diálogo entre os aspectos de segurança também envolvidos. Notícias como a da ampliação de negociações sobre recursos estratégicos trazem à tona tópicos de segurança e auxiliam a notar que existem mais questões a serem exploradas no que tange a possibilidade de correlação entre investimentos econômicos e em defesa.

Conforme o apresentado em debates acadêmicos de relações internacionais

pelo Brasil e o mundo, a ascensão da China no Sistema Internacional intensificou-se nos últimos anos com a promoção da Iniciativa Belt and Road e a condução de investimentos estrangeiros em todos os continentes do mundo. Nos últimos quinze anos, o país aplicou mais de 2 (dois) trilhões de dólares em investimento estrangeiro direto e construções de infraestrutura (AEI, 2021). Parte desses investimentos foram direcionados para o que é tido na literatura como a “antiga rota da seda”, geograficamente localizada na Ásia Central. Não é por acaso que a China possui fortes laços econômicos e securitários com seus países vizinhos datados de milênios. A rota terrestre da Ásia Central garante à potência asiática o acesso ao mercado europeu e ao Oriente Médio, ademais a relação permite não só o escoamento de produtos chinês como também a aquisição de recursos naturais advindos de países como o Cazaquistão e o Uzbequistão.

No que tange à correlação entre a projeção da iniciativa da BRI pela China e seu impacto para a dinâmica internacional de segurança, estudos complexos podem ser identificados nos trabalhos de Arduino (2017) e Li (2020). Ainda assim, ambos os trabalhos apresentam as implicações para a segurança econômica da China no caso de Li e a segurança política do país no caso de Arduino, ou seja, sua abordagem não especula a respeito da conexão já existente entre investimento em segurança e econômico. Faz-se necessário também o entendimento de uma gama maior de literaturas como os trabalhos de Lu (2019), Dave e Kobayashi (2018) e KostECKA-Tomaszewska (2018). A abordagem de Pantucci (2019) e de seus demais colegas Rolland et. al. (2019) traz uma visão mais pragmática a respeito da necessidade de engajamento militar para garantir os interesses da BRI. Ainda assim, ao trazer a Ásia Central, Pantucci (2019) não explora de maneira profunda as possíveis motivações econômicas da cooperação em segurança chinesa com a região, limitando-se apenas à existência de investimentos BRI e atividades militares da OCX.

Tendo em vista a necessidade de compreender mais profundamente o impacto da OCX nessa relação com os países da Ásia Central, faz-se necessário entender seu papel e funcionamento nas questões de segurança regional, para posteriormente poder compreender as relações bilaterais entre a China e seus vizinhos (WANG; KONG, 2019). Atualmente a OCX é composta por oito membros, além dos já nomeados, a organização ainda enquadra outras duas potências nucleares, Índia e Paquistão que tiveram sua adesão oficializada em 2017 (SCO,

2017). A consolidação da organização em 2001 se dá como um seguimento do esforço de estabilizar a região no final da década de 90, especialmente em suas questões fronteiriças, que culminaram em dois documentos o Acordo de Aprofundamento da Confiança Militar na Área de Fronteira (1996) e o Acordo para a Redução das Forças Armadas na Área de Fronteira (1997).

A organização tem suas medidas de cooperação de segurança e defesa fundamentada no conceito de combate aos “três males”: terrorismo, extremismo e separatismo. Para isso além da execução de exercícios militares conjuntos na região, a cooperação se expressa através de estruturas e mecanismos que visam fortalecer os estados contra tais ameaças. Tem-se como exemplo a fundação do RATS (do inglês, Regional Anti-Terrorist Structure), um mecanismo regional com função anti terrorista a qual reúne bancos de dados a fim de facilitar as operações e o mapeamento dos indivíduos, funcionando como fonte de auxílio nas medidas de prevenção organizadas por cada país (HAAS, 2007). O caráter militar da cooperação em defesa da OCX se mostra através dos exercícios militares conjuntos, como por exemplo, os chamados “Peace Mission” que tiveram sua primeira execução sob a forma bilateral em 2005 entre China e Rússia, enquanto em 2007 se mostrou a primeira série de exercícios multilaterais entre os países da OCX (JANES, 2015, 2017). A OCX lançou mais de 24 exercícios militares desde sua fundação, destes ao menos 14 foram sediados pela China (CGTN, 2018). A mais recente versão do “Peace Mission” ocorreu em 2021 e foi o primeiro exercício pós-pandemia que contou com todos os países membros e com propósito antiterrorista sob a estrutura da OCX. Durante sua realização contou com a mobilização de 5500 combatentes, além de mais de 1000 variedades de armamentos e equipamentos (TASS, 2021; XINHUA, 2021).

É importante notar que a OCX representa um esforço de cooperação entre duas grandes potências, somadas ainda a outras duas potências nucleares, ou seja, existe um relativo equilíbrio entre seus agentes. Ademais, em conjunto os países representam 41,2% da população mundial, e 24,1% de sua economia (UN 2022; WB, 2023). Essas dimensões indicam que apesar da China ser capaz de exercer sua influência na região e reger as normativas do grupo, ela o faz com parceiros que são capazes de responder suas demandas em peso. Internamente o grupo tem sido fortalecido, especialmente após a crise da Crimeia que gerou uma maior aproximação da Rússia com a China e seus vizinhos asiáticos. Este fenômeno se

mostrou no momento como uma estratégia plausível para a Rússia e um aliado estratégico para a China, que juntos desenvolveram um bom entendimento das demandas e condições um do outro assim como de sua esfera de influência originando um maior equilíbrio na Ásia Central no que tange aos interesses de ambos os países. As duas grandes potências tendem a lançar uma nova estratégia de relação entre grandes potências que se diferencia da relação destas com os demais países e impacta também na regência da OCX (CHARAP; DRENNAN; NOËL, 2017).

O objetivo da presente dissertação é estudar a cooperação entre China e os países não-nucleares da OCX (Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão) para segurança e defesa, em matéria de exercícios militares, vendas de armas, e medidas anti-terroristas para identificar se a variação nos investimentos em defesa e segurança da China nos países da OCX coincidem com a variação dos investimentos econômicos nos países prioritários no âmbito do BRI no decorrer do governo Xi Jinping.

## **2 A PROJEÇÃO DA CHINA: TEORIA E PRÁTICA**

A fim de compreender de maneira aprofundada as atuais circunstâncias que regem as relações da China com o seu entorno regional e com o Sistema Internacional, é necessário revisitar um pouco os processos percorridos por essa civilização milenar. Ademais, como pesquisador de Relações Internacionais (RI) é de praxe buscar interpretar a China e sua ascensão sob as lentes teóricas desenvolvidas na disciplina. Sendo assim, o presente capítulo cumpre a função de introduzir não apenas a história da China, mas também a visão das RI sobre o país. Por fim, buscou-se enquadrar os principais desafios contemporâneos aos interesses chineses no seu entorno estratégico, abordando ainda que brevemente, os principais pontos de disputa e desconfortos do Estado que venham a implicar na sua segurança nacional. Por fim, exploramos a relação econômica entre a República Popular da China e seus vizinhos da Ásia Central, partindo da independência das repúblicas na década de 90, perpassando pelos investimentos no início dos anos 2000, para então compreender a iniciativa Belt and Road e seus impactos na região. Dividimos esse texto em duas etapas, a primeira trazendo o contexto histórico da China e da Região que vão fornecer as bases para a sua relação e em seguida, observando o início da presença e influência chinesa na região como credora e fonte de investimento já na primeira década do século XXI.

### **2.1 Breve Historização da China do Império à Grande Potência**

A China é uma civilização com cerca de 5000 anos e por isso possui uma visão da História diferente da Ocidental. A periodização ensinada nas escolas, classificada como Pré-História, Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea, não encontra correspondência nem mesmo no Brasil (que passa a existir na “História” apenas em 1500 d.C), quem dirá no Oriente. Uma diferente História, não implica somente em um calendário distinto, ou na existência de um “horóscopo chinês”, mas em como essa civilização vê seu desenvolvimento e heranças culturais. A trajetória chinesa é vista muitas vezes como um processo cíclico que alterna períodos de caos e desordem com períodos de ordem e prosperidade. Tem-se como uma das bases filosóficas do fluxo da história chinesa o taoísmo, que identifica a entidade Tao como princípio universal que rege o destino

dos seres e da natureza. Incentiva-se, com essa filosofia que se aproxima da religiosidade, a cultura de convivência harmônica com a natureza e com o próximo, ordenando então esses processos cíclicos.

Para organizar o estudo da História e o entendimento da sua cultura, os chineses dividiram-na em uma sequência de períodos, ou eras, a maior parte desse período se caracteriza por dinastias. A fim de evitar muito tempo dedicado a entender cada dinastia, pode-se dividir em China Antiga, China Imperial e Nova China, ou China Moderna. A primeira dinastia chinesa registrada, Dinastia Xia, data de cerca de 2205 a.C. Período em que o ocidente ainda tinha como centro Egito e Mesopotâmia. Durando até aproximadamente 1766 a.C., ela é creditada com a invenção da escrita, que adquire forma e complexidade na dinastia seguinte, a Shang. A última dinastia da China Antiga foi a dinastia Zhou, que foi a de mais longa duração (1046 – 256 a.C). A segunda metade do período Zhou foi caracterizado por uma série de crises e disputas que inspiraram a escrita do filósofo Confúcio (551 - 479 a.C), promovendo ideais de uma harmonia entre as pessoas e essas e a terra e a necessidade de ter um caráter bom e moral para se coexistir e manter a nação coesa. Desse mesmo período turbulento surgem os pensamentos relacionados ao taoísmo, esse sim com caráter religioso. Ao final dessa dinastia a China passa por dois períodos de guerras, o Período das Primaveras e dos Outonos e o Período dos Reinos Combatentes. Este último se encerra com a unificação do Império Chinês, sob a dinastia Qin do rei Zheng e o início da China Imperial (LOWE; SHAUGHNESSY, 1999; SALLES, 2006).

A era dos Impérios se inicia com a Dinastia Qin (221 – 206 a.C), com a vitória do rei Zheng que se autointitula Primeiro Imperador. Apesar de possuir uma curta duração, apenas enquanto o rei estava vivo, esse primeiro momento implicou grandes mudanças. Além da unificação da China sob um só comando pela primeira vez na história, a dinastia também foi a responsável pela construção de grandes obras como a Grande Muralha da China, o Exército de Terracota e uma rede rodoviária de mais de 6 mil quilômetros (SALLES, 2006).

A dinastia que sucede o Primeiro Imperador ficou conhecida como Dinastia Han (206 a.C - 220 d.C) e é muitas vezes tida como “era de ouro” da China. Neste período foram inventados o papel, a bússola e desenvolveu-se a pólvora. Ademais, houve a difusão do confucionismo, que se tornou a ideologia oficial do Império e foi a dinastia com maior duração desse período, contando com mais de 200 anos. A

contribuição mais importante da dinastia Han para as Relações Internacionais foi o desenvolvimento da Rota da Seda. Tal fenômeno ocorreu graças à promoção ativa do comércio com outras civilizações, através do envio de representantes para promover o Império e amplificou a construção de estradas e outras estruturas facilitadoras do comércio. A Rota da Seda foi uma rede de rotas comerciais que ligou a China ao Oriente Médio e à Europa e esteve ativa até o seu bloqueio pelo Império Otomano no século XV (TANNER 2010). Representou um importante canal para a difusão de ideias sobre arte, cultura, arquitetura, ciência e religião, impactando profundamente o desenvolvimento das civilizações das regiões que atravessava.

Após a passagem de mais de mil anos, dezenas de dinastias e centenas de imperadores, chegamos na Dinastia Ming (1368 – 1644 d.C), a penúltima dinastia chinesa. Apesar de se caracterizar um período de prosperidade cultural e econômica e o auge do sistema de tributos, a dinastia é marcada por uma escolha que eventualmente auxiliará no subjugo da China pelas potências imperialistas. Sendo esse o fim do investimento na marinha excepcional do Império. Conforme já indicado, a dinastia Ming foi uma época de grande prosperidade e também expansão militar para a China. A marinha Ming era uma das mais poderosas do mundo na época e foi utilizada para projetar o poder chinês em toda a região e em alguns momentos em outras regiões. Ela foi fundada pelo imperador Yongle, que reinou de 1402 a 1424. O imperador Yongle era um grande admirador da marinha da dinastia Song e quis reconstruí-la para recuperar a sua antiga glória. Ordenou a construção de uma grande frota de navios e enviou-os numa série de viagens (1405 - 1433) ao Mar da China Meridional e ao Oceano Índico, sob a direção do seu escravo, depois explorador, Zheng He que esteve na liderança das sete viagens.

Com essas viagens promoveu-se o comércio com outras civilizações e a divulgação da cultura chinesa na região, além de afirmar o domínio chinês sobre o Mar do Sul da China. Embora a Marinha tenha atingido seu auge sob a ordem do Imperador Yongle e tido uma recuperação depois com seu neto Xuande, ela também viu o seu desmantelamento pouco tempo após a morte deste último a partir de 1435 d.C. O declínio deveu-se a uma série de fatores, incluindo a falta de financiamento, a corrupção e os conflitos internos. No final da dinastia Ming, a marinha havia se tornado obsoleta (LEVATHES, 2014; TANNER, 2010). Esse

período de enfraquecimento da Marinha coincide com o bloqueio da Rota da Seda no lado Europeu por parte do Império Otomano, após a queda de Constantinopla, e sendo assim com o início das Grandes Navegações de Portugal e Espanha, ou seja, o desenvolvimento da marinha europeia. Assim, outro elemento que tem seu início na dinastia Ming e afeta o decorrer do processo histórico chinês é a chegada dos europeus à China e esse contato, então, do Império com as novas potências mercantilistas, futuramente imperialistas<sup>2</sup>.

A dinastia Qing é a segunda dinastia de “estrangeiros” que governou o território chinês, estrangeiros pois eram de outra etnia que não Han e tomaram o poder a partir de um conflito com os herdeiros da dinastia Ming. Foi a última dinastia do período da China Imperial, fundada pelos Manchus, povo da Manchúria no nordeste da China, que conquistaram o território e estabeleceram a capital em Pequim em 1644. O Grande Império Qing durou de 1644 a 1911, mas teve seu período auge entre 1644 e 1799. Nesse período os primeiros 4 imperadores Qing consolidaram o território e construíram um Império de tamanho nunca antes visto pelos chineses (Figura 1), indo da Sibéria até o Vietnã, da Ásia Central até Taiwan, com uma população multiétnica e suserano de Estados vizinhos (TANNER, 2010). Em um primeiro momento os Qing observaram um período de grande prosperidade econômica e conquistas culturais, sendo os imperadores patronos do Budismo e do Taoísmo, construindo templos e monastérios pelo império.

Um dos principais motivos da harmonia na dinastia Qing que englobava uma vastidão de expressões étnicas foi a maneira como os imperadores se portavam frente a diferentes grupos. Conforme apresenta Tanner:

To the Mongols and Tibetans, Qing emperors were successors of the Mongol khans, and they were also Cakravartin kings and patrons of Tibetan Buddhism. To the Manchu, the Qing emperor was the personification and reserver of Manchu ethnic identity. To [...] the Chinese, a Qing emperor presented himself as the holder of the Mandate of Heaven<sup>3</sup>. (TANNER, 2010, p.352)

Assim, graças à adaptação ao sistema Chinês de administração houve uma

---

<sup>2</sup> O primeiro contato foi com a chegada dos portugueses ao país, em 1517, vindos da ilha de Malaca, mas somente em 1557 esses europeus receberam permissão para se instalarem na cidade de Macau para estabelecerem entrepostos comerciais.

<sup>3</sup> “Para os Mongóis e tibetanos, os imperadores Qing eram sucessores dos khans mongóis e também eram reis Cakravartin e patronos do budismo tibetano. Para os manchus, o imperador Qing era a personificação e a preservação da identidade étnica manchu. Para [...] os chineses, o imperador Qing se apresentava como o detentor do Mandato do Céu.” (TANNER, 2010 p. 352) tradução nossa.



aceitação da regência Qing, ainda que esses fossem Manchus. Os demais Estados vassallos à China estavam sob um sistema tributário desenvolvido inicialmente na dinastia Han. Esse sistema era baseado na ideia de que a China era o centro do mundo e que os demais países estavam subordinados. De acordo com esse arranjo, os países estrangeiros enviavam tributos ao imperador chinês na forma de mercadorias e produtos exóticos. Em troca, o imperador lhes concedia presentes além da permissão para negociar com a China e, às vezes, possibilidade de assistência militar. O sistema tributário era uma maneira de a China manter seu domínio no leste da Ásia e também ajudou a disseminar a cultura e a influência chinesas em outras partes do mundo.

Figura 1 — Mapa da extensão máxima do Império Qing, em 1780



Fonte: China: A History, p. 351 (TANNER, 2010)

No auge de sua dinastia, a relação do Império Manchu com os comerciantes e navegadores europeus era tal qual a relação do Império com os visitantes de outras civilizações distantes. Aliás, ao final do século XVIII grande parte das nações não-europeias se relacionavam com os navegadores europeus de igual para igual (HOBSBAWM, 1996). Depois de muita insistência por parte dos europeus, em especial os britânicos, os chineses abriram para o comércio o porto em Guangzhou, que ficou conhecido como Cantão. Eles faziam suas trocas comerciais respeitando

as regras da autoridade chinesa nos portos, sem adentrar o território chinês, ou entrar em contato com o Imperador. Todavia a ascensão Britânica, com o advento das duas Revoluções Industriais e das conseqüentes políticas imperialistas, vai desestabilizar esse sistema milenar de relacionamento entre as entidades asiáticas, ruindo o império.

### 2.1.1 O Século de Humilhações

A Primeira e Segunda Revolução Industrial (1750 e 1850) impulsionaram os países europeus a explorar novas terras como fonte de matéria-prima e mercados. Os britânicos que estavam instalados na Índia e executando trocas em Guangzhou desde o século XVIII, fizeram novas investidas de diálogo com o Império Chinês, almejando a redução de tarifas, a abertura de portos e do comércio com a China. Na primeira metade do século XIX, os Estados europeus estavam instalados na Índia, no caso britânico, e Indonésia, no caso holandês, e mantinham um fluxo comercial com a China adquirindo cerâmica, seda e chá. O Japão se encontrava num período de isolamento, fechado para negociações com estrangeiros e as demais localidades estavam ou sob suserania chinesa, ou participando da rota comercial já estabelecida. Naquele momento os ingleses encaram uma balança comercial deficitária na relação sino-britânica e passaram a usar do ópio como moeda de troca em detrimento da prata (FRANK, 2008; TANNER, 2010).

Todavia, a venda de ópio fora proibida pelo império no final do século anterior. A despeito da regulamentação local, o contrabando da droga permanecia ativo vindo da Índia e região do sul da Ásia através de mercadores britânicos para o uso recreacional dos chineses. Entre 1770 e 1820 a venda de ópio aumentou em mais de 650%, através do contrabando e de práticas corruptas com oficiais chineses. O ópio se tornou não apenas um problema de saúde pública, mas um problema econômico, uma vez que a balança comercial havia se virado contra a China (SENISE, 2008). Em 1838, o império Chinês nomeou Lin Zexu como Comissário Imperial para lidar com o problema do ópio em Guangzhou. Lin ordenou que os britânicos parassem de contrabandear ópio para a China, além de destruir uma grande quantidade de ópio que havia sido apreendida por comerciantes britânicos. Os britânicos se recusaram a cumprir as exigências de Lin, e deu-se início à Primeira Guerra do Ópio.

Os chineses, que haviam deixado sua marinha se tornar obsoleta ainda na dinastia Ming, foram prontamente atacados pelos navios britânicos em 1839-40 como resposta às medidas de Lin Zexu. A vantagem tecnológica inglesa favoreceu sua vitória apesar de se encontrarem em uma posição numericamente inferior. O conflito se estendeu até 1842, quando as autoridades chinesas se viram forçadas a assinar o Tratado de Nanjing e o adendo Tratado de Bogue a fim de evitar mais perdas. O primeiro previa o pagamento de uma indenização de 21 milhões de dólares de prata pela China<sup>4</sup>, a cessão de Hong Kong aos britânicos em caráter perpétuo, e a abertura de cinco portos costeiros, dentre eles Xangai, nos quais a residência e o comércio ocidentais seriam permitidos (KISSINGER, 2011). Enquanto o segundo garantia a Grã-Bretanha o direito de extraterritorialidade para os seus cidadãos e o status de nação mais favorecida. Esses foram os primeiros de uma série de “Tratados Desiguais” aos quais a China foi submetida no seu século da humilhação. Em 1844, Estados Unidos e França também demandaram a cláusula de nação mais favorecida, além de outros privilégios cedidos aos britânicos com a extraterritorialidade através dos Tratados de Wangxia e Whampoa respectivamente.

Além dos embates com as potências estrangeiras, a dinastia Qing ainda teve que lidar com crises internas<sup>5</sup> e uma população que atingiu a marca dos 400 milhões. Em meio a esse período turbulento de revoltas internas, a Segunda Guerra do Ópio (1856 - 1860) tem início em menos de 15 anos, dessa vez capitaneada pelo Reino Unido e a França, tendo como origem um alegado desrespeito à bandeira da Union Jack durante a abordagem de um navio chinês e a recusa por parte das autoridades chinesas em se desculpar (TANNER, 2010). Assim como no conflito anterior, o que realmente estava em jogo era a venda do ópio e o acesso a mais mercados chineses além dos cinco portos já abertos. Dessa vez, o conflito se estendeu até Pequim, a qual britânicos e franceses ameaçaram invadir. A paz foi assinada com a mediação da Rússia que angariou para si parte do território chinês. Assim o Tratado de Tianjin (1858) previa o direito de instalação de uma embaixada britânica em Pequim, a autorização para navegar pelo Rio Yangtze, no chinês Chang Jiang, a abertura de novos portos para o comércio com o Ocidente e a proteção dos cristãos chineses e dos missionários. Devido sua cláusula de nação

---

<sup>4</sup> Desse valor foram 6 milhões pelo ópio queimado e o restante pelos custos da guerra.

<sup>5</sup> Nesse período registrou-se a rebelião de Taiping (1850-1864), a rebelião de Nian (1851-1868), a rebelião Panthay (1853-1873), a rebelião "Miao" (1855-1872), a rebelião Tungan (1862-1873) e o reino muçulmano de Yakub Beg em Xinjiang (1870-78).

mais favorecida, França e EUA também prontamente ratificaram tratados permitindo a instalação de suas embaixadas (KISSINGER, 2011).

Todavia a revolta chinesa com os termos do tratado fizeram a guerra se estender até 1860, quando a invasão de Pequim foi concretizada e o palácio de verão foi saqueado. A derrota na Segunda Guerra do Ópio implicou na assinatura da Convenção de Pequim para colocar em prática o estipulado no Tratado de Tianjin e ainda a cessão do território de Kowloon. A Rússia czarista aparece como voluntária para mediar as negociações de 1860 e também consegue angariar para si parte do território chinês através do Tratado de Aigun (1858) que concede à Rússia o que Kissinger (2011, p. 68) vai chamar de “a staggering territorial price: a broad swath of territory [...] along the Pacific coast, including the port city now called Vladivostok.<sup>6</sup>”, além da abertura de Urga na Mongólia e da cidade de Kashgar no extremo Oeste para trocas comerciais e para instalação de consulados russos, somando-se, então, aos Tratados Desiguais.

É importante destacar um breve parágrafo para falar sobre o Japão que posteriormente se junta às potências imperialistas europeias na repartição da China através de duas guerras sino-japonesas. Assim como aconteceu com a dinastia Qing, os portugueses e britânicos eventualmente também chegaram na ilha nipônica. Diferentemente dos demais países vizinhos, o Japão possuía um sistema organizacional linguístico e econômico separados da China e o restante do império chinês, mantendo até mesmo seu próprio sistema tributário sobre ilhas como as Ryukyu Islands (atualmente Okinawa e adjacentes). Com a chegada dos europeus o império inicialmente se fechou e observou os enviados, demonstrando interesse no seu desenvolvimento tecnológico. Em 1853, chegaram à costa japonesa navios estadunidenses, tecnologias até então desconhecidas pela marinha do país. Diferentemente do ocorrido com a China, que inicialmente negou a modernização tecnológica estrangeira, as máquinas intrigaram e inspiraram o Japão que abre suas portas para a tecnologia estrangeira e adapta suas instituições para replicar o poder observado nos competidores ocidentais. Em 1868 tem início a Restauração Meiji, que ao se encerrar em 1889 traz um Japão disposto a competir com as demais potências por seus interesses na China e seu agora falido sistema tributário.

No final da dinastia Qing, Japão e China dividiam a suserania sobre os reinos

---

<sup>6</sup> “um preço territorial surpreendente: uma ampla faixa territorial [...] ao longo da costa do Pacífico, incluindo a cidade portuária hoje chamada Vladivostok” (KISSINGER, 2011 p.68, tradução nossa)

na Coreia, ambos buscando predominância nas arrecadações de tributos e influência nos assuntos internos, além de acesso aos recursos minerais disponíveis na península e na região vizinha, a Manchúria. Em 1894, uma revolta interna contra a monarquia coreana - que era aliada à China - fez ambos os países suseranos mobilizarem tropas para Seul. Tendo as tropas japonesas chegado antes, depuseram o rei coreano e implantaram um governo pró-Japão. Ao chegar na capital as tropas chinesas se deparam com a queda de seu aliado e tem-se início o conflito com o Japão que ficou conhecido como 1ª Guerra Sino-Japonesa (1894-1895). Apesar de se intitular como guerra, o conflito entre as duas potências se deu em um período relativamente curto, uma vez que apenas uma das marinhas se encontrava modernizada no estado da arte, a marinha Meiji. Os chineses foram rapidamente derrotados e perderam a sua influência na Coreia, além de serem obrigados a assinar em 1895 o Tratado de Shimonoseki (KISSINGER, 2011; SENISE, 2008; TANNER, 2010). Esse tratado é um dos mais importantes Tratados Desiguais assinados pelo Império que define a dinâmica das relações internacionais até hoje. Em Shimonoseki, a China foi obrigada a ceder as ilhas de Taiwan e Pescadores para o Japão, além de reconhecer a independência da Coreia e pagar uma indenização de 200 milhões de yen de prata. Por fim, o país demandou a cessão da península de Liaodong na Manchúria, onde estavam localizados os portos de Dalian e Lushun (Port Arthur). Essa última demanda foi adaptada mediante protestos dos países europeus que também exigiram acesso aos portos.

Mais do que qualquer vitória europeia, a derrota para o Japão teve um impacto profundo na moral do Império Qing, uma vez que se via na ilha nipônica um adversário milenar. A perda dos territórios para o Japão efetivamente encerra o sistema tributário chinês e coloca o país em uma crise interna política, econômica e social. Identificou-se então duas possíveis soluções, conforme demonstra Silva (2023):

uma [solução] propunha uma profunda transformação da estrutura de governo do império chinês [...] e entrou para a história como a “Reforma dos 100 Dias” [...]. A segunda constituiu-se em uma resposta espontânea de origem social, [...] que visava combater as potências estrangeiras na China, e ficou conhecida como a “Revolta dos Boxers”. (SILVA, 2023, p. 90).

Enquanto a Reforma dos 100 dias foi marcada pela sua proposição tardia e

ineficácia, a Revolta dos Boxers trouxe consequências desastrosas que encaminharam o fim do Império Qing. A reação popular às crises que vinham sendo enfrentadas e à presença ocidental em território chinês foi de extremo ódio a tudo que vinha do ocidente de cultura à tecnologia. Em 1898, o movimento dos Boxers ganha corpo e avança a Pequim e Tianjin, onde lançam uma campanha extremamente violenta contra estrangeiros, símbolos da nova ordem, chineses convertidos, escolas ocidentais, além de destruírem trechos de ferrovias e linhas telegráficas. O Império passou os primeiros anos da Revolta sem saber se defendia aqueles atacados, se lutava contra os boxers, ou apoiava o movimento anti-ocidental. Em 1900, a Imperatriz Cixi opta por apoiar a rebelião e declarar guerra aos estrangeiros e os boxers sitiaram Pequim, em especial as embaixadas lá instaladas. A resposta das potências imperialistas foi imediata, diante do ataque aos seus cidadãos, incluindo os assassinatos de embaixadores alemão e japonês, firmou-se a “Aliança das Oito Potências”. Essa contava com 20 mil soldados e era composta por Alemanha, Áustria-Hungria, Estados Unidos, França, Grã Bretanha, Itália, Japão e Rússia. A Aliança suprimiu os boxers assim como o exército imperial e tomou Pequim ainda em 1900 (KISSINGER, 2011; SENISE, 2008; SILVA 2023; TANNER 2010). O resultado dessa investida foi a assinatura do Protocolo dos Boxers (1901) e da Convenção de Pequim (1902), somam-se com isso, mais dois tratados desiguais que dão às potências imperialistas pleno acesso ao mercado chinês incluindo a permanência em Pequim por 2 anos.

Tem-se, enfim, o desmantelamento do Mandato do Céu, por parte da dinastia Qing, a perda da autoridade central e a divisão das áreas de influência da China como espólios de guerra<sup>7</sup>. O período após a derrota para a Aliança das Oito Potências, viu uma nova investida em reformas e investimentos nas instituições chinesas por parte do Império, mas as elites de Norte e Sul já estavam divididas. Após a morte da Imperatriz Cixi em 1908, e a menoridade do seu filho, que tinha apenas dois anos, um conselho de manchus assumiu o governo e tentou dar continuidade às Reformas. Posteriormente Yuan Shikai assumiu o posto de premiê respondendo ao imperador Puyi que ainda era criança. Todavia, a população já estava desacreditada em meio a tanta crise e houve a erupção de protestos e

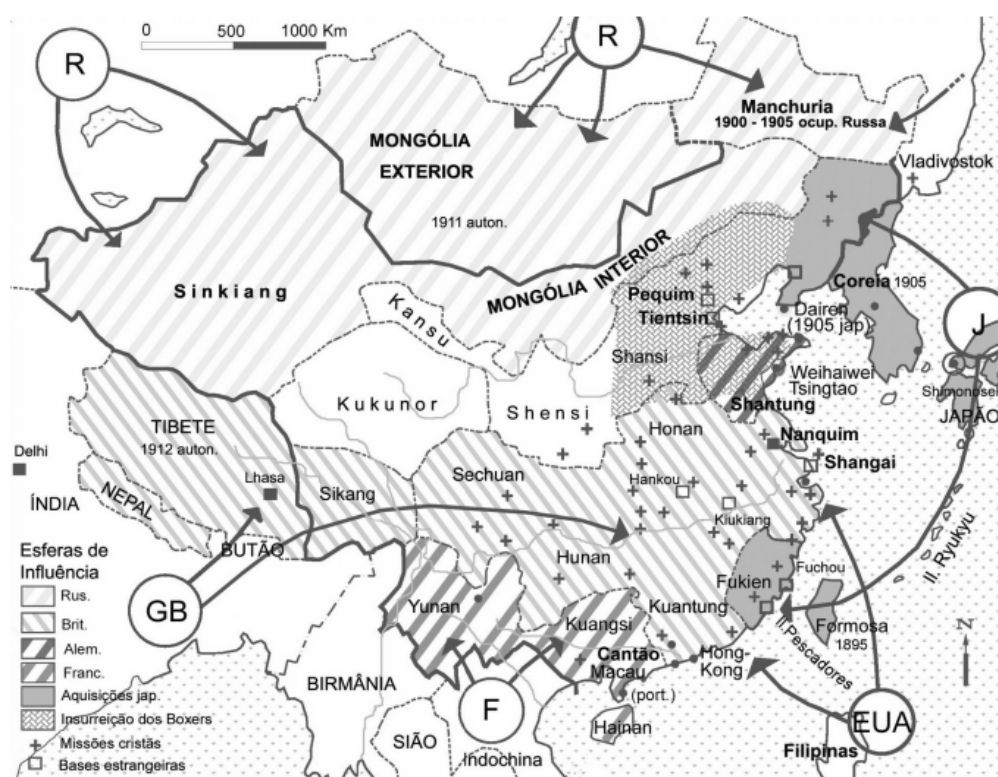
---

<sup>7</sup> A exemplo do Tratado de Portsmouth (1905), firmado ao final da guerra russo-japonesa que forçava a China a conceder a península de Liaodong ao Japão.



manifestações contra o Império Qing no final de 1911. Assim, em fevereiro do ano seguinte, Yuan Shikai convenceu o imperador a abdicar e deu-se início à República. Da República advém a Assembleia Nacional, onde é formado o partido nacionalista *Guomindang* que traz duras críticas ao governo de Yuan. Em 1912, a China se encontrava, então, repartida entre as potências imperialistas (Figura 2), com um governo fragilizado e uma situação de revolta nacional.

Figura 2 — A China em 1912



Fonte: Tratado de Tianjin (SENISE, 2008, p. 144)

Todavia, a última humilhação por meio dos Tratados Desiguais ainda estava por vir (SENISE, 2008; SILVA 2023). O final da 1ª Guerra Mundial traz consigo o último dos Tratados Desiguais, sob a forma da tão conhecida Conferência de Paz de Versalhes que, em 1919, concede ao Japão o domínio da península de Qingdao, anteriormente ocupada pelos alemães (SILVA, 2023).

Após a morte do presidente Yuan Shikai em 1916, o governo da China se encontrava descentralizado e a população em caos civil, situação que ficou instaurada até 1927, com a ascensão do Guomindang. Essa chegada ao poder só foi possível devido a Frente Unida entre o Partido Comunista (formado em 1921) e

os Nacionalistas que derrotaram os Senhores da Guerra espalhados pelas províncias e centralizaram o governo entre 1923 e 1927. Após a tomada do poder, o líder nacionalista Jiang Jieshi, rompe com os comunistas e dá-se início a Guerra Civil Chinesa, que passa por um interregno devido à segunda guerra sino-japonesa durante a Segunda Guerra Mundial, mas que segue depois até 1949. Da Guerra Civil sai vitorioso o líder comunista Mao Zedong que funda a República Popular da China.

### 2.1.2 A República Popular da China e suas Lideranças

Ao relatar a História da China em seu livro, Roberts (1999) define dois distintos períodos nos primeiros 50 anos da RPC. São eles a fase revolucionária que vai de 1949 até a morte de Mao Zedong em 1976 e uma fase pragmática seguinte que se estenderia até a morte de Deng Xiaoping e continuaria no momento da escrita do livro. Ao analisar a história da China Moderna percebe-se que esse momento pragmático sobrevive até 2012 com a saída de Hu Jintao e encaramos nos dias de hoje uma nova fase do país. A presente subseção tem o intuito de apresentar essas primeiras duas fases e ensaiar um entendimento da China contemporânea e esses últimos 10 anos de política.

Em 1º de outubro de 1949, Mao Zedong proclamou a República Popular da China na praça Tiananmen. Essa vitória vem depois de uma campanha militar que derrotou os nacionalistas e colocou seu líder Jiang Jieshi em fuga para Taiwan. O Guomindang levou consigo cerca de 2 milhões de pessoas, além de estoque de ouro, tesouros nacionais e materiais bélicos que estavam sendo transportados para Taiwan desde final de 1948 (ROBERTS, 1999). No período imediatamente após a vitória e o fim da guerra civil, o Partido Comunista ainda investiu na reocupação das regiões separatistas que haviam sido perdidas nos Tratados Desiguais como Xinjiang, Mongólia Interior e o Tibete. Ainda no final de 1949, mais precisamente em dezembro, Mao Zedong faz sua primeira viagem para fora da China, indo a Moscou a fim de firmar uma aliança com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que até então estivera apoiando o governo nacionalista de Jiang Jieshi. Nesse contato foi refeito o Acordo de Cooperação e Amizade Sino Soviético que anteriormente fora firmado por Stalin e Jiang Jieshi em 1945. Além disso, Mao combina um empréstimo de 300 milhões da União Soviética para restabelecer o país que acabara de sair de uma guerra civil (KISSINGER, 2011).



Em 1950 o governo da China comunista se prepara para investir contra Taiwan a fim de recuperar o último dos territórios perdidos, todavia a movimentação da sétima frota dos Estados Unidos da América (EUA) para o Estreito de Taiwan em conjunto com o estouro da Guerra da Coreia (1950 – 1953) atrasa os planos chineses. Mao é pressionado por Stalin e pelo presidente Kim Il-Sung na Coreia do Norte para entrar no conflito da península, e as tropas se preparam para auxiliar os norte-coreanos. Entretanto apenas com o cruzamento do Paralelo 38 pelas forças dos EUA e a fuga das tropas de Kim para a fronteira com a Manchúria ameaçando a estabilidade territorial conquistada, que as forças chinesas realmente intervieram na guerra. Como se sabe, a guerra se encerra num cessar fogo no Paralelo 38 onde ela começou, mas nenhum acordo de paz foi assinado até o presente momento. Com o final da Guerra da Coreia a relação dos EUA com a China se concretiza como antagônica, e dá-se início às crises e confrontos do Estreito de Taiwan. Os Estados Unidos, em 1953, a fim de pressionar a China a assinar o armistício que encerrou a Guerra da Coreia, anunciam que a sétima frota não está mais no Estreito de Taiwan com intenções de neutralização, dando carta branca a Jiang Jieshi para investir contra a China continental. Os ataques cessam somente quando a China cede à pressão e desocupa o Paralelo 38. Inaugura-se, segundo Silva (2023), um padrão em que os EUA iriam valer-se de Taiwan e das ilhas adjacentes quando precisassem pressionar, ou coagir a China.

Entre 1954 e 1955 ocorreu o que se conhece como Primeira Crise do Estreito de Taiwan, em resposta aos ataques do ano anterior a People's Liberation Army (PLA) iniciou uma campanha de bombardeio de artilharia das ilhas Jinmen e Mazu, localizadas na costa da China, mas ocupadas pelo Guomindang. Nesses bombardeios, dois estadunidenses foram mortos, o que ocasionou na escalada do conflito, com o envolvimento dos EUA e a caracterização de crise. Nesta instância houve a ameaça de uso de armamento nuclear por parte dos Estados Unidos e em contrapartida não houve uma ameaça de defesa (nuclear) por parte da URSS em apoio a China. Mao notando uma resistência de Stalin em declarar apoio de seu guarda-chuva nuclear à China, quando comparada a prontidão estadunidense em defender seus aliados, investe no desenvolvimento de seu próprio armamento. Quando se encerrou a crise, a China já havia capturado a maioria das ilhas detidas por Taiwan na costa chinesa. Restavam apenas as situadas mais próximas da ilha. A Segunda Crise do Estreito de Taiwan ocorre em 1958, quando a China

Continental retoma o bombardeio de Jinmen e o ataque às linhas de suprimento entre Taiwan e Mazu com a justificativa de recuperar Taiwan. Os Estados Unidos novamente se movem em defesa do Guomindang eliminando as ofensivas chinesas e liberando as ilhas. Apesar do êxito militar, isso não impediu os EUA de novamente ameaçarem fazer uso de armas nucleares.

Nesse mesmo período tem-se o primeiro Plano Quinquenal da China (1953-1958) almejando o desenvolvimento nacional através de uma sovietação da capacidade produtiva chinesa. A realização do Plano contou com a chegada de milhares de técnicos e conselheiros soviéticos no país a fim de modernizar e ensinar o modelo soviético para os chineses. Apesar de um significativo crescimento na agricultura e na indústria, o Politburo julgava ainda ser insuficiente para o desenvolvimento do país. Defendia-se que a China chegaria ao nível de modernização da Inglaterra em 15 anos e para isso, em 1958, é lançado o Plano Great Leap Forward, ou Grande Salto Adiante. Nesse meio tempo as relações da China com a Rússia pioraram, especialmente após o discurso de Khrushchev criticando Stalin em 1956. Em 1957 as novas diretrizes do Plano Quinquenal afastam ainda mais os países e em 1959 a União Soviética encerra o programa de apoio ao desenvolvimento nuclear chinês. O Great Leap Forward está ancorado na teoria de Mao sobre a revolução permanente e a necessidade de seu curso para manter o Estado comunista. Assim o projeto previa metas de produção extremamente altas, com a ideia de “mais, melhor, mais rápido e mais barato” (ROBERT, 1999). Todavia, isso comprometeu a produção agrícola que decresceu e a chegada em 1960 de um Second Great Leap Forward fragilizou ainda mais a sociedade chinesa. O resultado das políticas econômicas foi desastroso, a redução na produção agrícola e a quebra no sistema distributivo sucederam na maior fome registrada no século XX, com uma mortalidade estimada entre 16 e 27 milhões de cidadãos (KISSINGER, 2011).

A revolução permanente de Mao não poderia parar então em 1966, lançou-se a política mais controversa do governo comunista, “The Great Proletarian Cultural Revolution”, ou a Revolução Cultural. Com sua fase ativa até 1969, os efeitos dessas medidas foram sentidos até a morte de Mao, em 1976, e a posterior prisão da Gangue dos 4, grupo radical que alimentava a revolução. O movimento da Revolução Cultural tem início devido a alegações de que o partido havia sido infiltrado por burguesias revisionistas, mas em realidade acabou sendo uma

estratégia de expulsar os membros com ideias divergentes da revolução permanente. Grupos de jovens estudantes que compartilhavam da ideologia radical formaram as Red Guards, ou Guardas Vermelhas, que trabalhavam como um órgão paramilitar que denunciava e expurgava pessoas que estariam necessitando de uma reeducação comunista. Expulsões e reeducações eram feitas com trabalho manual obrigatório e tinham como objetivo fortalecer a ideologia do regime. Como consequência registrou-se uma crise política, porque grande parte do alto escalão caiu na revolução cultural. Inicialmente tendo contado com o apoio de Mao, as Guardas Vermelhas foram dispersas em 1969 quando a sociedade civil se via em mais um risco de guerra civil.

Outro efeito da Revolução Cultural foi o total isolamento da China no Sistema Internacional. No período pós-revolução, o país se encontrava não apenas em uma crise econômica e política interna, mas também em uma crise externa, uma vez que a China se via rodeada de conflitos. A década de 60, então pode ser vista como uma década de crises, conforme pontua Kissinger (2011):

By 1962, barely a decade after the establishment of the [PRC], China had fought a war with the United States in Korea and engaged in two military confrontations involving the United States over the offshore islands of Taiwan. It had restored Chinese authority to imperial China's historic frontiers [...]. The famine triggered by the Great Leap Forward had barely been overcome.<sup>8</sup> (KISSINGER, 2011, p.184-185).

Ainda assim, em 1962 se instala um conflito na fronteira com a Índia em uma disputa pela demarcação histórica com o Tibete. A pressão chinesa sobre o Tibete havia se intensificado depois da fuga do Dalai Lama para a Índia e o apoio indireto de Nehru. O conflito se encerra sem uma definição clara das fronteiras, mas a China ganha mais um adversário no seu entorno estratégico. Na medida em que os anos 60 se passaram, Mao nota a multiplicação de perigos potenciais para a unidade da República. Ao longo de sua fronteira, a China tem como potenciais adversários a URSS ao norte, a Índia e a questão do Tibete a oeste, o Japão, inimigo histórico ao leste e Taiwan de Jiang Jieshi ao sudeste. Além da presente

---

<sup>8</sup> "Em 1962, apenas uma década após o estabelecimento da [RPC], a China havia travado uma guerra contra os Estados Unidos na Coreia e se envolvido em dois confrontos militares com os EUA sobre as ilhas de Taiwan. Ela havia restaurado a autoridade chinesa nas fronteiras históricas da China imperial [...]. A fome desencadeada pelo Grande Salto Adiante mal havia sido superada." (KISSINGER, 2011, p.184-185, tradução nossa)

Guerra do Vietnã que colocava forças estadunidenses ao lado da China.

O presidente solicita a análise do contexto e os conselhos sobre qual caminho seguir na situação de quatro marechais (marshals) que foram trazidos de volta após a Revolução Cultural. Frente a essa avaliação, o ano de 1969 se torna um momento de virada para a Política Externa de Mao, com o levantamento da hipótese de uma aproximação dos EUA. Nixon havia assumido a presidência em janeiro com o discurso de estar aberto para trocas num mundo em que ninguém viveria em isolamento, o que indicou à China Continental uma possibilidade de diálogo. Ainda no ano de 1969, a União Soviética começa a pressionar a RPC militarmente na fronteira do Xinjiang, na tentativa de recuperar os territórios anteriormente cedidos pelos Tratados Desiguais. Devido a concentração de tropas e o aumento de conflitos na fronteira, o Partido Comunista aciona as unidades da PLA para a fronteira noroeste e novos choques passam a acontecer. Frente a um iminente conflito nuclear com a URSS, a aliança com os EUA se mostra cada vez mais necessária (KISSINGER, 2011).

Passou-se, então, por um período de contatos bilaterais que culminaram na visita secreta de Kissinger à Pequim em 1971 e posteriormente na ida de Nixon para a China em 1972, oficializando as relações entre os dois países e o fim do isolamento chinês. Essa escolha por se relacionar com os EUA vem em reflexo da situação em que o país estava. Cercada de crises e sem aliados fortes, a China teve de escolher qual das duas superpotências ela vai desafiar e qual ela pode ter em sua retaguarda. O presidente passa, segundo Kissinger (2011), todo esse período de revolução diplomática em cima do muro entre o pragmatismo chinês e o seu fervor revolucionário, mas o primeiro ganha por necessidade, ainda que com pouca vontade do chefe de Estado.

A década de 70 se inicia com a necessidade de mudanças no governo, após os desastres do Grande Salto Adiante e da Revolução Cultural, Mao Zedong agora encara uma crise sucessória. Após uma alegada tentativa de golpe por parte do seu vice-presidente Lin Biao e frente às divergências com Zhou Enlai seu primeiro ministro, o presidente se vê obrigado a recuperar mais uma personalidade influente que caíra na Revolução Cultural, Deng Xiaoping. Deng desde sua chegada, advoga pela modernização da China e a continuação do processo de abertura que teve início com a aproximação com os EUA. Seu modelo pragmático o coloca em uma posição desagradável frente ao Grupo dos 4, extremamente radical, e ele acaba

sendo afastado em 1976 da possível ascensão à presidência. Mao deixa a China a encargo de Hua Guofeng, nos seus últimos meses de vida e o país logo se vê sem sua figura de liderança e, com a expulsão do Grupo dos 4, com uma nova possibilidade de direcionamento.

Em seu último ato público, em 1975, o então premiê Zhou Enlai lançou em seu discurso uma nova direção que deveria vir a guiar a China nesse período pós-Revolução Cultural. Trouxe-se a ideia de uma modernização compreensiva em quatro áreas chave: agricultura, indústria, ciência e tecnologia, e defesa nacional. Zhou provocou a China a completar essas “Quatro Modernizações” até o final do século e ainda indiretamente desafiou o passado da Revolução Cultural e os radicais. Deng Xiaoping ainda sob a liderança de Mao, inicia os procedimentos para dar curso às modernizações em 1976, todavia, conforme o visto anteriormente ele volta a cair do alto escalão para dar lugar a Hua Guofeng. Quando retorna, em julho de 1977, Deng assume as posições que ocupara anteriormente, estando basicamente subordinado a Hua. Todavia, ele se apresenta como líder de facto da China, ao aprovar em dezembro de 1978 a chamada “Reform and Opening Up”, ou Reforma e Abertura da República Popular da China. Fica claro ali que Hua Guofeng ocupa apenas a cadeira de presidente, mas não possui a autoridade para o cargo. Deng inicia ainda em 1978 uma reforma no sistema legislativo chinês que era até então praticamente inexistente e culminando em 1982 na adoção da Constituição vigente até hoje. Em 1981, Hua Guofeng é formalmente afastado da presidência do partido, e dois discípulos de Deng assumem a governança Huo Yaobang na presidência e Zhao Ziyang como premiê.

Conforme observa Kissinger (2011), ao retornar de seu segundo exílio Deng passa a reverter toda a política doméstica de Mao, mas não altera muito sua política externa. Isso pois a política adotada por Mao se mostrava mais pragmática e focada no interesse nacional no âmbito externo que no interno. Entre 1978 e 1979 Deng fez uma série de viagens que definiram a política externa da China nos anos que prosseguiram. Incluindo duas viagens para o Japão, uma viagem pelos países do Sudeste Asiático e a primeira viagem de um líder chinês aos EUA. Essas idas e vindas de Deng possuíam duas intenções, a primeira concerne à segurança internacional em relação ao Vietnã e sua aliada URSS. O Vietnã já tinha passado por duas guerras, uma com a França e outra com os EUA, quando a China fez sua investida de um mês contra Hanoi. Ainda assim, a fim de punir o Vietnã pela

interferência em Camboja, a China necessitava de apoio, ou ao menos aquiescência dos EUA para desencorajar uma represália soviética. A terceira guerra do Vietnã, apesar de teoricamente cumprir os objetivos do Politburo, deixa claro que a PLA ainda tinha muito caminho a percorrer em termos de modernização. A segunda intenção de Mao com as viagens, especialmente aos países desenvolvidos, foi a de apresentar a China como centro de possibilidades financeiras dada a política de abertura, a fim de chamar atenção de investidores estrangeiros (KISSINGER, 2011).

As reformas propostas por Deng Xiaoping, seguiram a linha das Quatro Modernizações de Zhou Enlai e propunham um “socialismo com características chinesas”. Tendo como primeiro passo a reforma no setor agrícola, com o retorno para a agricultura familiar, atingiu-se nos primeiros anos um crescimento de 5% nas produções agrícolas e instalou-se um sentimento de empreendedorismo dentro das fazendas com incentivos para a produção para o mercado. A reforma no setor das indústrias inicialmente focou na indústria pesada, como fora feito na década de 1950, mas rapidamente se percebeu uma necessidade de investir em indústria de bens de consumo que viessem a movimentar a economia. Assim, com as reformas encerrou-se a política de auto-suficiência da economia chinesa e o país começa a aceitar empréstimos e investimentos. Outros dois aspectos importantes da “Abertura” é justamente o ingresso em órgãos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional e a criação de “Zonas Econômicas Especiais” (ZEE). Essas últimas foram criadas em quatro localidades: Zhuhai, Shenzhen, Shantou e Xiamen. Essas ZEEs se tornaram pequenos laboratórios para a abertura econômica e a entrada de capital externo na China, além de novas tecnologias e técnicas de gerenciamento vindas dos países desenvolvidos (ROBERTS, 1999).

Apesar de todo o desenvolvimento alcançado com a abertura, o aumento da renda e as reformas econômicas - como o sistema dual de preços - também implicaram num crescimento da inflação e uma maior desigualdade de renda entre os cidadãos, o que ocasionou descontentamento. Além da entrada de novos investidores, também houve acesso a cultura e literatura ocidental que fora banida durante a Revolução Cultural, isso gerou um alto consumo e produção que ficou conhecida como “Febre Cultural” dos anos 80. Insatisfeitos e politizados, os chineses, que agora possuíam mais liberdade para comunicarem seus desacordos, iniciaram uma discussão sobre reforma política mais radical do que a até então executada pelo partido. Contudo, é importante notar que esse debate não era

exclusivo da classe de jovens estudantes, mas se refletia dentro do partido numa disputa entre liberais e conservadores (TANNER, 2010).

Do lado dos conservadores se encontrava a velha guarda que acompanhara a Revolução de 49 desde seu princípio e temiam pelo retorno do capitalismo com a abertura para o ocidente, advogavam o retorno de políticas da Revolução Cultural e do maoísmo tradicional. Dentre os liberais estavam os discípulos de Deng que defendiam o estabelecimento e aprofundamento das reformas econômicas, legislativas e no sistema político, advogavam por uma separação do governo e partido, dando a este primeiro um caráter mais administrativo e menos dependente dos escalões do Partido Comunista Chinês. Todavia, dentro dos liberais existiam aqueles que como o secretário geral do partido Hu Yaobang simpatizavam com uma vertente mais democrática de tomada de decisões, com uma mudança no sistema eleitoral e aqueles liberais que reforçavam a política do partido único e da centralização do poder político. Hu Yaobang é afastado do cargo por suas tendências democráticas e seu premiê Zhao Ziyang assume o partido, com Li Peng no cargo de premiê, em 1987. As manifestações em prol da democracia defendiam que esta seria a quinta modernização socialista (seguindo as 4 modernizações de Zhou Enlai), mas não pediam necessariamente o fim do monopólio do partido e se seguiram por toda década de 80.

Quando em Abril de 1989 Hu Yaobang vem a falecer, os estudantes se aglomeram na Praça Tiananmen para realizar o luto do ex-presidente e conseqüentemente protestar contra a inflação, corrupção, falta de liberdades e até mesmo o preço das cantinas. Essas movimentações tomaram corpo e outras classes se somaram às reivindicações de uma abertura democrática do partido e um aumento de liberdades, chegando ao ponto de haver a ocupação da Praça Tiananmen e a declaração de uma greve de fome até conseguirem concessões. Esse período coincide com a vinda de Gorbachev à China em Maio, que marca o primeiro encontro de lideranças Sino-Soviéticas desde o término das relações na década de 50, e por isso com uma concentração midiática internacional voltada para Pequim. Devido às contradições internas no partido havia um debate sobre reprimir, ou permitir as manifestações que estavam acontecendo desde Abril. O lado que advogava pela repressão dos protestos eventualmente toma a frente e o premiê Li Peng solicita à PLA a liberação da Praça ocupada. A intervenção do exército resultou no televisionado “Massacre da Praça Tiananmen” entre 3 e 4 de junho de



1989. O resultado desse episódio foi o afastamento de Zhao Ziyang e Li Peng que foram culpabilizados por não saberem lidar com as manifestações em tempo hábil, a ascensão de Jiang Zemin à liderança do partido e a prisão de ativistas políticos por toda China, mas especialmente Pequim. No âmbito internacional, o evento ocasionou numa condenação por parte dos países Ocidentais, o que incluiu sanções econômicas e o embargo na venda de armamentos. O partido até o presente momento defende as medidas adotadas pela PLA como fundamentais para manter a ordem e estabilidade do país num período em que se via a queda dos demais estados e partidos comunistas pelo mundo, em especial a URSS.

A Era Deng ficou marcada, então, por dois principais acontecimentos, por um lado as reformas econômica, legislativa e administrativa que garantiram a estabilização e o crescimento da China após o período conturbado da Revolução Cultural. Por outro lado, ficou marcada a repressão de 89 aos manifestantes políticos em Pequim, em justificativa da manutenção do partido e da ordem política. Conforme aponta Tanner (2010, p. 553), diferentemente do sonhado pelos estudantes e intelectuais, “the goal of reform was to preserve and enhance the stability of the single-party state<sup>9</sup>” e não evoluir eventualmente para uma sociedade democrática multipartidária. Nessa linha é necessário apontar os “Quatro Princípios Cardinais” defendidos por Deng na política interna: que a China deveria continuar na via socialista, manter a ditadura do proletariado, a liderança do Partido Comunista Chinês e a autoridade do pensamento Marxista-Leninista-Maoísta (ROBERTS, 1999). Para a política externa, o líder comunista deixou a filosofia de Taoguang Yanghui (韬光养晦), sendo essa traduzida como “keep a low-profile”<sup>10</sup>, ou seja, mantenha-se discreto. Deng começou a se afastar da política em 1990, deixando Jiang Zemin para liderar as reformas, ainda assim em 1992 faz sua última aparição pública. Silva (2023) coloca esse evento como a “Marcha do Pequeno Timoneiro” às Zonas Econômicas Especiais. Ou seja, a tour de Deng pelo sul da China visitando as ZEEs como Shenzhen e reforçando a importância das modernizações ao cunhar a ideia de “um socialismo de mercado”. A morte de Deng em 1997 não traz alterações para a política Chinesa, uma vez que Jiang continua os progressos

---

<sup>9</sup> “O objetivo da reforma era preservar e aumentar a estabilidade do Estado de partido único.” (TANNER, 2010, p. 553 tradução nossa)”

<sup>10</sup> A doutrina de política externa lançada por Deng em completo é: “冷静观察、稳住阵脚、沉着应付、韬光养晦、有所作为”, no inglês “to calmly observe, hold one’s ground, react firmly, act but keep a low profile.”



iniciados sob a sua regência. Todavia o líder comunista deixa um legado de mudanças e um futuro de estabilidade e crescimento para a potência chinesa.

Jiang Zemin assume o secretariado do partido num momento crítico da história da China contemporânea e passa seus primeiros meses de gestão lidando com as reações domésticas e internacionais do evento de junho de 1989. Em 1993, Jiang Zemin ascendeu à presidência mediante a unificação dos cargos de secretário-geral do partido e presidente do Estado chinês. Em seus anos no governo ele, segundo Kissinger (2011, p.447), “[guided] his country from disaster to the stunning explosion of energy and creativity that has marked China’s rise<sup>11</sup>”. É importante notar o acontecimento da Terceira Crise do Estreito de Taiwan (1995-1996) frente ao crescimento de discursos independentistas na ilha e os consequentes exercícios militares executados pela China que foram prontamente desencorajados pelos EUA (SILVA, 2023). Após passar os primeiros anos recuperando as boas relações com o Ocidente, que culminou na visita do presidente à Washington em 1997, Jiang observou a transferência pacífica de Hong Kong (Xianggang) de uma colônia britânica para um território chinês ainda em 1997. Instalando, assim, a medida “um país, dois sistemas”, em que Hong Kong manteria seu sistema social e econômico por 50 anos após a reunificação<sup>12</sup>. Supervisionou também o retorno de Macao (Aomen) em 1999, que havia sido cedida a Portugal no século anterior. Ficam restabelecidos, então, mais dois territórios perdidos nos Tratados Desiguais, restando apenas a questão de Taiwan e as ilhas do Mar do Sul da China. Apesar do incidente do bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado, durante a intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na antiga Iugoslávia, mantiveram-se relações equilibradas com os EUA e em 2000 o presidente Jiang Zemin concede a primeira e única entrevista de um líder chinês à imprensa estadunidense. Os louros econômicos chineses se mostraram no maior crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* da história humana e também na performance da China durante a Crise Econômica Asiática entre 98 e 99. A posição de Pequim como um membro do Sistema Internacional se concretiza com a vitória para sediar as Olimpíadas de 2008 e a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. É também em 2001 que surge a

---

<sup>11</sup> “[guiou] seu país do desastre para a impressionante explosão de energia e criatividade que marcou a ascensão da China” (KISSINGER, 2011, p. 447, tradução nossa)

<sup>12</sup> Esse acordo foi feito sob as instruções de Deng Xiaoping que ainda em 1982 negociou a devolução de Hong Kong com a então primeira-ministra Margaret Thatcher (ROBERTS, 1999).

Organização para Cooperação de Xangai (OCX), graças ao diálogo entre China, Rússia e os países da Ásia Central. Jiang Zemin entregou as rédeas da China para Hu Jintao entre 2002 e 2003 na primeira transferência pacífica de poder da história da República.

Hu Jintao e seu premiê Wen Jiabao, são da chamada “quarta geração” de políticos chineses, ou seja, uma geração que não passou pelas experiências de Guerra Civil e Guerra Revolucionária, mas que sofreram as consequências da Revolução Cultural, ambos inclusive tendo sido enviados para a província de Gansu em uma área mais remota da China. Isso vai impactar em alguns aspectos da gestão, mas especialmente no retorno do Confucionismo como filosofia regente da política, fenômeno que havia sido rechaçado na China de Mao. Assim como no período anterior o foco da liderança era o crescimento econômico, tendo supervisionado um rápido avanço com a China se tornando a segunda maior economia do mundo. Além disso, manteve-se o foco na necessidade de estabilidade social, herdada dos traumas de Tiananmen, implicando em implementações de reformas sociais incluindo a melhoria da saúde e da educação. Ademais, o período se caracterizou pelo avanço da modernização tecnológica e a chegada a um período “pós-industrial” com o desenvolvimento de tecnologias de ponta e do terceiro setor. No que tange às capacidades militares, as forças armadas receberam um novo foco modernizante a partir do governo de Hu, a fim de deixar o desenvolvimento de assuntos militares num tamanho proporcional à dimensão chinesa nas relações internacionais. Internacionalmente ficou marcado o ano de 2008, não apenas pelas Olimpíadas de Pequim que se tornaram o cartão postal da China para o mundo, mas especialmente pela crise econômica que vai afetar principalmente os países desenvolvidos. A economia chinesa não foi tão afetada quanto às demais o que auxiliou no processo de ascensão da grande potência, tendo ocorrido até mesmo a entrada de capital chinês no ocidente na tentativa de remediar os efeitos da crise. No que diz respeito à relação sino-estadunidense, o novo milênio é marcado pelo surgimento dos US-China Dialogues e uma nova estratégia de relacionamento entre as duas potências, que se afasta da dependência econômica chinesa do que os EUA têm a oferecer. A política externa de Hu ficou marcada pelo conceito de “peaceful rise”, ou ascensão pacífica, que posteriormente foi adaptado para “peaceful development”, ou desenvolvimento pacífico. Esse conjunto de ideias indica que a China tem a intenção de se

desenvolver em meio a um “mundo harmonioso”, sem o desencadeamento de conflitos, ou corridas hegemônicas. O argumento da ascensão pacífica da China como grande potência foi rebatido com a demanda dos EUA por uma ascensão cuja potência fosse uma “responsible stakeholder”, ou “acionista responsável”, ou seja, que se responsabilizasse pelos custos e dinâmicas de governança internacional, sem o escudo da neutralidade (SILVA, 2023). O principal ponto de tensão durante a liderança de Hu foi a questão do Mar do Sul da China, mais especificamente as Ilhas Spratly, onde o país reivindica total soberania sobre as ilhas evidenciado por alguns incidentes marítimos entre 2009 e 2011 (DOSHI, 2019).

O atual presidente Xi Jinping assume a liderança da segunda maior economia do mundo em outubro de 2012, quando toma posse como secretário geral do Partido Comunista da China. Sob sua liderança o país mais uma vez revolucionou suas instituições e especialmente sua política externa. Por um lado, existe a consolidação do poder na posição de Xi Jinping através de reformas administrativas e a campanha de combate a corrupção que irá afetar diretamente os altos escalões do partido e do governo (LI, 2019). Por outro lado, observa-se o afastamento da política de Taoguang Yanghui, ou “keep a low-profile” pregada por Deng e em contrapartida tem-se um maior ativismo chinês nos assuntos internacionais e na governança global (LIN, 2019; WANG, 2019). Na política doméstica ficou clara, mediante a ascensão de Xi uma renovação dos postos do alto escalão através das campanhas anti-corrupção (2012 - 2017), campanhas disciplinadoras e ideológicas que foram responsáveis por varrer os dissidentes do partido, ou opositores do presidente do corpo político. Notou-se assim, a consolidação e centralização do poder no líder em uma estrutura em que o presidente se tornou “Chairman of Everything” e idealizador das principais políticas sejam internas, sejam externas (LI, 2019). Contando por consequência na ascensão das políticas externas a uma posição tão relevante quanto às políticas domésticas, concretizando a China como poder global.

Essa mudança no poder traz para a China a transformação mais radical da política interna e externa desde a era de Deng Xiaoping. De tal forma que os acadêmicos argumentam a existência de uma Diplomacia 3.0, em contraste com a Diplomacia 1.0 (1949-1979) de Mao e a Diplomacia 2.0 (1979-2009) de Deng (HU, 2019). O próprio Xi Jinping, em seu relatório para o 19º Congresso do Partido Comunista da China, descreve três estágios diferentes de desenvolvimento da

China como país: o primeiro é que a China "se ergueu", seguido pela China "enriqueceu" e, finalmente, chegando ao estágio atual em que a China está "se tornando forte" (XI, 2017)<sup>13</sup>. É importante observar que a mudança na política externa começa antes da ascensão de Xi ao poder, com a turbulência contínua do Mar do Sul da China e as reivindicações do país sob a sub-região ainda no governo Hu. No entanto, a Diplomacia 3.0 da China carrega uma característica singular que molda suas políticas, o fato de ser uma "Major Country Diplomacy"<sup>14</sup>, ou "Diplomacia de País Importante", colocando a China em um foco ativista. Esse apelo por uma nova política externa é composto por três objetivos principais em nível global, sendo eles a construção de "uma comunidade com futuro compartilhado para a humanidade", a construção de um "novo modelo de relações internacionais" e a evolução do sistema de governança global (HU, 2019).

A postura de Xi se reflete em um controle mais forte da política externa e de suas instituições, bem como em mais tempo dedicado à discussão de tópicos internacionais e no cumprimento de costumes internacionais, como a assinatura do Acordo de Paris sobre Mudança Climática ou a realização da reunião do G-20 em Hangzhou. O principal evento diplomático e econômico para a China no governo Xi até o presente momento foi a criação do Belt and Road Initiative (BRI) em novembro de 2013 e as interações consequentes. Ademais intensificou-se a visita a chefes de Estado, a participação em organizações multilaterais e o investimento no exterior, contanto inclusive com a criação do New Development Bank (NDB) dos BRICS e o Asia Infrastructure Investment Bank (AIIB), ou o banco do BRI. Dentre as estratégias políticas adotadas pelo Ministério de Relações Exteriores Chinês está a contínua participação de fóruns no modelo n+1<sup>15</sup>, como o China-CELAC Fórum, o Fórum de Cooperação China-África, o Fórum da China com os Países do Leste Europeu, entre outros. Por fim, vale mencionar o aprofundamento do processo de modernização das forças armadas iniciado ainda no governo Hu, e elevado à última potência no governo atual. As mudanças encabeçadas por Xi transformam a China da última década de uma potência regional para uma das potências mundiais a

---

<sup>13</sup> Na versão original: "The Chinese nation [...]: it has stood up, grown rich, and is becoming strong" (XI, 2017 p. 9)

<sup>14</sup> Na retórica chinesa a ideia de Major Country é utilizada em detrimento do conceito Major Power, ou Grande Potência, por implicar em aspirações hegemônicas que a China nega.

<sup>15</sup> O modelo n+1 remete a grupos de cooperação e fóruns de discussão onde a China dialoga de forma multilateral com os países de uma certa região. A exemplo o Fórum China - CELAC (Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos).

definir o mundo multipolar (LIN, 2019).

## **2.2 Ascensão da China e as Teorias de Relações Internacionais**

Antes de tentar entender as relações da China com a Ásia Central, em especial os investimentos em segurança e defesa, é necessário amparar-se teoricamente em uma justificativa do por que há investimento e expansão para os países da região. Para isso é importante compreender como as teorias de Relações Internacionais analisam a ascensão da China e conseqüentemente sua movimentação pelo globo. Assim, mediante um melhor entendimento deste primeiro tópico é possível, sob uma lente teórica clara, identificar as motivações da grande potência asiática para a sub-região vizinha.

A ascensão da China no Sistema Internacional é um dos principais fenômenos do período pós-Guerra Fria. Ao se analisar a disciplina de Relações Internacionais (RI), percebe-se que grandes acontecimentos históricos antecedem o surgimento dos principais debates e proposições teóricas dessa área de conhecimento. Isso pode ser observado no próprio surgimento da teoria realista, e conseqüentemente das RI, mediante os acontecimentos das duas Guerras Mundiais. Encontra-se também no desenvolvimento do terceiro debate com o advento do fim da Guerra Fria e consolidação das teorias pós-positivistas. Dito isto, ao analisar estas tendências de rupturas teóricas e novos desenvolvimentos frente aos grandes eventos mundiais, espera-se encontrar várias concepções teóricas emergentes robustas que visem compreender a rápida ascensão da China e as novas dinâmicas internacionais que dela derivam, o que lamentavelmente não aconteceu. O que pôde se encontrar foram interpretações das correntes clássicas de relações internacionais que apresentam a ascensão da China como apenas mais um evento do axiomático Sistema Internacional, e novas propostas de interpretação apenas esboçadas e que abordam outros elementos do desenvolvimento chinês que não sua inserção no SI. Sendo assim, a presente seção tem como objetivo apresentar como as teorias clássicas de relações internacionais analisam a ascensão da China e em contraponto qual a produção chinesa sobre o tópico e se existe uma teoria chinesa de relações internacionais.

A escolha mais coerente para se iniciar essas análises é a teoria que fundou a disciplina de Relações Internacionais, o realismo. A teoria realista tem como foco

de análise o Estado e enfatiza a influência das questões de segurança e do acúmulo de poder na determinação do comportamento desse. Tem-se que o Sistema Internacional é anárquico, ou seja, que não existe autoridade central para impor ordem e resolver disputas. Essa carência de autoridade central leva a um ambiente competitivo em que os Estados estão em constante busca por poder e influência na tentativa de proteger seus próprios interesses. No que diz respeito à ascensão da China no sistema internacional, as análises estão divididas a depender da corrente de cada autor. Alguns realistas ofensivos como Mearsheimer acreditam que o crescimento chinês levará a um conflito com a grande potência hegemônica, os EUA (FRAVEL, 2010). Essa predisposição ao conflito armado vem sob o argumento de que a China é um poder revisionista e como tal tende a buscar uma alteração no status quo, que atualmente tem os Estados Unidos como potência dominante. De acordo com o autor John Mearsheimer (2001, p.402), "A wealthy China would not be a status quo power but an aggressive state determined to achieve regional hegemony"<sup>16</sup>, sendo assim, "The United States and China are destined to compete against each other"<sup>17</sup> (OXFORD POLITICAL REVIEW, 2023). O realismo ofensivo, ao defender que os Estados buscam a expansão a fim de atingir hegemonia regional, indica a tendência de um conflito entre as grandes potências derivado da ascensão da China.

Os realistas da teoria de transição de poder, como Gilpin, argumentam que a ascensão da China é um grande desafio para a ordem global, atualmente dominada pelos EUA. Tem-se que a China tende a se tornar mais beligerante na medida que acumula capacidades materiais e seu crescimento dará início a uma nova era de competição entre as grandes potências, o que pode levar ao conflito. No livro *War and Change in World Politics*, Gilpin (1981) argumenta que o surgimento de novas potências é um processo natural e inevitável, no decorrer da história potências em ascensão desafiam o status quo, o que pode levar a erosão da ordem internacional. Sendo assim, segundo a teoria, a ascensão da China não é diferente, possivelmente representando um desafio à ordem internacional liberal – que se diz baseada nos princípios de livre comércio, livre mercado e multilateralismo – uma vez que a potência asiática não seria uma real apoiadora desses princípios.

---

<sup>16</sup> "Uma China rica não seria uma potência de status quo, mas um Estado agressivo determinado a conquistar a hegemonia regional" (MEARSHEIMER, 2001 p. 402, tradução nossa)

<sup>17</sup> "Os Estados Unidos e a China estão destinados a competir entre si" (OXFORD POLITICAL REVIEW, 2023, tradução nossa)

O realismo defensivo leva em consideração que os Estados adquirem poder a fim de se protegerem de ameaças. Para eles, o dilema de segurança ocasionado pela anarquia faz com que os agentes do SI estejam preocupados com a possibilidade de ataque por parte de outros, como resultado cada Estado acumulará poder com o objetivo de desencorajar um ataque. Por essa perspectiva a ascensão da China pode também ser um motivo de preocupação para a potência estadunidense, uma vez que seu crescimento pode implicar numa política externa mais assertiva, aumentando a possibilidade de conflito. Todavia, os realistas defensivos acreditam também que os Estados são atores racionais e que vão evitar conflitos na medida do possível. Assim, tem-se que desde que a ascensão da potência não ameace a segurança de outras potências é provável que o sistema se mantenha sem conflitos (JALIL, 2019). Algumas evidências que ajudam a sustentar essa posição defensiva são o histórico chinês de não ter participado de guerras ou grandes agressões desde o final da Guerra Fria. Também tem-se que a China tem contribuído de forma significativa para o crescimento econômico mundial, o país aderiu a numerosas organizações internacionais e comprometeu-se a respeitar as normas internacionais. E por fim, a China também adotou medidas para melhorar as relações com os seus vizinhos, incluindo a Índia e o Japão, o que indica uma tentativa de manter a paz e estabilidade no contexto regional.

Percebe-se com isso que diferentes realistas apresentam diferentes posicionamentos a respeito da ascensão da China. Apesar de ambos concordarem que existe uma tendência por parte do país de expandir suas capacidades e seu poder na região, existe uma discordância a respeito da intenção revisionista, ou não, das autoridades chinesas com esse aumento de poder. Sendo assim, as visões a respeito de possibilidades de conflitos entre grandes potências e uma vontade de subverter a ordem internacional dependem do critério de análise do pesquisador. Mesmo na corrente realista é possível ver com otimismo e parcimônia o futuro do Sistema Internacional sob a sombra do crescimento chinês.

Em contrapartida às teorias realistas que enfatizam o isolacionismo dos Estados e sua tendência ao acúmulo de poder e disputas, as teorias derivadas do liberalismo ressaltam a cooperação no Sistema Internacional e seus frutos. Da mesma forma, o neoliberalismo institucionalista originado no segundo debate das Relações Internacionais trará, além do destaque para a cooperação, a importância das instituições na interação entre os Estados. O liberalismo se apresenta como



uma abordagem mais abrangente que tem como princípios a defesa do livre comércio, da democracia e dos direitos humanos. Tem como principais fundadores Immanuel Kant e o presidente Woodrow Wilson , sendo assim enfatiza a manutenção da paz dentro da anarquia do Sistema Internacional através da manutenção da democracia e do Estado liberal.

O neoliberalismo, que surge nas décadas de 70 e 80 com os trabalhos de Robert Keohane e Joseph Nye, apesar de concordar com a teoria realista a respeito da constituição anárquica do sistema internacional, afirma que através das instituições e da cooperação entre os Estados por elas facilitada é possível atingir a paz e o desenvolvimento do sistema sem a necessidade de conflito. Assim como na teoria realista, tem-se um Estado como ator racional que visa maximizar seus interesses, podendo estes serem econômicos, políticos, ou securitários. Todavia destaca-se a capacidade de cooperação dos Estados quando seus interesses estão alinhados e a competição - não o conflito - quando o contrário. Isso se dá devido a interdependência complexa entre os países que se fortalece cada vez mais com o processo de globalização. Tem-se que através das instituições é possível coordenar os interesses, reduzir o sentimento de insegurança, assim como os custos de transação, e facilitar as trocas entre os diferentes países e agências.

Autores que se utilizam dessa corrente teórica tendem a acreditar que a ascensão da China pode ser um desenvolvimento positivo para o Sistema Internacional, apesar de certamente torná-lo mais complexo. Ao analisar a obra *Power and Interdependence* de Keohane e Nye (2012) é possível argumentar que o crescimento econômico da China e seu desenvolvimento tecnológico tendem a aumentar sua influência nos assuntos internacionais, promovendo um mundo multipolar. Ainda assim, não se pode deixar de mencionar que essa ascensão também aumenta as tensões e a possibilidade de conflito entre a China e as demais potências. Para os institucionalistas, um governo como o chinês que não tem como base os fundamentos democráticos, possui uma tendência maior de entrar em conflito com os estados democráticos como os EUA. Nye (2020) também escreve sobre as implicações da ascensão da China para os governos estadunidenses, defendendo a necessidade de adaptação da grande potência a fim de manter a sua posição de liderança e evitar conflitos militares. Sugere-se uma manutenção dos laços políticos e econômicos entre os dois países, mas com uma revisão dos termos negociados. Defende-se que os EUA necessitam aceitar a nova divisão econômica



mundial e admitir a existência da nova potência não como ameaça, mas como competidora.

Assim, as teorias derivadas do liberalismo tendem a ver a nova participação da China no Sistema Internacional como um fenômeno positivo que pode trazer novas oportunidades de cooperação e avança a complexidade e interdependência entre os Estados. Essa especulação tende a se confirmar quando se olha para as novas instituições promovidas pelo governo chinês como a Belt and Road Initiative que almejam conectar diferentes partes do mundo e aumentar a troca e cooperação. Por fim, acredita-se que um possível conflito entre os EUA e a China, devido a ascensão desta última, pode ser evitado mediante negociações com auxílio das instituições internacionais.

Depois das correntes realistas e liberais e seus debates tradicionais, é importante trazer à luz uma teoria que contrapõe aos poucos o modo cartesiano de produzir conhecimento. Tem-se, então, a teoria construtivista com alguns de seus mais influentes pesquisadores, Alexander Wendt e Nicholas Onuf. Construtivistas argumentam que a realidade não é apenas um produto de forças materiais como poder e riqueza, senão um produto da interação humana e construções sociais. A teoria surge entre as décadas de 80 e 90, no decorrer do terceiro debate das relações internacionais, na tentativa de criar uma ponte entre as correntes positivistas e pós-positivistas. É uma reação também às teorias dominantes do realismo e neoliberalismo que focam no Estado monolítico como principal agente das RI. Por outro lado, construtivistas têm que ideias e normas sociais são fatores importantes na determinação do comportamento dos Estados e que esses não respondem apenas aos interesses pautados em escolhas racionais.

Um dos principais pontos da teoria construtivista que via ter impacto direto na interpretação da posição da China nas Relações Internacionais é o conceito de identidade. Os autores argumentam que os Estados possuem identidades que são constituídas por sua história, cultura e interações sociais. Essas identidades impactam diretamente o comportamento dos Estados, suas tendências em cooperação, ou até mesmo intervenção em outros territórios. Outro ponto importante é que diferentemente das teorias estruturais vistas anteriormente, em que o comportamento dos atores (especialmente Estados) está limitada pelas exigências da estrutura (a exemplo a anarquia do SI), de acordo com a teoria construtivista existe uma influência direta e recíproca entre o agente e a estrutura. Como diz o

famoso artigo de Wendt “*Anarchy is What States Make of It*” (1992), literalmente a anarquia (estrutura) é o que os Estados fazem dela.

Kachiga (2021) usa dessa lógica para defender que a China se comporta de forma intrinsecamente construtivista ao se analisar a questão da identidade chinesa e sua mutabilidade desde 1911. A China tende a confirmar os preceitos construtivistas ao demonstrar o dinamismo da identidade nacional que pode ser reelaborado e mudado com o tempo. Conforme justifica o autor,

China is now a communist republic that uses the economic recipe of its ideological archrival, capitalism, while remaining Confucian. China's experience, as a nation and a state, is a case that demonstrates the constructed nature of identity. (KACHIGA, 2021, p. 159)<sup>18</sup>.

Ao observar a história chinesa do último século, percebe-se claramente a mudança na identidade nacional, além da mudança no regime. O país, segundo o autor, tornou-se ao mesmo tempo comunista (politicamente), liberal (economicamente) e confucionista (ideologicamente). O pragmatismo chinês se mostra como estratégia de crescimento e desenvolvimento, em detrimento de valores e identidades fixas e dogmáticas, sustentando o modelo de análise Construtivista.

Assim, ao aplicar os preceitos construtivistas pode-se argumentar que a ascensão da China não é simplesmente um produto do poder econômico e militar, mas sim um produto derivado das mudanças em sua identidade e suas interações com os demais países. Com sua identidade em mudança, desde a abertura comercial em 1978, a China deixou de ser um país com um olhar voltado apenas para suas questões domésticas e se tornou um poder global engajado com as questões internacionais. Essa mudança de identidade impactou não só o país e seu comportamento, mas toda a dinâmica e polaridade do SI (TAHLIL BAZAAR, 2021). A China se mostra mais disposta a adotar posições de liderança e governança global, amplia seu leque de pautas com iniciativas de cooperação internacional, como por exemplo o combate a mudanças climáticas e desenvolvimento de energias renováveis. Tem-se também que as interações da China com outros países afetam a formação da sua identidade. Relações não só com os EUA, mas com Japão, Rússia e demais vizinhos auxiliam na definição da posição da China no SI, moldando as visões chinesas sobre as normas e instituições desse mesmo sistema.

---

<sup>18</sup> “A China agora é uma república comunista que utiliza da receita econômica de seu arquirrival ideológico, o capitalismo, enquanto se mantém Confucionista. A experiência da China, como uma nação e um Estado, é um caso que demonstra a natureza construída da identidade”. (KACHIGA, 2021, p. 159, tradução nossa).

Seguindo a linha das teorias que surgem no terceiro debate das RI, a Teoria Crítica (Critical Theory of International Relations, ou CTIR), apresenta uma alternativa para a interpretação da ascensão da China no Sistema Internacional. Teoria crítica, primeiramente, é um termo abrangente que se refere a um conjunto de teorias que tem como objetivo contestar o *status quo* e promover mudanças na sociedade internacional. Seus autores se preocupam com a forma como o poder é manifestado no Sistema Internacional e suas desigualdades. Dessa forma, tem-se que o sistema não é algo neutro, ou objetivo, mas sim estruturado para beneficiar certos grupos em detrimento de outros.

Dentre as muitas expressões de teorias críticas, a CTIR surge já nos anos 80 e é frequentemente tida como descendente da teoria Marxista. Esta última afirma que as condições materiais das pessoas, como sua classe - e posteriormente gênero e cor - moldam suas ações e pensamentos, assim como sua experiência em sociedade. Os teóricos críticos trazem do marxismo a visão de que o Sistema Internacional está estruturado para beneficiar o capitalismo e a classe dominante em detrimento da classe trabalhadora e demais grupos marginalizados na sociedade. A teoria crítica, assim como as teorias pós-positivistas que surgem com o terceiro debate, ampliam o escopo da disciplina de Relações Internacionais ao incorporar ideias e premissas de outros campos como antropologia, sociologia e filosofia.

Yilmaz (2015) apresenta o argumento de que o método crítico é o que melhor explica a política externa chinesa e sua interação com o sistema internacional. Isso, pois, a teoria crítica tem que a principal função do Estado é conduzir o progresso histórico e a emancipação, em oposição às teorias tradicionais não reconhecem o seu potencial para servir como agência emancipatória. Assim, segundo a autora, a concepção chinesa de governança está baseada na ideia de uma estruturação de diversas ordens e regimes mundiais de maneira difusa e multilateral que mantêm relações de igualdade entre si, ressaltando o seu poder emancipatório (YILMAZ, 2015). O país então sustenta os preceitos da teoria crítica, não só por ser politicamente marxista e comunista, mas por fazer um contraponto ao hegemom e com isso quebrar os paradigmas de crescimento e desenvolvimento, como os de Wallerstein, servindo de exemplo para as teorias que criticam o status quo das RI (KACHIGA, 2021). Através da CTIR percebe-se que o centro da doutrina de política externa chinesa, encontram-se as tarefas de construir relações de novo tipo entre as

grandes potências, a sustentação da multipolaridade e com isso renovando o modo de relação entre centro e periferia, através dos princípios da coexistência pacífica e da ascensão pacífica (YILMAZ, 2015).

Além das teorias de caráter pós-positivista já apresentadas como o construtivismo e a teoria crítica. Outros autores fazem esforços para compreender a ascensão da China como uma oportunidade de repensar as teorias de relações internacionais ocidentais como um todo (PAN; KAVALSKI, 2022). Partindo do proposto por Qin (2009) esses autores buscam analisar as RI sob uma ontologia relacional, diferente da ontologia racionalista vigente. Propõe-se que o fenômeno de ascensão da China, por ser um dos principais elementos da atualidade, dá margem para o surgimento de uma nova concepção teórica que leve em conta o caráter relacional dos diferentes agentes do sistema, uma vez que eles só existem quando contrapostos, ou associados a um outro (NORDIN; SMITH, 2022). A teoria ao refletir sobre a ascensão da China deverá refletir alguns aspectos que compõem a sociedade chinesa como o Confucionismo e o Taoísmo. Essa movimentação chinesa traz para o SI uma oportunidade de rever suas relações e seu modo de fazer política entre grandes potências, entre classes e entre sociedades (PAN, 2022).

Existe um debate corrente sobre a existência de uma teoria chinesa de Relações Internacionais, que ocorre na mesma linha da discussão de “por que não há uma teoria de relações internacionais não-Occidental” de Acharya e Busan (2007). No contexto chinês, alguns pesquisadores (Yan Xuetong) defendem que é possível a adaptação das teorias ditas ocidentais para uma teoria com “características chinesas” de forma a universalizar o que já está posto no racionalismo positivista. Outros autores (Zhao Tingyang) comentam que é necessário rejeitar a visão ocidental de Estados-nações porque ela carece na interpretação do modelo mundial como uma sociedade em comum, “todos abaixo do céu”, na linha da visão histórica da China como Império do Meio. Por fim o Prof Qin Yanqing, defende a existência de no mínimo três metafísicas teóricas que se distinguem para interpretar as RI e que os pesquisadores chineses têm a oportunidade de realizar a orquestração dessas metafísicas em uma nova teoria. A metafísica ocidental que pauta o positivismo e as teorias clássicas seria o racionalismo individualista, enquanto a metafísica que acompanha a organização política é o materialismo histórico do Marxismo; por fim o autor ressalta a importância de uma terceira metafísica, a

Confucionista, que está associada o conceito de relacionismo e a interação entre os agentes do sistema (KACHIGA 2021). Percebe-se que o interesse chinês por relações internacionais ainda é muito jovem, surgindo apenas na década de 80, o que explica a dificuldade de identificar uma escola de pensamento chinesa, ou mesmo uma nova teoria de relações internacionais.

Ao se analisar a academia chinesa percebe-se que, apesar de já existirem desenvolvimentos na área de RI, não existiu contexto de formulação de uma teoria de relações internacionais antes dos anos 80. Até aquele momento a mentalidade acadêmica sobre RI era de que essa servia como instrumento de análises políticas e formulação de política externa (QIN, 2009). A necessidade de ter uma teoria de relações internacionais vem originalmente do governo chinês que entende como importante a formulação de uma contribuição chinesa na área (PAN e KAVALSKI, 2022). Ainda assim, os acadêmicos a serviço do governo inicialmente não compreendiam a função e o modo de formação de uma teoria de relações internacionais. Assim, apenas após a abertura, com o retorno de acadêmicos chineses que foram estudar nos EUA, existe uma compreensão da teoria de relações internacionais e a base para uma formulação prontamente acadêmica e não apenas executora de política externa. Apenas no final dos anos 2000 e início dos anos 2010 vai se encontrar grandes teorias particularmente chinesas como Yan Xuetong, com a utilização de filosofias chinesas clássicas para explicar a formação de política externa, Qin Yanqing, com o desenvolvimento de uma teoria relacional ancorada no confucionismo, e Zhao Tingyang, com o Tianxia e o governo de todos sob o céu.

Ainda assim, entre os principais contribuidores (ie: Yan Xuetong e Qin Yanqing) na disciplina de relações internacionais da China existe uma dissonância sobre a existência ou não de uma Escola Chinesa de relações internacionais (PODOMATIC, 2022). Yan afirma que não vê razão para uma Escola Chinesa. Qin e Yan indicam que os primeiros acadêmicos e teóricos chineses nas Relações Internacionais, são predominantemente os “americanos”, ou seja, aqueles que vieram dos EUA e utilizam das bases teóricas realistas, institucionalistas liberais e construtivistas como seus construtos teóricos e após utilizam de estudos empíricos para explicar a questão chinesa. Sendo assim, não teria de fato uma Escola Chinesa de Relações Internacionais e por esse mesmo motivo Yan julga que se deveria evitar de utilizar a ideia de uma Escola Chinesa de pensamento de RI e

tentar desenvolver teorias o mais universais possíveis, que vão além do espectro chinês. Enquanto isso, Qin afirma que alguns autores apresentam uma congruência entre as teorias elaboradas nos anos 2000 em que todos os autores são inspirados pela cultura, ideias e pensamentos clássicos chineses e não apenas uma repetição das teorias ocidentais; e todos tem a intenção acadêmica ao escrever e não de formação de política pública.

Yan Xuetong, tem em sua análise uma tentativa de aproveitar as proposições teóricas ocidentais e acrescentá-las de características chinesas. O autor afirma que sua teoria aceita os pressupostos realistas de um sistema internacional anárquico e que os Estados acumulam poder para manutenção de sua soberania. Seu argumento teórico é que as relações internacionais são moldadas, mudadas e sustentadas pela liderança internacional. A teoria possui duas variáveis principais, uma delas claramente a liderança, mas também tem-se o *power structure*. Esse fator define como os Estados decidem seus interesses nacionais, a exemplo China e EUA devido às suas capacidades podem definir seu interesse como a liderança internacional, todavia países menores como Camboja e México não definirão a liderança global como seu interesse nacional. Assim, o autor afirma que a estrutura do poder é um fator material que vai determinar o interesse de grandes potências, enquanto a liderança vai decidir como atingir esses objetivos, ou seja a estratégia (PODOMATIC, 2022).

Além dessas contribuições, o autor foi responsável por associar o pensamento do filósofo Xun Zi às relações internacionais, mais especificamente ao realismo. Dessa associação, propõe-se uma estratégia para a ascensão da China, sendo esta que o país foque seus esforços no poder político e persista na busca por inovação institucional para se tornar uma liderança mundial. Enquanto outras escolhas como o foco apenas em desenvolvimento econômico, o país vai se limitar a um Estado relativamente desenvolvido (YAN, 2008). Dessa forma, a ascensão da China além de estar associada aos preceitos realistas de acúmulo de poder, deve levar em conta qual linha investir para alcançar a posição de liderança, que segundo o autor é a da inovação política e das capacidades de *soft power*.

A proposição teórica de Qin (2016) interpreta as teorias ocidentais mainstream – realismo, neoliberalismo e construtivismo – como originadas da mesma lógica, mesma ontologia, sendo essa uma lógica racional, oriunda de uma racionalidade individualista, de agentes singulares e estruturas sistêmicas, em que a

tendência teórica é de síntese entre os objetos de estudo. A lógica relacional e consequentemente a teoria relacional olha as Relações Internacionais como um mundo de inter-relações. O autor teve grande parte de sua inspiração marcada pela relação dos Estados da ASEAN e sua coexistência frente a muitas divergências.

Os atores da teoria relacional estão associados uns aos outros e ao contexto, ou seja a totalidade de relações do sistema; essa sociedade então é entendida mediante o seu contexto, nessa linha não existe uma mente absolutamente racional que transcenda a complexidade das relações humanas (um Estado racional). Os atores são vistos apenas enquanto “actors-in-relations”, inexistindo uma identidade independente e absoluta do “eu” (“*self*”). Assim, com a aplicação do conceito de “actors-in-relations” nas ciências sociais percebe-se que a unidade de análise não são mais esses atores, ou agentes, mas sim as relações. Para seguir essa análise tem-se como conceito chave da teoria relacional a ideia de processo, que é as relações em estado de ação. Sendo assim, esse ator em relações é um ator vivendo processos que podem implicar na sua identidade, ou no seu papel nas demais relações. Assim, a Sociedade Internacional é vista como um processo, assim como a globalização e a governança global, elementos que só existem em relação a outros.

Assim a teoria relacional propõe novos entendimentos de conceitos chaves de RI como Poder, Governança e Sistema Internacional. O poder relacional não é um elemento que os agentes possuem, como hard power ou soft power, mas sim um processo de manipulação e manutenção dos círculos relacionais de um agente para a sua vantagem, ou seja, quanto maior a concentração de relações e mais diversas, maior a condição de poder desse actor-in-relations (QIN, 2018). Tem-se a ascensão da China, pautada no poder relacional, como um processo diretamente associado a sua relação com os demais atores do SI, consequentemente não existe nenhum tipo de inevitabilidade de conflito, ou cooperação independente de uma inter-relação inicial.

O autor Zhao Tingyang propõe a teoria de “All Under Heaven” do chinês “Tian-xia” (天下), ou “todos sob o sol” (2006, 2009, 2018). Ela se caracteriza por ser uma teoria de governança global que almeja um alcance quase que além do internacional. O autor argumenta a existência de um “não-mundo” sob a forma da ordem mundial atual, uma vez que esta carece uma estrutura transnacional de governança, apesar da existência de instituições multinacionais (KUMAR, 2017). A



proposta de uma governança supranacional tem como base o confucionismo e sua ênfase na unidade do mundo físico, ideal e político. A teoria tem, então, que o mundo é uma entidade unificada e singular e que todas as pessoas e nações são parte dessa entidade. Zhao (2021) argumenta que essa teoria - com base ontológica no confucionismo - é uma alternativa para a visão ocidental de relações internacionais em que o mundo está dividido em estados nações preocupados com a sua própria segurança. Através da teoria de Tianxia entende-se o mundo como dependente da cooperação e harmonia entre todas as pessoas e nações, ou seja, mais alinhado com a filosofia chinesa de pensamento. Por fim, destaca-se a necessidade de evitar o uso da força e fazer uma ascensão pacífica e harmônica para uma comunidade global. Nessa teoria, o fenômeno da ascensão da China e suas iniciativas de cooperação são coerentes com uma tentativa de unificação dos povos e estabelecimento de um modelo de governança Tianxia.

### **2.3 A relação entre China e Ásia Central: contexto histórico**

A República Popular da China é o país com a maior diversidade de fronteiras territoriais, somando um total de 14 países vizinhos<sup>19</sup>, sem considerar os insulares ao Leste como Japão e Filipinas e peninsulares como Coreia do Sul. Com uma fronteira terrestre equivalente a 22.117km, a China representa o país com maior sistema de divisas do mundo, contando com uma significativa quantidade de limites disputados, devido à questão do Mar do Sul da China e conflitos no Sudeste Asiático, especialmente a região do Tibete. Apesar desta grande incidência de disputas limítrofes, a região do Oeste da China possui um histórico de importantes definições fronteiriças e acordos multilaterais. Mesmo sendo dos mais recentes Estados a alcançarem sua independência e autonomia - apenas em 1991 com a dissolução da URSS - os países da Ásia Central possuem as definições mais sólidas de fronteira com a China. Sua negociação foi fruto de um esforço diplomático que resultou na formação da Organização para a Cooperação de Xangai e sedimentou a Ásia Central como o mais novo ponto de influência da China (CHUNG, 2004).

---

<sup>19</sup> Os países que fazem fronteira terrestre com a China são os seguintes: Afeganistão, Butão, Índia, Cazaquistão, Quirguistão, Laos, Mongólia, Mianmar, Nepal, Coreia do Norte, Paquistão, Rússia, Tadjiquistão e Vietnã.



A região da Ásia Central (Figura 3), definida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão, está localizada entre o Mar Cáspio e o oeste da China (UN, 2020). Além da presença russa, na região encontram-se também potências regionais como Turquia e Irã em posições de vizinhança. As cinco jovens repúblicas desde sua independência passam por processos de consolidação do Estado que envolveram guerras civis (Tajiquistão), revoluções coloridas (Quirguistão), disputas de fronteiras e ondas de protestos (LIBRARY OF CONGRESS, 1997). Com pouco mais de 30 anos de história independente, a região já atraiu o interesse das três grandes potências e é palco para o projeto mais ambicioso de infraestrutura e integração contemporânea, a Belt and Road Initiative (BRI). Ainda assim, no ambiente de estudos de Relações Internacionais, a região muitas vezes passa despercebida, coloquialmente chamada de “os -estãos” e vista apenas como caminho de passagem para a Europa ou a Ásia.

Figura 3 — Mapa da Ásia Central, segundo a ONU



Fonte: United Nations: Geospatial Information Section (2020)

Historicamente composta de populações predominantemente nômades, as estepes, montanhas e desertos da Ásia Central viram a passagem de impérios

desde Alexandre o Grande até o Império Tzarista Russo. Ainda assim, talvez sua narrativa mais lembrada na história ocidental seja o caminho da Antiga Rota da Seda, que ligou as grandes civilizações asiáticas à periferia europeia. A Rota da Seda em sua formação original perdurou da dinastia Han de 130 a.C até o seu fechamento pelo Império Otomano em 1453, tendo como principal caminho as vias terrestres povoadas pelas civilizações nômades. À exceção da região que atualmente ocupa o Uzbequistão<sup>20</sup>, os povos que habitavam a Ásia Central foram efetivamente sedentarizados apenas sob o regime soviético, com políticas governamentais para a região (LIBRARY OF CONGRESS, 1997; ZHDANKO, 1966). Sendo assim, toda a infraestrutura e capacidade produtiva das Repúblicas foi implementada durante os anos da URSS, com a intenção de abastecer Moscou e as demais regiões do regime soviético. Como consequência ao alcançar sua independência, os Estados ex-soviéticos se viram em uma situação de recessão, carência de integração regional e capacidade produtiva a ser explorada. Ainda assim, é importante notar que as independências desses estados foram mais um resultado do que de fato uma conquista, o que faz com que a Rússia seja, desde o ponto de partida, a principal parceira da região.

A relação da China com os países da Ásia Central se inicia após a consolidação de sua independência, com a intenção de estabilizar a região, através de negociações de fronteiras que culminaram em dois documentos: o Acordo de Aprofundamento da Confiança Militar na Área de Fronteira (1996) e o Acordo para a Redução das Forças Armadas na Área de Fronteira (1997). Ao mesmo tempo que a dissolução da União Soviética significou o fim da ameaça russa em sua fronteira, a década de 90 trouxe para a China um conturbado período de manifestações separatistas em Xinjiang, no oeste do país, onde habita a etnia uigur, além da instabilidade dos seus vizinhos recém independentes (MONIZ BANDEIRA, 2013). Sendo assim, a aproximação da China com as ex-repúblicas soviéticas, a consolidação de tratados e o estabelecimento de boas relações teve a intenção de garantir a segurança de suas fronteiras frente a ameaças externas, mas principalmente frente a agentes desestabilizadores internos.

A dissolução da URSS ocorreu concomitantemente a uma série de protestos no Oeste chinês, na região do Xinjiang, após a ascensão do movimento separatista

---

<sup>20</sup> A região do Uzbequistão que tem acesso ao Cáspio desenvolveu uma civilização que se assemelha a um Estado antigo (LIBRARY OF CONGRESS, 1997).

do Turquestão do Leste, ou “Uyghurstan”. Pesquisadores, como Moniz Bandeira (2013), defendem a tese de que esse movimento uigur surgiu no período da guerra proxy no Afeganistão, que vivenciou financiamento e treinamento de guerrilhas e grupos armados por parte da CIA, grupos tais que posteriormente vão dar origem à Al Qaeda. Os movimentos sob a filosofia de um Turquestão do Leste foram fortemente impregnados com o extremismo religioso e posteriormente a adoção de ações interpretadas como terroristas. Em 1992 registra-se um dos primeiros casos de terrorismo em Urumqi, capital da região. O documento ““East Turkistan” Terrorist Forces Cannot Get Away With Impunity” publicado em Janeiro de 2002 no site da Missão da ONU na China, acusa as “forças terroristas do Turquestão do Leste” de serem responsáveis por mais de duzentos incidentes em Xinjiang entre 1990 e 2001 somando mais de 162 mortes e 440 feridos (PRC, 2002).

Com o avanço do sentimento de separatismo e de movimentos extremistas, o Partido Comunista no seu oitavo plano quinquenal se coordenou para apresentar uma nova estratégia de crescimento para a região, que havia ficado estagnada desde sua conquista em 1949 (FBIS, 1991). Em fevereiro de 1991, em sessão transmitida na rádio de Xinjiang, o secretário da “Advisory Commission of the Xinjiang Uygur Autonomous Regional CPC Committee”<sup>21</sup> Wang Enmao anunciou a necessidade de garantir que o crescimento da região autónoma fosse superior ao crescimento chinês a fim de reduzir a desigualdade entre o leste e oeste do país. Para isso, o representante do partido salientou que:

The repair and open and regular operation of the Eurasian Continental Bridge will not only advance Xinjiang's further opening to the outside world, but also promote the development of lateral economic ties, cooperation, and mutual support of Xinjiang and its various fraternal provinces, cities, and autonomous regions in the hinterland and coastal areas (FBIS, 1991).<sup>22</sup>

Além disso, sustenta-se o fortalecimento do setor primário (especialmente a produção de algodão e açúcar) e a exploração de recursos advindos do petróleo da região. Com a passagem destacada, percebe-se que desde o primeiro momento de independência das repúblicas vizinhas o governo chinês apresenta a proposta de

---

<sup>21</sup> Traduzido para: Comissão Consultiva do Comitê do Partido Comunista Chinês para a Região Autónoma de Xinjiang Uygur.

<sup>22</sup> “O reparo e a operação aberta e regular da Ponte Continental da Eurásia não só fará avançar a abertura de Xinjiang para o mundo exterior, mas também promoverá o desenvolvimento de laços econômicos laterais, cooperação e apoio mútuo de Xinjiang e suas várias províncias fraternas, cidades e regiões autónomas no interior e em áreas costeiras” (FBIS, 1991, tradução nossa).

conexão com Xinjiang e de desenvolvimento no oeste do país. Uma das medidas adotadas para realizar essa estratégia foi a instalação de incentivos para a comercialização nas fronteiras, como uma proto-zona econômica especial (ZEE), com o Cazaquistão e Quirguistão (FBIS, 1991). O avanço das relações comerciais com o Cazaquistão possibilitou que já nos primeiros anos a troca entre os dois países chegasse a 440 milhões de dólares.

Além dos condicionantes internos, marcados pela questão de Xinjiang e necessidade de apaziguar os ânimos separatistas com a possibilidade de crescimento econômico e investimento na região, é importante mencionar os interesses chineses na Ásia Central e sua motivação. Desde o regime soviético identificou-se a existência de significativas fontes de hidrocarbonetos na região do Cazaquistão e Uzbequistão, além das linhas de gás natural partindo do Turcomenistão. Durante a década de 90 após assistir a duas Guerras do Golfo e dois choques do petróleo, por ocorrências no Oriente Médio, a China se viu na necessidade de ter outras fontes de recursos energéticos que não a Península Arábica, sob controle e influência dos Estados Unidos (WEITZ, 2008). Sendo assim, houve a identificação de novas oportunidades de diversificação de fornecedores energéticos que foram inauguradas pela desvinculação das repúblicas ao Estado Soviético e seu regime de distribuição interno.

O período imediatamente posterior à independência dos países da Ásia Central e a movimentação para o oeste chinês, foi marcado por uma evolução das relações bilaterais entre os países, um nascimento do comércio fronteiriço e especialmente os esforços diplomáticos chineses no grupo conhecido como “Shanghai Five”, ou “Cinco de Shanghai”, estes sendo China, Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão. Conforme já foi levantado, as reuniões dos Shanghai Five culminaram em dois acordos transfronteiriços e posteriormente a consolidação da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) (HAAS, 2007).

As relações da região, todavia, são subitamente afetadas com o advento do atentado em 11 de setembro e a posterior invasão dos EUA ao Afeganistão. A presença da até então potência hegemônica nos países da região desacelerou o investimento ambicioso chinês no Oeste e influenciou fortemente a estrutura organizacional a ser adotada pela OCX (CLARKE, 2008). Sendo assim, os anos que acompanharam a Guerra ao Terror foram caracterizados por um processo gradual de aquisições chinesas nos territórios vizinhos, contratações para obras de

infraestrutura e o início do fornecimento de crédito por parte dos bancos chineses para os bancos dos países da Ásia Central.

Apenas no final da primeira década do século XXI que se iniciam os investimentos em infraestrutura multinacional, tendo como uma de suas primeiras investidas as Linhas de conexão do Gasoduto Turcomenistão-China, ou como ficou conhecido o “Central Asia - China Gas Pipeline”. As reservas de gás natural do Turcomenistão foram descobertas nos primeiros anos da URSS, nos campos de Dzharkak na bacia de Amu Darya, na fronteira com o Uzbequistão (LIBRARY OF CONGRESS, 1997). A estrutura original que transportava o gás foi construída entre 1960 e 1988 e conectava o Turcomenistão à Rússia passando pelo Uzbequistão e Cazaquistão (ARRANTZ et al, 2017). Após firmar um acordo de fornecimento de gás em 2006, a China se deparou com a necessidade de modernizar a estrutura de transporte e iniciou o projeto das Linhas A e B entregues em 2009 e 2010 respectivamente (PRADHAN; MOHANTY, 2021). Outro importante desenvolvimento desse período foi a aquisição por parte da empresa chinesa China National Petroleum Corporation (CNPC) de segmentos das empresas estatais petrolíferas, como o caso da PetroKazakhstan em 2005 (AEI, 2022; AIDDATA, 2021). Percebe-se então que aos poucos as empresas estatais chinesas se movimentam em direção às economias da Ásia Central, negociam-se cotas de recurso energético a serem destinadas para a China e inicia-se um processo de estudos sobre possibilidades de construção em infraestrutura energética e de transporte que conectem o Xinjiang aos seus vizinhos euroasiáticos.

### **3 INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO: INVESTIMENTOS CHINESES NA ÁSIA CENTRAL**

Dividimos o presente capítulo em duas partes, a primeira delas procura descrever a iniciativa Belt and Road, seus principais corredores e o papel desempenhado pela Ásia Central na estratégia chinesa. Para isso, estudamos os planos multilaterais de infraestrutura que ligam a região e com isso solidificam a chamada ponte da Eurásia. Realizamos uma breve revisão de análises sobre as consequências e resultados do fortalecimento da influência chinesa nos últimos anos. No segundo momento do texto intentamos trazer à luz os principais dados e indicadores macroeconômicos que definem a última década de relações bilaterais com a China sob a égide da BRI. A fim de melhor compreender a situação atual da relação econômica entre a China e os países da Ásia Central, analisamos algumas medidas. Em um primeiro momento apresentaremos os dados de investimento e construção publicados pelo American Enterprise Institute. Este banco de dados intitulado “China Global Investment Tracker”, compila as informações de cerca de 3800 projetos financiados por empresas chinesas em diferentes áreas como energia, transporte e agricultura. A abrangência temporal vai de 2005 até 2022, o que permite uma análise do período pré e pós BRI. Para cada Estado, serão destacadas as áreas dos projetos, seu número pré e pós BRI, o investimento de maior valor agregado e o mais recente projeto anunciado.

Em um segundo momento, buscamos identificar a proporção que a China ocupa na quantidade de Investimento Estrangeiro Direto (FDI) em cada país ao longo dos anos. Para isso, buscou-se as bases de dados e centros de estatísticas nacionais de cada banco, ou Estado analisado. A fim de dimensionar melhor a evolução da presença chinesa, comparamos a evolução desses dados com os da presença russa no mesmo período, para entender o pêndulo entre as duas potências. Como último esforço de comparação entre o período pré e pós BRI, buscamos os dados disponíveis na plataforma AidData China, mais especificamente o “AidData’s Global Chinese Development Finance Dataset, Version 2.0”. Essa base de dados compila as interações chinesas com os demais países em diferentes modalidades de financiamento de 2000 a 2017. Dentre os tipos de financiamento



possíveis estão Empréstimo, Doação, “Crédito do exportador”<sup>23</sup>, assistência técnica sem custo e bolsas de estudo/treinamento no país doador.

### 3.1 O Belt and Road Initiative

Nessa seção será apresentada a Belt and Road Initiative (BRI), seus princípios e a posição que a Ásia Central ocupa no projeto. Os processos de integração do Oeste da China podem ser separados em três momentos a partir das independências das ex-repúblicas soviéticas (GARCIA, 2022). O primeiro momento de 1991 - 2000 é classificado como “Dual-Opening” que implicou na abertura das fronteiras para a troca comercial entre a região e o Xinjiang, associado ao grupo “Shanghai Five” com suas negociações sobre demarcação de fronteiras e estabilização da Ásia Central. O segundo momento de 2001 - 2013 é marcado pela política do “The Great Western Development”, uma espécie de Marcha para o Oeste chinesa, em que o governo estimulou políticas de desenvolvimento no extremo ocidente do país a fim de garantir a segurança da região, esse período é acompanhado pela criação e sedimentação da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), com o acréscimo do Uzbequistão ao grupo e a definição do escopo que incluía o combate dos três males (separatismo, extremismo, terrorismo), garantindo a cooperação dos países vizinhos para a manutenção da ordem em Xinjiang e nas fronteiras. Por fim, o período de 2013 até o presente momento em que o Partido identificou que o desenvolvimento da região chinesa estava relacionado com o desenvolvimento da região centro-asiática como um todo (GARCIA, 2022).

A ideia de uma retomada da Rota da Seda não é um conceito novo, tendo estado em discussão nas elites políticas e intelectuais chinesas desde os anos 2000. Ainda assim, em matéria de política externa e política internacional, o pronunciamento do Presidente Xi Jinping em setembro de 2013 na Universidade de Nazarbayev em Astana propondo o estabelecimento de um “Silk Road Economic Belt” com os países da Ásia Central, dias antes de se juntar aos demais chefes de Estado na reunião da OCX, é um marco para compreender a política chinesa

---

<sup>23</sup> Tradução nossa do conceito de Export Buyer's Credit, essa categoria de financiamento chinês corresponde a um mecanismo de financiamento de médio e longo prazo fornecido pelo banco do exportador e apoiado pelo governo de origem do exportador ao importador. Ou seja, é a compra de produtos com o uso de um empréstimo.

contemporânea (XINHUA, 2013). Da mesma forma, o discurso na reunião da comunidade China-ASEAN em outubro do mesmo ano para promover o conceito do “21st Century Maritime Silk Road”, marca a segunda etapa do projeto. No ano seguinte, em novembro de 2014, o Presidente Xi Jinping anunciou o estabelecimento do “Silk Road Fund” com a disponibilização de US\$40 bilhões para o financiamento de projetos Belt and Road. Em 2015 a China destacou as prioridades do Belt and Road Initiative, ressaltando a infraestrutura de transporte, a facilitação do comércio e investimento, a cooperação financeira e trocas culturais (PEOPLE’S DAILY, 2016).

A situação pós pandemia mantém os investimentos na BRI inferiores ao período pré-pandêmico de 2019. Em 2021, ainda assim, registrou-se por parte dos gastos chineses um engajamento de US\$59,5 bilhões, dos quais US\$13,9 bilhões foram através de FDI e US\$45,6 bilhões por meio de contratos financiados por empréstimos chineses (NEDOPIIL WANG, 2022). Em Janeiro de 2022 o porta-voz do Ministério do Comércio da China divulgou os valores investidos em 2021 e também anunciou a assinatura de 560 novos projetos com um valor individual de contrato superior a 100 milhões de dólares, um aumento de 46% em relação a 2020 (WANG; YU, 2022). Esses projetos estão concentrados principalmente nas áreas de infraestrutura. De acordo com os dados oficiais até o presente momento, dezembro de 2022, a China assinou mais de 200 documentos de cooperação para construção conjunta do “Belt and Road Initiative” com 150 países e 32 organizações internacionais (CHINA BELT AND ROAD NETWORK, 2022).

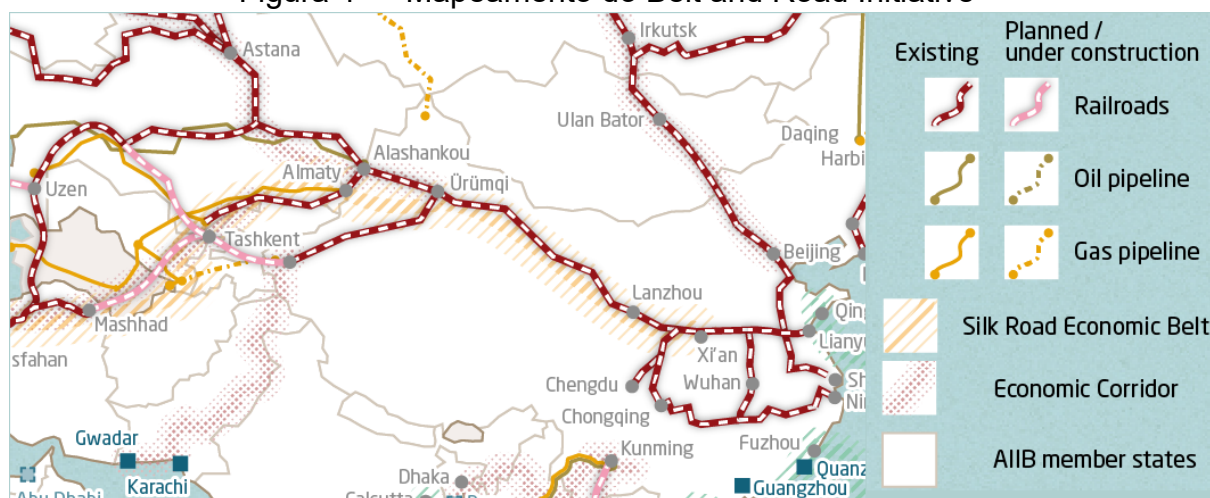
É importante mencionar que a adesão ao Belt and Road Initiative tem como carro-chefe a chamada estratégia “win-win”. Ao divulgar o programa, enfatiza-se o benefício mútuo dos participantes em aspecto econômico e logístico, a fim de distanciar os investimentos chineses de uma narrativa exploratória, ou imperialista. Ademais, a China afirma que seu investimento e parceria independe de um pacote de políticas e reformas, como o demandado por instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (HAO, 2018). Sendo assim, ao se juntar à BRI os Estados e Organizações Internacionais teriam a possibilidade de investir em infraestrutura e desenvolvimento sem precisar democratizar, ou liberalizar seus



regimes. Além dos tradicionais cinco princípios da coexistência pacífica<sup>24</sup>, a BRI leva consigo outras cinco metas para o desenvolvimento dos projetos, estas sendo: coordenação de políticas, conectividade entre instalações, facilitação do comércio, integração financeira e laços interpessoais (people to people bond) (PRC, 2015; KE, 2018).

Para a Ásia Central, a proposta que mobiliza os projetos e ingressos na iniciativa é justamente o “Cinturão”, ou Economic Belt, que almeja conectar a Ásia à Europa, além de investir nas capacidades produtivas da região. O BRI é dividido em seis corredores econômicos<sup>25</sup>, mas apenas dois deles estão diretamente ligados à região, são eles a “New Eurasian Land Bridge” e o “Corredor China-Ásia Central-Ásia Ocidental” (PRC, 2021). Ambos os corredores têm como objetivo possibilitar a ampliação do comércio entre as regiões, mas especialmente possibilitar o escoamento dos recursos energéticos para a China (Figura 4).

Figura 4 — Mapeamento do Belt and Road Initiative



Fonte: Adaptado de MERICS (2018)

Assim, o Belt and Road Initiative surge para complementar os investimentos no Oeste do país, ampliar o alcance dos mercados chineses e o acesso aos recursos

<sup>24</sup> Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica são respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não interferência nos assuntos internos uns dos outros, igualdade e benefício mútuo e coexistência pacífica (PRC, 2015).

<sup>25</sup> A Belt and Road Initiative é organizada em seis corredores econômicos : (1) a “New Eurasian Land Bridge”; (2) Corredor China-Ásia Central-Ásia Ocidental; (3) Corredor China-Paquistão; (4) Corredor Bangladesh-China-Mianmar; (5) Corredor China-Mongólia-Rússia; (6) Corredor da China-Península da Indochina

energéticos, mas também para garantir que o desenvolvimento da região como um todo fosse atingido e com isso se alcançasse a estabilidade da segurança regional.

### **3.2 Relações Bilaterais China e Ásia Central**

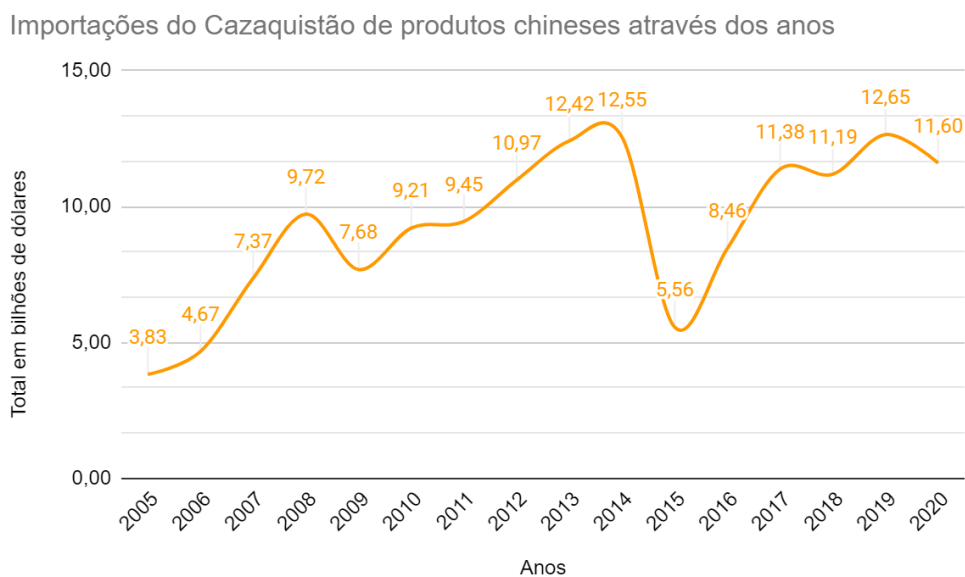
Nessa última seção foram mapeados os indicadores econômicos e dados de investimento chinês na região, a fim de mensurar a evolução das relações bilaterais econômicas entre China e Ásia Central nos últimos 20 anos.

#### **3.2.1 Cazaquistão**

A economia da República do Cazaquistão é caracterizada pela exportação de recursos naturais, devido à sua alta concentração de hidrocarbonetos e minerais (LIBRARY OF CONGRESS, 1997). Conforme apresentado no contexto histórico, o Cazaquistão foi a primeira república ex-soviética a estabelecer relações econômicas com a China (CLARKE, 2008). A troca comercial entre os estados que iniciou na década de 90 em menos de 500 milhões, chegou a seu recorde na primeira metade de 2022 atingindo um patamar de US\$ 19,7 bilhões (BULATKULOVA, 2022; CLARKE, 2008). Nas últimas décadas é possível observar uma progressão significativa do comércio, apesar de um período turbulento em 2015.

A análise dos dados apresentados nos Gráficos 1 e 2 permite identificar uma tendência de balança de pagamentos negativa, ou seja, importa mais que exporta, para os Estados da Ásia Central, questão que pode ser observada além do caso do Cazaquistão. Isso é consequência também do tipo de matriz produtiva que é comercializada entre as nações, no caso do Cazaquistão as principais exportações se dão sob a forma de derivados do petróleo, minerais e urânio, enquanto este importa da China produtos de maior valor agregado como eletrônicos, maquinarias e bens de consumo.

### Gráfico 1 — Importações do Cazaquistão oriundas da China



Fonte: Harvard Growth Lab's: The Atlas Of Economic Complexity (2022)

### Gráfico 2 — Exportações do Cazaquistão para China

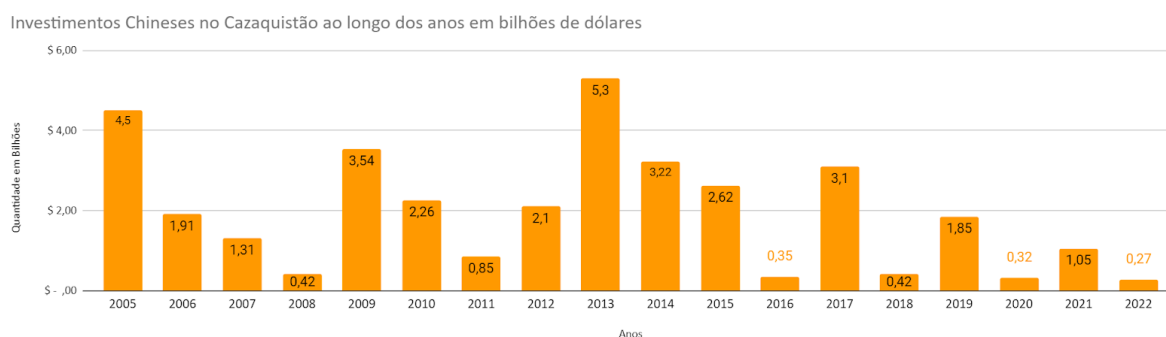


Fonte: Harvard Growth Lab's: The Atlas Of Economic Complexity (2022)

Além de apresentar a Balança de Pagamentos, confirmando a tendência observada anteriormente na relação da China com a Região como um todo, é necessário retomar a discussão sobre os investimentos chineses em áreas chave como infraestrutura, transporte e energia. Entende-se que apesar da relevância do

BRI e das novas estruturas de financiamento que advieram de seu crescimento, a participação da China na Ásia Central precede a iniciativa e por isso apresenta uma evolução não linear de investimentos, indicando a existência de um esforço anterior de modernizar a região.

Gráfico 3 — Investimentos e Construções Chinesas no Cazaquistão



Fonte: American Enterprises Institute: China Global Investment Tracker (2022)

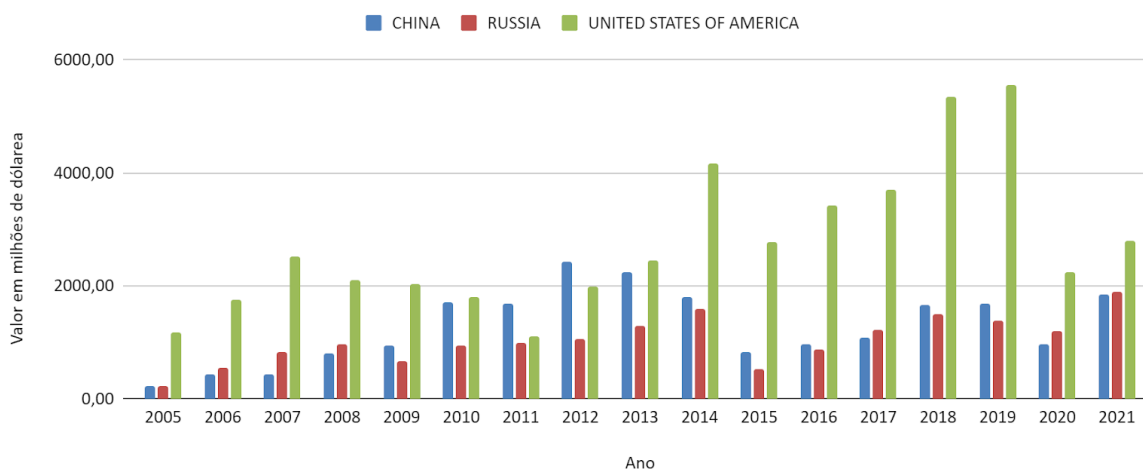
O ano de 2013, que marca o ápice dos investimentos chineses no país, também é ponto de partida da “Silk Road Economic Belt” proposta pelo presidente Xi Jinping em discurso na Universidade de Nazarbayev em Astana (XINHUA, 2013). O valor de US\$ 5,3 milhões (Gráfico 3) corresponde à compra de 8,33% da capacidade produtiva da plataforma de petróleo offshore de Kashagan localizada no mar Cáspio a oeste do Cazaquistão por parte da empresa China National Petroleum Corp. (CNPC). Essa negociação entre Cazaquistão e China foi feita em detrimento da companhia estatal indiana ONGC que estava programada para comprar a parte. Com essa aquisição, a China se junta às empresas da Itália, Estados Unidos, Holanda, França e Japão, além do próprio Cazaquistão na exploração de petróleo em Kashgan (GORDEYEVA, 2013). É importante mencionar que parte do acordo feito entre os dois governos acerta que a China vai financiar um empréstimo de até US\$ 3 bilhões para a empresa cazaqui KazMunaiGas a fim de amparar no financiamento da segunda etapa do desenvolvimento de Kashagan.

Seguindo na exploração da presença chinesa, utilizou-se dos dados do Banco Nacional da República do Cazaquistão a respeito de Investimento Estrangeiro Direto (FDI), Gráfico 4, para comparar os pesos e influências na região quando estimados ao lado de outra potência. Os resultados levantados para o Cazaquistão foram surpreendentes, não apenas pelo alto grau de investimento estadunidense, mas também porque a China é somente o quinto país que mais

promove FDI na região, com um somatório de US\$ 1,8 bilhões no ano de 2021, uma quantidade pequena quando comparado aos US\$ 6,9 bilhões investidos pela Holanda no mesmo período.

#### Gráfico 4 — Investimento Estrangeiro Direto (FDI) no Cazaquistão

Investimento Estrangeiro Direto no Cazaquistão, comparação entre as três grandes potências



Fonte: National Bank of the Republic of Kazakhstan - Gross inflow of direct investment in Kazakhstan from foreign direct investors: breakdown by countries (2022)

A posição do Cazaquistão em matéria de FDI se diferencia dos demais países da Ásia Central, devido a sua capacidade de produção petrolífera, mas principalmente dados os leilões de empresas estatais que ocorreram logo após a independência, aumentando a presença de empresas estrangeiras na região e estimulando mais a entrada de capital exterior.

Ao buscar na base de dados da AidData China (2022), identificou-se no Cazaquistão 124 projetos de financiamento. Dentre esses 76 ocorreram entre 2000 e 2012, ou seja, precedem as intenções da BRI. Estes se dividem em 5 no modelo “Crédito do exportador”, 45 Doações, 25 Empréstimos e 1 modelo de bolsa de estudos. Nesse período o maior gasto, foi em 2008 com o empréstimo de US\$7,5 bilhões por parte do China Development Bank e do Bank of China para o desenvolvimento das Seções do Cazaquistão correspondentes às Linhas A e B do Gasoduto Turcomenistão-China, ou “Central Asia - China Gas Pipeline” que foram entregues em 2012. Neste mesmo ano, ambos os bancos novamente financiaram um empréstimo de US\$4,7 bilhões desta vez referente à Linha C do mesmo gasoduto, que foi entregue em 2014.

Entre 2013 e 2017, apenas 4 anos quando comparado com os 12 anteriores, o país recebeu 48 projetos. Destes, duas eram negociações de dívida, 5 no modelo crédito do exportador, 10 doações, 27 empréstimos e 4 projetos com estratégia orçamentária indeterminada (AIDDATA, 2022). Nessa sequência de financiamentos o com maior valor agregado ocorreu em Agosto de 2015, quando China e Cazaquistão assinaram 25 acordos totalizando US\$23 bilhões, esses acordos foram distintos dos assinados em Março do mesmo ano e resultaram na promoção de projetos multissetoriais.

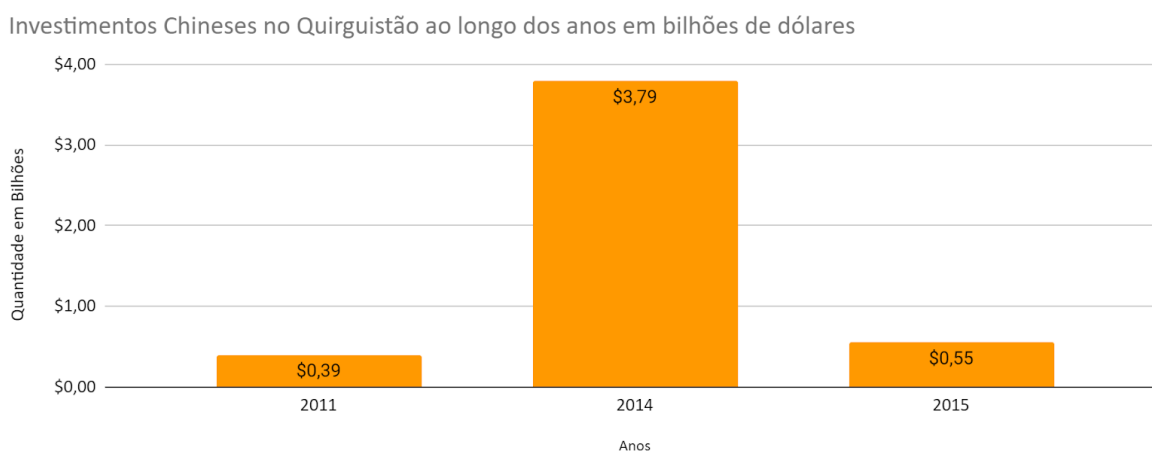
### 3.2.2 Quirguistão

Assim como no caso do Cazaquistão, as relações com a China se estabeleceram logo após a independência da república, contando com visitas de alto escalão do presidente do Quirguistão à Pequim e visitas de Ministros Chineses a região a fim de projetar um aprofundamento das relações comerciais no oeste da China (CLARKE, 2008). Uma característica importante da relação entre os dois países é a questão da dívida externa do Quirguistão. Atualmente totalizando cerca de U\$5 bilhões, o governo do Quirguistão deve 42,9% desse valor aos bancos Chineses, especialmente o Export-Import Bank of China que possui um crédito de U\$1,8 bilhões (RUSLANOVA, 2022). Diferentemente de seu vizinho cazaque, o país não possui grandes reservas de hidrocarbonetos, todavia consegue exportar para China uma gama de minerais como alumínio, ferro e aço, além de metais não ferrosos (CLARKE, 2008). Ainda assim, a maior parte das exportações do país estão direcionadas para a Europa, especialmente Suíça e Reino Unido, devido à exploração das reservas de ouro e prata quirguiz. Diferentemente da relação com os países europeus as exportações para a China são mais diversificadas contando com, além dos minerais, itens do primeiro setor agropecuário e até mesmo um pouco de maquinaria (GROWTH LAB, 2022). No que tange a importações, a China é a maior fornecedora de materiais, especialmente têxteis, desde 2002. Sendo assim, o país mantém uma balança de pagamentos negativa com a China, mas tem a potência como seu principal parceiro comercial.

Apesar de não ser o principal destino para as exportações de minerais, a China manteve sua participação ativa em matéria de investimento estrangeiro no país. Ademais, nota-se no Gráfico 5 que o período pós promoção da BRI trouxe ao país uma onda de investimentos e construções financiadas por entidades chinesas.

O ano de 2014, período de maior dispêndio registrado corresponde a uma série de construções e investimentos nas áreas de energia e transporte. O principal deles sendo a quantia de U\$1,4 bilhões em construções ofertada pela CNPC vinculadas ao transporte de gás no país, possivelmente referente a Line D do Central Asia - China Pipeline (AEI, 2022). Nesse mesmo ano, outros U\$1,29 bilhões foram direcionados para construções no setor de transporte, mais especificamente na aviação civil, em dois projetos diferentes, o primeiro sob coordenação da Beijing Urban Construction e outro encabeçado pela China National Machinery Industry (Sinomach). O projeto de maior valor estipula a transformação do aeroporto civil de Bishkek, o Manas International Airport, em um *hub* estratégico para voos de carga e de transporte de passageiros entre Europa e Ásia. É importante mencionar que essa transformação é o seguimento da retirada da base estadunidense de Manas e reapropriação por parte do governo do Quirguistão (RICKLETON, 2014).

Gráfico 5 — Investimentos e Construções Chinesas no Quirguistão

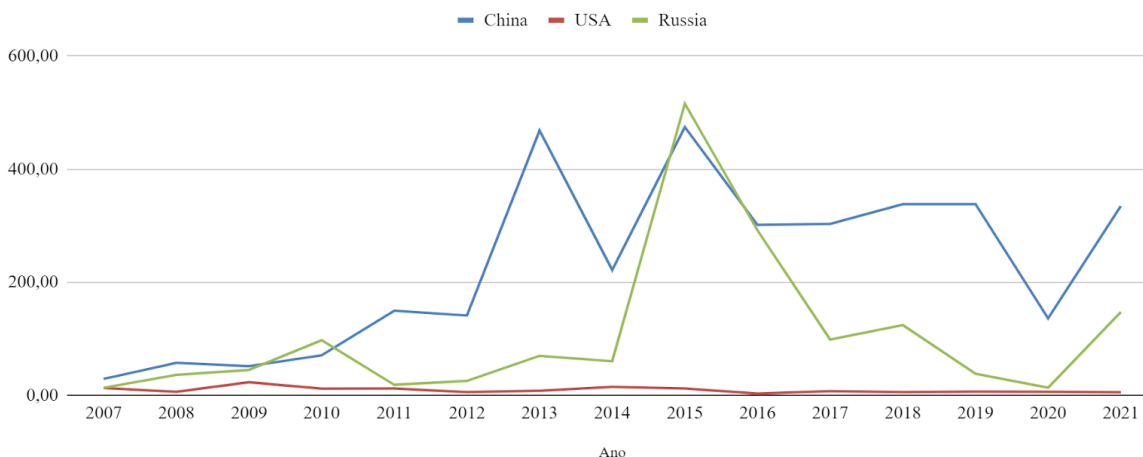


Fonte: American Enterprises Institute: China Global Investment Tracker (2022)

Conforme o observado no Gráfico 6, a China tem uma presença constante em matéria de FDI no Quirguistão. Apesar de não apresentar um valor tão elevado quando comparado com outros países da região como o Uzbequistão, o fluxo crescente e contínuo de investimentos no país e os picos alcançados após o lançamento da iniciativa privada Belt and Road demonstram uma presença de empresas chinesas na região e um interesse chinês no desenvolvimento do país (KYRGYZ REPUBLIC, 2022).

### Gráfico 6 — Investimento Estrangeiro Direto (FDI) no Quirguistão

Investimento Estrangeiro Direto no Quirguistão por País (qtd em milhões de dólares)



Fonte: National Statistical Committee of the Kyrgyz Republic: 4.04.00.07 Entrance of direct foreign investment by countries (2022)

Finalizando a análise da influência e presença da China no Quirguistão, faz-se necessário observar os dados de “Global Development Finance” compilados pela AidData China entre os anos de 2000 e 2017. Ao total, a base de dados identificou 96 projetos firmados, dos quais 70 foram no período pré-BRI (2000-2012) e 26 após a promoção da iniciativa. Analisando a média dos anos percebe-se um leve avanço no número de acordos por ano após a BRI. No primeiro período estes 70 projetos se dividem em: duas renegociações de dívida, seis no modelo “Crédito do exportador”, 41 Doações, 18 Empréstimos, duas assistências técnicas sem custo e um projeto com estratégia orçamentária indeterminada. Nesse período o maior gasto foi em 2012 no modelo “Crédito do exportador” em que o banco China Eximbank disponibilizou U\$389,7 milhões de linha de crédito para a construção do projeto Linha de Transmissão Datka-Kemin 500kv. Esse projeto se iniciou em agosto de 2012 e foi entregue em agosto de 2015, tendo como propósito a construção de 288km de uma linha de transmissão de energia com capacidade de 500kV da cidade de Datka para a subestação em Kemin, no Quirguistão.

No segundo período, agora sob a política da BRI, identificaram-se 26 projetos, dentre estes uma renegociações de dívida, três no modelo “Crédito do exportador”, 15 Doações, 5 Empréstimos e um projeto com estratégia orçamentária indeterminada. Destes o maior investimento ocorreu em 2015, quando novamente o



banco China Eximbank providenciou recursos no modelo “Crédito do exportador” em um valor de U\$185 milhões para a construção da rodovia na Seção Aral-Kazarman do projeto “Alternative North-South Road”. O objetivo do projeto maior é reduzir os custos do comércio e conexão entre o norte (Rússia e Ásia Central) e o sul (Irã e Índia), a seção envolvida no crédito corresponde aos quilômetros 195 até 291 entre as cidades de Aral e Kazarman. A construção teve início em agosto de 2015 e foi concluída em 2022 (AIDDATA, 2022).

Depreende-se, portanto, que diferentemente do caso do Cazaquistão, em que na primeira metade predominaram doações e a segunda empréstimos, no Quirguistão mantém-se uma alta quantidade de doações, fenômeno que casa com as condições econômicas menos desenvolvidas no país quando comparado ao seu vizinho. Nota-se também que o valor agregado dos investimentos chineses é significativamente inferior no país quando comparado com os investimentos em território cazaque. Ademais, os maiores investimentos no país não foram de empréstimos diretamente, mas sim um acordo de fornecimento de crédito e construção por parte de empresas chinesas no Quirguistão.

### 3.2.3 Tadjiquistão

O Tadjiquistão teve até 2013 o alumínio bruto como seu principal material de exportação. Todavia observa-se um crescimento no setor de serviços, em especial a área de transporte, de 2009 para 2010, quando saiu de US\$70 milhões para US\$170 milhões. O alumínio bruto, que já correspondeu a quase 50% das exportações do país, em 2020 ocupou apenas o valor de 12,45%. Os principais compradores do Tadjiquistão, além de seus vizinhos da Ásia Central, são a Turquia e a Suíça. O primeiro importando alumínio e algodão e o segundo explorando a maior parte do Ouro do país desde 2012 (GROWTH LAB, 2022). A China, surpreendentemente, costuma ocupar a 5ª ou 6ª posição no ranking de principais destinos das exportações Tadjiques.

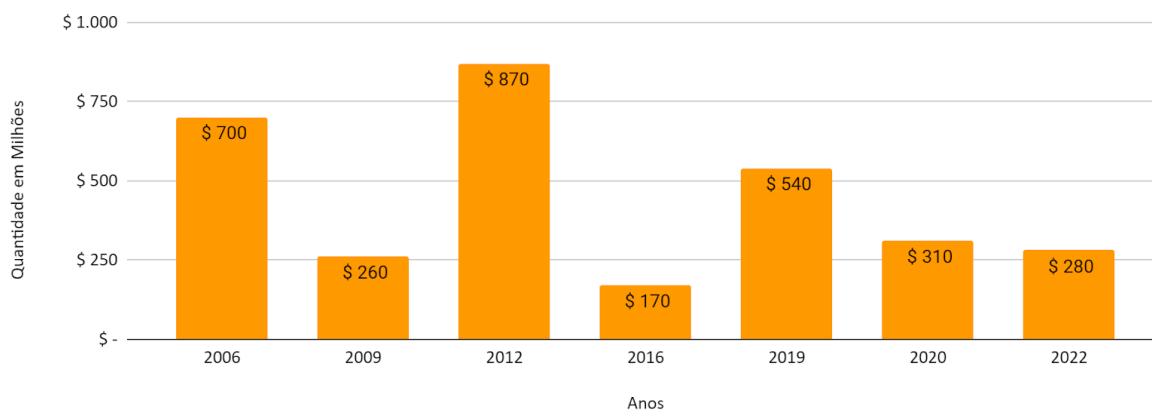
No comércio com a China, as exportações do país ao longo dos anos foram predominantemente de alumínio e outros metais, somando US\$40,9 milhões em 2020. Já em matéria de importações, os produtos chineses ocupam desde 2008 a posição de principais bens a adentrar o pequeno país. O recorde desse comércio se deu em 2016, quando os produtos chineses ocuparam 47,92% das importações do país, totalizando US\$1,73 bilhões (GROWTH LAB, 2022). Identifica-se, assim, a

China como principal parceira comercial do Tadjiquistão desde o final dos anos 2000. Todavia, é importante notar que o principal impacto da China no país não se dá pela Balança de Pagamentos negativa, mas pelos investimentos e construções no país que se acentuam com a BRI.

Conforme o apresentado no Gráfico 7, o Tadjiquistão é um destino recorrente de investimentos e construções oriundas da China, superando a frequência observada no seu país vizinho Quirguistão, apesar de receber investimentos com valor inferior a esse. Somam-se um total de 10 projetos nos últimos 12 anos, três deles em 2012, sendo o de maior valor agregado correspondente ao projeto de construção de U\$0,54 bilhões em 2019 (AEI, 2022). Sendo realizado na indústria de alumínio, o projeto de 2019 contou com a parceria entre a empresa “China National Machinery Industry (Sinomach)” e a “TALCO (Tajik Aluminium Company)”, em que a parte chinesa se comprometeu com a modernização do programa de fundição de alumínio, a fim de reduzir os custos de produção e aumentar os lucros da empresa Tadjique (EURASIANET, 2019; FIRUZ; ABDULLO, 2019).

Gráfico 7 — Investimentos e Construções Chinesas no Tadjiquistão

Investimentos Chineses no Tadjiquistão ao longo dos anos em milhões de dólares

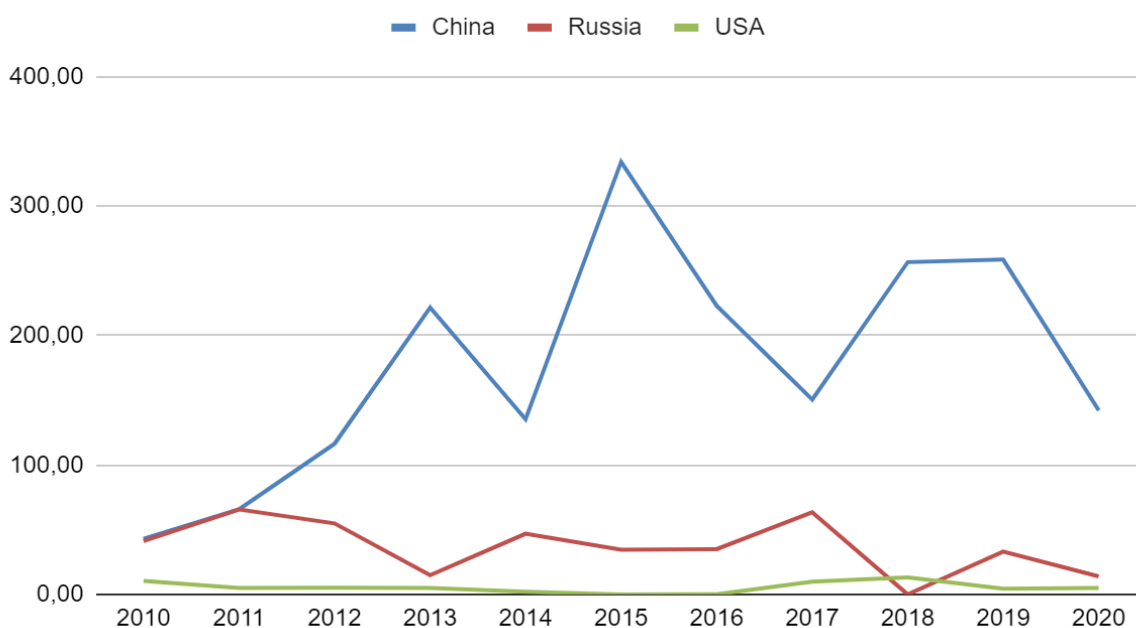


Fonte: American Enterprises Institute: China Global Investment Tracker (2022)

Além dos investimentos e construções chinesas identificados no gráfico anterior, faz-se necessário mencionar a presença do FDI chinês no Tadjiquistão. Conforme o apresentado no Gráfico 8, em 2012 a RPC ultrapassou a Rússia e as empresas chinesas se tornaram as principais fontes de investimento do país, chegando a um recorde de US\$334 milhões em 2015 (REPUBLIC OF TAJIKISTAN, 2022). Os Investimentos Estrangeiros Diretos no país se mostram consistentes com

o valor empenhado no vizinho Quirguistão e claramente superiores ao reservado para o Cazaquistão. A maior parte dos investimentos chineses são direcionados para o setor de mineração, e correspondem à exploração e tratamento de chumbo, zinco e outros minérios, além da mineração de metais preciosos e semipreciosos. Em 2021 e 2022 o valor do FDI chinês voltou a subir, passando dos US\$200 milhões, a sua maior parte se dá devido à joint-venture TALCO Gold entre a empresa tadjique TALCO e a chinesa Tibet Huayu Mining. Esse projeto de joint-venture tem como objetivo produzir cerca de 2,2 toneladas de ouro e 21 mil toneladas de antimônio por ano, empregando predominantemente cidadãos tadjiques e repartindo os lucros entre as empresas das duas nações (EURASIANET, 2022).

Gráfico 8 — Investimento Estrangeiro Direto (FDI) no Tadjiquistão  
Investimento Extrangeiro Direto no Tadjiquistão por país (em milhões de dólares)



Fonte: National Bank of Tajikistan: Direct foreign investments in the Republic of Tajikistan by countries (2022)

Finalizando a análise da influência e presença da China no Tadjiquistão, faz-se necessário observar os dados de “Global Development Finance” compilados pela AidData China entre os anos de 2000 e 2017. Ao total a base de dados identificou 110 projetos firmados, destes 61 foram no período pré-BRI (2000-2012) e 49 após a promoção da iniciativa até 2017. Indo de aproximadamente 5 projetos por ano no primeiro período para 9 projetos por ano no momento mais recente. Dentre

os 61 primeiros projetos de desenvolvimento encontram-se duas renegociações de dívida, nove no modelo “Crédito do exportador”, uma assistência técnica sem custo, 36 Doações, 11 Empréstimos, e duas bolsas de estudo. Nesse período o projeto de maior valor corresponde ao modelo “Crédito do exportador” em 2006 no valor de US\$281 milhões em um acordo de empréstimo para o primeiro estágio da construção da estrada “Dushanbe-Khujand-Chanak”, conhecida como Rodovia Tadjiquistão-Uzbequistão. O projeto foi acertado durante reunião da OCX em 2006 e previa a reconstrução de 354 km de rodovia, além de mais de 6 mil metros de túnel, 39 pontes e 6 km de defesas anti-avalanche. O crédito foi financiado pelo China Eximbank e o projeto foi entregue em 2012 (AIDDATA, 2022).

Após o anúncio da Iniciativa Belt and Road o país recebeu 49 projetos, dentre estes duas renegociações de dívida, quatro no modelo “Crédito do exportador”, uma assistência técnica sem custo, 22 Doações, 18 Empréstimos, e duas bolsas de estudo. Percebe-se, então, que apesar de ainda ter uma maioria de doações, o país passa a receber mais empréstimos das empresas chinesas. Esse fenômeno contribui para a situação atual da dívida externa do país, cujos um terço se refere aos valores despendidos pelo China Eximbank. Diferentemente do observado nos outros países da região, o projeto de maior valor assinado entre os dois países foi uma Doação em 2017 equivalente a US\$230 milhões. O valor foi negociado em RMB (moeda chinesa) em um total de RMB 1,5 bilhões, oferecido pelo Ministério do Comércio da China para o Governo do Tadjiquistão com o objetivo de construir dois projetos o “Government Complex” e o “Parliamentary Complex” e o projeto foi entregue já em 2018 (AIDDATA, 2022).

Ao observar a relação da China com seu vizinho Tadjiquistão é possível perceber uma distinção entre a relação com países mais ricos como o Cazaquistão. A RPC apesar de não ser o maior destino de importações do país tem no Tadjiquistão um importante braço da BRI e enxerga no país fortes oportunidades de investimento em desenvolvimento, desde doações até empréstimos e exportações.

#### 3.2.4 Uzbequistão

O Uzbequistão, juntamente com o Cazaquistão é um dos países mais ricos da região, devido não apenas a sua capacidade energética, mas também sua proximidade com o Mar Cáspio. A matriz uzbeque de exportação mudou bastante desde a independência da república que iniciou com mais de 50% de seu valor em

algodão, um resquício da divisão setorial de produção das repúblicas soviéticas. Em 2001, pode-se observar uma acentuação na exploração de petróleo e gás no país e o início do investimento em jazidas de ouro. Em 2008 observa-se também um crescimento na exploração de urânio e pela primeira vez a exportação de hidrocarbonetos ultrapassa a de algodão. Entre 2011 e 2014 o setor de serviços, em especial a área de transporte, passa a ser a maior porção do rendimento em exportação. Todavia, em 2014 inicia-se o com na exportação de ouro que se torna a principal fatia de exportação do país em 2015 e chega a 42,13% das exportações em 2019, com um total de US\$8,85 bilhões (GROWTH LAB, 2022).

Até 2002 a Rússia fora o principal destino da produção uzbeque, sendo brevemente ultrapassada pelo Reino Unido de 2003 a 2005 devido a exploração do ouro. Em 2013, pela primeira vez, a China tornou-se o maior destino de exportações do país. Todavia, esse fenômeno é rapidamente desacelerado devido à descoberta de jazidas de ouro no país e a sua subsequente exploração por países europeus como Suíça e Reino Unido que novamente sobem para a posição de principais destinos de exportação. Esse fenômeno desacelera a partir de 2019 trazendo a China novamente para a primeira posição. As exportações do Uzbequistão para a China foram em um primeiro momento (até 2012) predominantemente de algodão e alguns significativos milhões em Urânio. Contudo, em 2013, o país passou a exportar cerca de US\$800 milhões em petróleo, que desde então se mantém como um dos principais produtos enviados para a RPC. Em 2018, os hidrocarbonetos corresponderam a 59,25% dos produtos importados pela China totalizando US\$1,16 bilhões (GROWTH LAB, 2022).

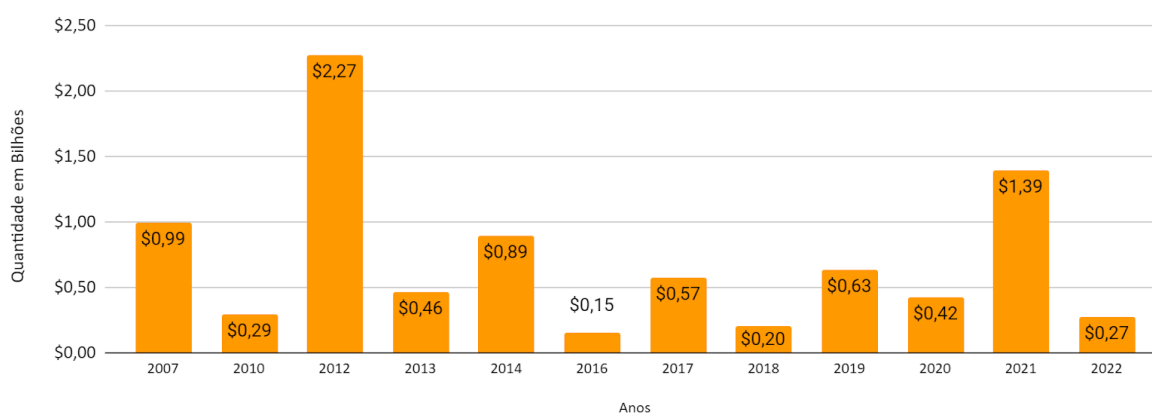
No que tange às importações, a China ultrapassou a Rússia como destino pela primeira vez apenas em 2015, quando chega a 20,92% dos bens importados no Uzbequistão. Os dados mais recentes de 2020 indicam a China como maior origem de importações do país, ocupando 25,62% dos importados, enquanto as importações russas equivalem a 22,79%. Todavia, esses cinco anos não foram de completa predominância chinesa, indicando possíveis oscilações para anos futuros. Percebe-se, então, que apenas na última década a China solidificou sua posição como principal parceira comercial do Uzbequistão. Tendo uma trajetória muito mais vagarosa do que o observado nos outros três países vizinhos.

No que se refere a investimentos e construções chinesas no Uzbequistão (Gráfico 9), identifica-se uma baixa adesão pré-BRI, seguida de uma guinada a

partir de 2012, contando com projetos em quase todos os anos subsequentes. O ano de 2012 marca o primeiro grande investimento chinês nas jazidas de gás natural, contando com um recurso para construção de US\$2,04 bilhões pela China National Petroleum Corp. (CNPC) para a realização da ampliação do gasoduto China-Ásia Central que passa por Turcomenistão e Uzbequistão. Os investimentos e construções a partir de 2013 foram de menor valor agregado, entre US\$100 milhões e US\$760 milhões, mas com mais frequência somando 21 projetos, dentre estes 16 de construção. Um dos mais recentes investimentos de Dezembro de 2021, corresponde ao dispêndio de US\$460 milhões em uma parceria entre a China National Chemical Engineering e a uzbeque Navoiyazot, para a construção de uma planta a fim de ampliar a produção de cloreto de polivinila (PVC) (LARIONOVA, 2021). Nessa mesma linha, em 2022 foi assinado um acordo de cooperação entre os dois países, tendo como motivação a cooperação estratégica para o desenvolvimento da indústria química e do gás no país (AEI, 2022; UZDAILY, 2022).

Gráfico 9 — Investimentos e Construções Chinesas no Uzbequistão

Investimentos Chineses no Uzbequistão ao longo dos anos em bilhões de dólares



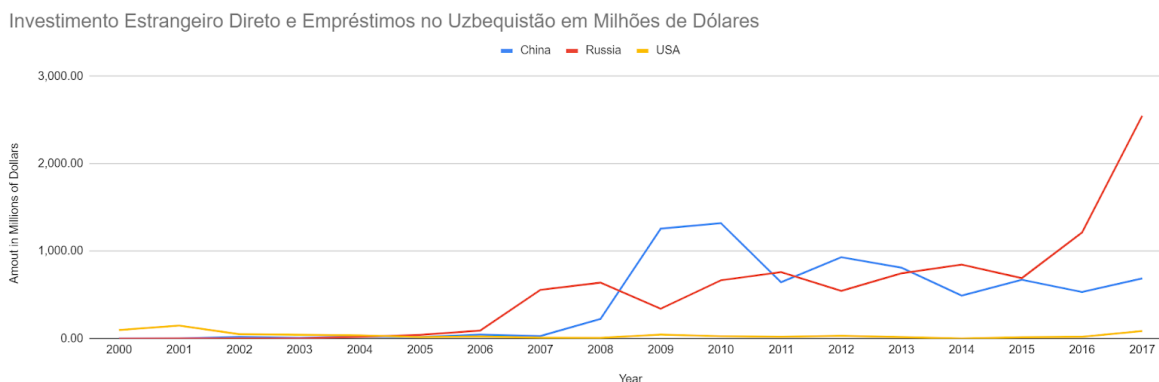
Fonte: American Enterprises Institute: China Global Investment Tracker (2022)

Diferentemente dos dados analisados nos outros três países, não foi possível encontrar na base de dados da República do Uzbequistão apenas os valores referentes aos FDI de cada país, sendo assim, as quantias acabam por ser drasticamente maiores do que as analisadas nos outros países da Ásia Central, isso se dá, pois os Investimentos Estrangeiros Diretos estão somados aos Empréstimos tomados pelo Governo e empresas uzbeques. Ainda assim, achou-se necessário

comparar as dimensões ocupadas pelas três grandes potências (REPUBLIC OF UZBEKISTAN, 2022a).

O período analisado está dividido em duas etapas devido à desvalorização do câmbio executada pelo governo Uzbeque em 2017, momento em que a moeda “som” (UZS) foi de US\$1,0 por UZS\$4210,35 em 29 de agosto de 2017 para US\$1,0 por UZS\$8100 em 05 de setembro de 2017 (REPUBLIC OF UZBEKISTAN, 2022b) em uma medida de abertura econômica do país. Ao analisar os Gráficos 10 e 11 percebe-se uma predominância da China na pasta de FDI e Empréstimos ao Uzbequistão a partir de 2009, contando com uma redução de 2014 a 2017 em que ficou atrás da Rússia nesses quesitos (REPUBLIC OF UZBEKISTAN, 2022a).

Gráfico 10 — Investimento Estrangeiro Direto e Empréstimos no Uzbequistão de 2000 à 2017

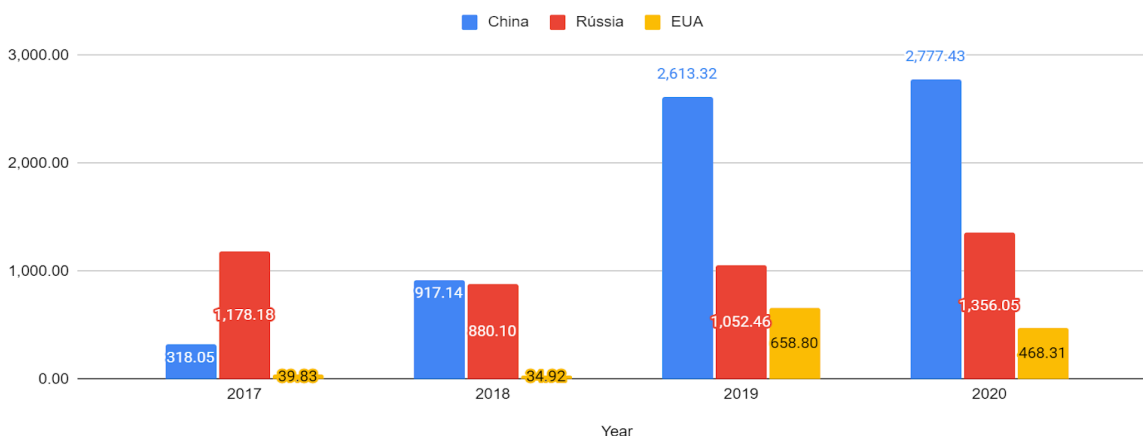


Fonte: The State Committee of the Republic of Uzbekistan on statistics - Open Data Portal of the Republic of Uzbekistan (2022a)

Com a abertura econômica do Uzbequistão de 2017 para 2018, foi possível notar a acelerada entrada de capitais estrangeiros (Gráfico 11). Todavia, apesar do arrefecimento em 2017, a China rapidamente se torna a maior credora do país, com um total de mais de US\$2,6 bilhões investidos em 2019 e US\$2,7 bilhões em 2020 (REPUBLIC OF UZBEKISTAN, 2022a). Além de China e Rússia, outros países com considerável reserva investida no Uzbequistão são Alemanha e Turquia, que também ampliaram sua participação com a abertura econômica e ultrapassam até mesmo os EUA.

## Gráfico 11 — Investimento Estrangeiro Direto e Empréstimos no Uzbequistão de 2017 à 2020

Investimento Estrangeiro Direto e Empréstimos no Uzbequistão após a desvalorização do câmbio (valor em milhões de dólares)



Fonte: The State Committee of the Republic of Uzbekistan on statistics - Open Data Portal of the Republic of Uzbekistan (2022a)

Finalizando a análise da influência e presença da China no Uzbequistão, faz-se necessário observar os dados de “Global Development Finance” compilados pela AidData China entre os anos de 2001 e 2017. No total, a base de dados identificou 149 projetos firmados, sendo o Estado a receber a maior quantidade de projetos dentre os países da Ásia Central. Destes 90 foram no período pré-BRI (2001-2012) e 59 após a promoção da iniciativa, até 2017. Sendo assim, os projetos foram de uma média já alta de 7,5 financiamentos por ano para aproximadamente 12 financiamentos por ano. O período que antecedeu a Belt and Road Initiative foi marcado pela presença de 16 projetos no modelo “Crédito do exportador”, 14 Doações, 59 Empréstimos, e uma linha de crédito do fornecedor. Percebe-se que diferentemente dos outros 3 países apresentados, o Uzbequistão desde o princípio recebeu mais empréstimos do que qualquer outro tipo de financiamento, superando até mesmo doações que costumam ser a maior parte dos projetos chineses logo após a independência das repúblicas. Nesse período o maior dispêndio ocorreu em 2011 através de um empréstimo por parte de bancos chineses como EximBank, o State Bank of China e o People's Bank of China para 4 bancos Uzbeques, dentre eles o Banco Central do Uzbequistão. Esse empréstimo teve como objetivo financiar projetos de investimento conjuntos em áreas como alta tecnologia, transporte e produção da indústria química (AIDDATA, 2012).



Os anos posteriores ao anúncio da BRI viram a promoção de 59 projetos, dentre estes vários com alto valor agregado. Destes projetos encontram-se dois no modelo “Crédito do exportador”, um do tipo flow, 24 Doações, 30 Empréstimos e dois projetos com estratégia orçamentária indeterminada. Destaca-se novamente o maior número de empréstimos, quando comparado aos outros modelos, apesar de contar também com um aumento significativo no número de doações. Dentre os principais financiamentos no período destaca-se os US\$1,2 bilhões para a continuação da linha C do projeto do Gasoduto Ásia Central-China que foi entregue já em 2014. Esse empréstimo foi financiado pelo China Development Bank para a construção da etapa uzbeque do gasoduto que também foi financiado no Cazaquistão. A Linha C tem início na fronteira do Uzbequistão com o Turcomenistão e termina em Horgos no Xinjiang. Outro importante empréstimo, agora de 2017, também partiu do China Development Bank, sendo equivalente a outros US\$1,2 bilhões emprestados à empresa Uzbekneftegaz para a planta de processamento de gás natural liquefeito (GNL) no complexo petroquímico de Shurtan próximo à fronteira com o Turcomenistão (AIDDATA, 2022).

Percebe-se no caso da relação da China com o Uzbequistão uma formação distinta dos países mais pobres, Tadjiquistão e Quirguistão, mas também não idêntica ao outro país mais desenvolvido da região, o Cazaquistão. Assim como no caso cazaque, a China encontra no Uzbequistão mais competidores e interesses estrangeiros no país além do seu próprio e o da Rússia. Por exemplo, a extração de minerais já foi reivindicada por empresas europeias antes da marcha chinesa para o Oeste e muito antes da BRI. Ainda assim, o país se mostra como uma das principais vias de transporte e aquisição de hidrocarbonetos, sustentando a hipótese de que a Ásia Central é uma alternativa chinesa ao Oriente Médio. A abertura comercial do Uzbequistão traz mais oportunidades de investimento e ingresso do capital chinês em bancos e infraestruturas uzbeques, além dos já existentes investimentos do Gasoduto China-Ásia Central.

Através dos estudos levantados no decorrer do capítulo foi possível identificar pontos importantes da relação da China com a Ásia Central. Em primeiro lugar nota-se que, com a dissolução da URSS, a região deixa de representar um território inimigo e passa a ser vista como uma série de oportunidades para o desenvolvimento chinês. Dentre essas oportunidades está a ponte a ser estabelecida entre a Europa e a Ásia (achando uma saída para o gargalo do Estreito

de Malaca), a possibilidade de diversificação de fornecedores de energia (reduzindo a dependência do Oriente Médio) e especialmente a possibilidade de conter os processos insurgentes no Xinjiang seja através do desenvolvimento da região, seja contando com os aliados vizinhos para extradição de separatistas. A Ásia Central sugere, portanto, desde o início do século XXI como caminho e local de investimento na marcha ao Oeste chinês.

Através da análise dos dados coletados, entende-se que os investimentos chineses na região não começaram com o estabelecimento da BRI, mas sim existiram num crescente desde a independência das repúblicas e encontraram na BRI respaldo para sua ampliação e uma nova visibilidade internacional para a região e seus potenciais. Em 10 anos de BRI e 30 anos de independência as repúblicas da Ásia Central encontraram na China seu maior parceiro comercial, uma das principais fontes de investimento estrangeiro direto e possivelmente uma nova potência para estabilizar os ânimos e a segurança da região.

## **4 SEGURANÇA E DEFESA: PRESENÇA CHINESA NA ÁSIA CENTRAL**

No presente capítulo exploramos as relações securitárias entre a República Popular da China e seus vizinhos da Ásia Central, tendo como foco a Organização pela Cooperação de Xangai, além das relações bilaterais entre os países. Para isso, dedicamos a primeira parte do capítulo para explorar o funcionamento da OCX, sua criação e os principais elementos que definem a abordagem securitária na região, os exercícios militares. Em seguida, exploramos as relações bilaterais entre a China e os países da organização que fazem parte da Ásia Central. Para isso, observou-se a venda de armamentos, a educação militar, a presença de empresas privadas de segurança, a diplomacia militar e novamente os exercícios militares.

### **4.1 Organização para Cooperação de Xangai**

Em 15 de junho de 2001 o então presidente Jiang Zeming discursou mediante a assinatura do documento que consolidava a OCX enfatizando a importância do Shanghai Spirit, cujos valores são confiança mútua, benefício mútuo, igualdade, consulta, respeito pelas diversas civilizações e busca do desenvolvimento comum, além da manutenção dos princípios da coexistência pacífica (PRC, 2001). Com isso dava-se início a uma nova era de relacionamentos da Ásia Central. A região que outrora fora palco do Great Game entre Rússia e Inglaterra, de tensões entre URSS e PRC, agora dava espaço para um sistema de interações baseado no consenso e nas boas relações entre vizinhos. Isso não quer dizer que a formação da OCX tenha eliminado todas as disputas entre as novas repúblicas, questões como a disputa pela água entre Tajiquistão e Uzbequistão seguiam presentes, mas percebe-se uma aceitação da presença das influências sino-russas na região. É importante notar que durante a consolidação da organização ambas as potências estavam se inserindo novamente na dinâmica internacional, a Rússia após o fim da URSS e a China com a continuação da abertura e reforma de Deng. Apesar de alguns elementos já terem sido comentados sobre as relações econômicas e alguns aspectos securitários, o estudo da OCX nos impele a recontar alguns fatos.

Atualmente entre os países da OCX, estes sendo China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Uzbequistão, Índia e Paquistão, somam-se 41,2% da população Mundial, 24,1% do PIB mundial, 4 potências nucleares, duas grandes potências com assento permanente no Conselho de segurança e 18,2% do investimento em defesa mundial (UN, 2022; WB, 2023; IISS, 2023). Sendo assim, afirmações que reiteram a insignificância da OCX para a dinâmica internacional são inaceitáveis, uma vez que a própria escolha de não envolvimento da organização em certas questões já é uma medida ativa da parte dela.

A consolidação da OCX representa um importante ponto de virada na influência da China na Ásia Central, o que antes era o Shanghai Five foi devidamente institucionalizado, contando com o acréscimo do Uzbequistão. Determinando efetivamente a região como uma área de influência não só russa, como também da China. Como visto em capítulos anteriores, a organização foi resultado do grupo de diálogo que negociou a fronteira da China com seus vizinhos recém independentes que culminou na assinatura de dois acordos, o Acordo de Aprofundamento da Confiança Militar na Área de Fronteira (1996) e o Acordo para a Redução das Forças Armadas na Área de Fronteira (1997). Importante mencionar que em sua formação a organização não tinha como intenção a elaboração de uma aliança militar, ou mesmo de um organismo exclusivamente voltado para a segurança. Todavia, o ano de 2001 é marcado pelo atentado de 11 de setembro e a atenção do mundo se voltou para as organizações terroristas. A OCX que já era marcada em sua formação pela disposição de combate aos três males “terrorismo, separatismo e extremismo”, sugere em 2002 o estabelecimento de uma rede anti terrorismo entre os seus membros, conseqüentemente o Regional Anti-Terrorist Structure<sup>26</sup> (RATS) foi fundado em 2004 em Tashkent, Uzbequistão. O dispositivo tem como objetivo e função coordenar os órgãos competentes dos Estados membros na luta contra o terrorismo, o separatismo e o extremismo, sendo responsável por alguns exercícios militares e se tornando uma rede de contato e identificação anti-terrorista. Ademais, o ano de 2002 é marcado pelo primeiro exercício militar entre estados membros sob a égide da OCX, sendo este o “Collaboration 2001” entre China e Quirguistão em sua fronteira com a intenção de

---

<sup>26</sup> Em português: Estrutura Regional Anti-Terrorista

exercitar manobras anti terroristas. Esse foi apenas o primeiro dos cerca de 30 exercícios militares executados até o presente momento.

A execução de exercícios militares entre membros da OCX não implica na participação de todos os membros em cada atividade, podendo ocorrer de forma bilateral ou multilateral. A maior parte dos exercícios tem como intenção a prática de medidas anti-terroristas, todavia algumas operações foram acusadas como demonstração de força para o ocidente, especialmente em 2005 após o primeiro exercício entre Rússia e China em 40 anos. O Peace-Mission 2005 compreendeu cerca de 10 mil tropas, contando com exercícios marítimos, teste de armamentos e operações conjuntas. Esse exercício foi interpretado pelas potências ocidentais como uma mensagem sino-russa sobre a disputa da Ásia-Pacífico. Ainda em 2005, sob pressão russa, os países da OCX demandaram a retirada das tropas estadunidenses e europeias da região, causando mais uma vez a reprovação do ocidente. A partir de 2007 deu-se início à prática de um exercício militar conjunto entre todas as representantes das forças armadas do grupo, o Peace Mission - 2007 foi o primeiro de nove oito exercícios organizados entre todos os países da OCX<sup>27</sup>. O ano de 2007 também foi marcado pela escolha de executar os exercícios na mesma época da reunião entre chefes de estado, com a observação destes, consolidado de certa forma a OCX como uma cooperação militar, ainda que não seja uma aliança.

Apesar da existência dos exercícios militares, isso não implicou na ação da OCX para conter problemas internos de seus membros, como foi observado com o Quirguistão em 2005 durante a revolução colorida. Esse fenômeno enfatiza o princípio de não interferência em assuntos internos sustentado especialmente pela China na região.

A história da OCX é dividida por Porshneva, Rakhimov e Razinkov (2022) em quatro momentos, enquanto Mikhaylenko, Ospanova e Lagutina (2022) resumem em apenas dois. Ainda assim, ambas as interpretações concordam no surgimento de um novo *momentum* na OCX a partir de 2015. O primeiro texto indica que a organização passou por uma fase de construção institucional entre 2001 e 2004, fase dominada por questões ligadas à luta contra os três males definidos na Convenção de Shanghai (2001). O segundo momento entre 2004 - 2008 tem como

---

<sup>27</sup> Importante notar que em alguns dos exercícios Peace Mission o Uzbequistão se limitou a enviar observadores sem envolver suas tropas.

característica a promoção intensiva por parte da China de uma agenda econômica e de trocas culturais seguindo os preceitos da OCX (como aqueles do Shanghai Spirit), além da ocorrência em 2005 de declaração de apoio aos regimes da Ásia Central e demanda de saída dos EUA e aliados da região devido a guerra do Afeganistão (PORSHNEVA; RAKHIMOV; RAZINKOV, 2022).

A terceira fase da organização, segundo os autores, é marcada pela discordância entre Rússia e China sobre qual direção seguir com a organização, a primeira tendendo a formação de uma aliança militar tal qual o Collective Security Treaty Organization (CSTO)<sup>28</sup>, enquanto o lado chinês prezava pela integração econômica da região e uma possível zona de livre comércio. Conseqüentemente essa fase é caracterizada pelo enfraquecimento no desenvolvimento da organização e uma burocratização da OCX (PORSHNEVA; RAKHIMOV; RAZINKOV, 2022). A fase que se inicia em 2015, com a divulgação da “Development Strategy of the SCO until 2025”, é marcada pela adesão de dois novos membros, Índia e Paquistão, que dão uma nova dimensão para a organização e expandem seu escopo para além da Ásia Central. O documento da Estratégia de Desenvolvimento indica um esforço para atingir

a qualitatively new level distinguished by the increased effectiveness of cooperation in politics, security, economy, development of cultural and humanitarian relations, and of its enhanced participation in the affairs of the region and in the process of global governance. (SCO, 2015, p.1).<sup>29</sup>

Marca-se, assim, a intenção de intensificar as relações da Organização e o impacto que ela tem dentro e fora da região. É necessário destacar também a passagem que indica como objetivo que rege a Estratégia a manutenção da OCX como “a multi-format regional organization not envisaged as a military and political block or economic integration association with supranational governance bodies”<sup>30</sup> (SCO,

<sup>28</sup> No português: Organização do Tratado de Segurança Coletiva. Essa organização composta por Rússia, Cazaquistão, Armênia, Quirguistão, Tajiquistão (países da antiga URSS) tem como característica a estipulação de que qualquer agressão contra um dos membros deve ser vista como uma agressão contra todos, sendo assim uma aliança militar e não uma cooperação de segurança como a OCX. A CSTO é uma instituição parceira da OCX tendo executado até mesmo exercícios conjuntos.

<sup>29</sup> “um nível qualitativamente novo que se distingue pela maior eficácia da cooperação em política, segurança, economia, desenvolvimento das relações culturais e humanitárias e pela sua maior participação nos assuntos da região e no processo de governação global.” (SCO, 2015, p. 1, tradução nossa)

<sup>30</sup> “uma organização regional multiformato não concebida como um bloco militar e político ou associação de integração econômica com órgãos de governança supranacionais” (SCO, 2015, p. 3, tradução nossa)

2015, p. 3). Ou seja, não existe aspiração por parte dos membros da organização de tornar ela uma “OTAN do Oriente”, ou mesmo um bloco econômico. Ainda em 2015, com a “Declaração de Ufa” ocorre o início da aceitação da Índia e do Paquistão como países membros da organização, fato que estava em discussão desde os anos 2000, saindo então da posição de observadores. Ademais é promovida a expansão do número de membros observadores e parceiros de diálogo, mostrando novamente a tentativa de maior abrangência do escopo e do alcance da OCX (SCO, 2015b). Nessa mesma Declaração, então a Belarus foi promovida a estado observador - somando-se a Mongólia, Irã e Afeganistão - e aceitou-se Azerbaijão, Armênia, Camboja e Nepal para o status de parceria de diálogo (SCO, 2015b). A adesão de Índia e Paquistão ao rol de países membros é oficializada na Declaração de Astana em 2017 (SCO, 2017).

Administrativamente, a organização é composta por dois órgãos permanentes, o Secretariado localizado em Pequim e o Comitê Executivo do RATS, em Tashkent. Além disso, ocorrem reuniões regulares entre diferentes conselhos, sendo os principais o Conselho de Chefes de Estado, o Conselho de Chefes de Governo (primeiros-ministros) e o Conselho de Ministros do Exterior. Os três conselhos têm o costume de se reunir anualmente, ou mais de uma vez por ano a depender do conselho. O Secretariado é coordenado pelo Secretário Geral que possui um mandato único de três anos e é apontado pelo Conselho de Ministros do Exterior e aprovado na reunião dos Chefes de Estado. Esta última sendo o corpo de maior autoridade da Organização se reunindo de maneira itinerante em diferentes países sede a cada reunião anual. Os países sede assumem a responsabilidade de Chairmanship durante um ano entre o final do encontro anterior e o encontro a acontecer no seu país (SCO, 2023). A atual Chairmanship está pela primeira vez sob conta da Índia e a reunião de Chefes de Estado se dará de maneira virtual em 4 de Julho de 2023 (INDIA, 2023). A reunião tem como produto uma Declaração dos membros da OCX que serve não só para reiterar a cooperação entre os países, mas também divulgar iniciativas adotadas pela Organização.

No aniversário de 20 anos da organização foi elaborada a “Dushanbe Declaration of the 20th Anniversary of the SCO”<sup>31</sup> de 2021 que retoma os princípios fundamentais da organização e reitera que, num mundo multipolar, a OCX entrou

---

<sup>31</sup> No português, “Declaração de Dushanbe pelo Vigésimo Aniversário da OCX”

em um momento crítico de seu desenvolvimento, sendo necessários o aprofundamento e a expansão das interações entre os Estados membros (SCO, 2021). Ademais, o encontro em Dushanbe definiu o início dos procedimentos para a aceitação do Irã como Estado Membro da Organização, processo que se concretiza no encontro de 2023. No documento publicado em 2021, notou-se também o destaque para a seção “3.1 Afghanistan and regional security” que, ainda que com texto semelhante ao publicado nos últimos outros, colocou a situação no país como um dos focos da discussão. O texto indica que a situação no Afeganistão é um dos fatores mais importantes para a manutenção da segurança e estabilidade da região, trecho que foi repetido na declaração do último encontro em Samarkand (2022). O trecho comentado se encontra em destaque

The Member States believe that one of the most important factors of preservation and strengthening of safety and stability within SCO region is the fastest settlement of the situation in Afghanistan. They advocate the formation of Afghanistan as an independent, neutral, united, democratic and peaceful state, free from terrorism, war and drugs. The Member States consider it essential to establish an inclusive government in Afghanistan with the participation of representatives of all ethnic, religious and political groups in Afghan society. (SCO, 2021)

A Declaração de Samarkand (2022), reafirma esses preceitos e acrescenta o apoio dos Estados Membros aos esforços contínuos de assistir ao povo afegão. Todavia, nota-se que mesmo com o agravamento da situação do Afeganistão não existe uma medida prática adotada pela Organização para lidar governamentalmente com o problema, a exemplo, não existe uma intenção de substituir as tropas estadunidenses que esvaziaram o país. Conforme indica Seiwert (2021), a OCX não possui intenções de se tornar uma “Asian NATO”, pois isso está fora do escopo da organização, não apenas intervenções militares estão fora do mandato da organização, como a própria cooperação militar não está listada como objetivo, mas sim a cooperação em segurança.

Conforme observado no capítulo anterior a consolidação da OCX acompanha inicialmente o período do “The Great Western Development” chinês e contribui para o nexos segurança-desenvolvimento que implica que para a estabilidade da região é necessário não apenas investimento direto na economia do Xinjiang, como também



fronteiras que não sejam porosas. A mais recente fase de investimentos na região apresentada por Garcia (2022) acompanha a criação do BRI, cujos países membros da OCX têm participação ativa no desenvolvimento de projetos, na qual se percebe que apenas o investimento econômico na província de Xinjiang não é o suficiente, necessitando então de um desenvolvimento conjunto de toda a região, o Silk Road Economic Belt. Essa nova fase de Garcia também corresponde a uma nova fase na própria OCX, a partir de 2015, conforme o identificado por Porshneva, Rakhimov e Razinkov (2022). Assim o nexos segurança-desenvolvimento que rege as políticas de investimento chinesas desde a década de 90 se renova por uma terceira vez (GARCIA, 2022).

No que tange especificamente à cooperação em segurança, de acordo com as definições da OCX, essa consiste na manutenção da segurança global e regional, promovendo o controle de armamentos, o combate aos três males, a garantia de segurança cibernética, entre outras atividades como o combate ao tráfico (MIKHAYLENKO; OSPANOVA; LAGUTINA 2022). No decorrer dos últimos 20 anos foram criadas instituições como o RATS, além de uma série de coordenações de encontros entre ministros da defesa, agências promotoras da lei, autoridades judiciais a fim de coordenar a ação em matéria de segurança regional. Dentre esses esforços de coordenação, existem três tipos de exercícios militares, ou policiais: aqueles que envolvem as Forças Especiais e agências promotoras da lei como policiais, os que promovem operações conjuntas de fronteira e os exercícios militares anti-terroristas sob a forma dos Peace Missions. Nos últimos anos a OCX adotou o Programa de Cooperação dos Estados Membros da SCO no Combate ao Terrorismo, Separatismo e Extremismo para 2022-2024 em conjunto com a Estratégia Anti-Drogas para 2018-2023, que reitera a importância dos temas de segurança de natureza não-militar (SCO, 2021). Em seu argumento, Mikhaylenko, Ospanova e Lagutina (2022, p.46) defendem que a maior parte dos Estados Membros da OCX considera a organização como “a platform for resolving economic, energy and other issues”<sup>32</sup> e que nos assuntos de segurança aspiram desenvolver parcerias estratégicas que não envolvem obrigações legais, indo de contramão aos esforços russos para unificar a OCX e o CSTO e transformar a organização em um novo regime de segurança.

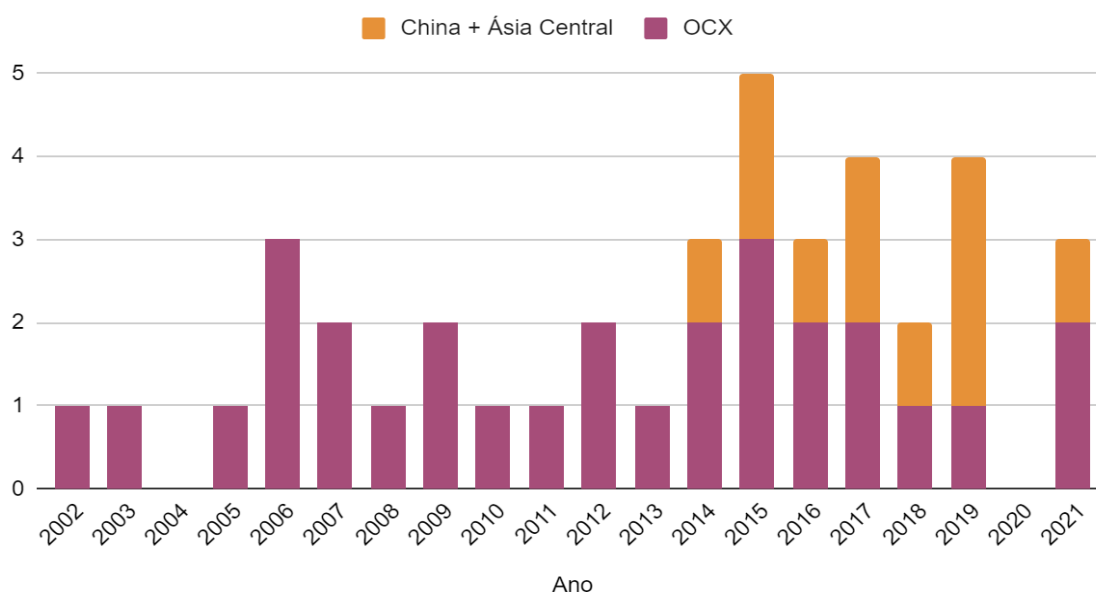
---

<sup>32</sup> “uma plataforma para resolver questões econômicas, energéticas entre outras” (MIKHAYLENKO; OSPANOVA; LAGUTINA, 2022, p.46, tradução nossa)

Sendo assim, para assuntos de segurança que envolvem uma vinculação maior dos Estados é necessário olhar para os exercícios militares e as negociações bilaterais entre os membros da organização. De acordo com a mídia chinesa, até a execução do Peace-Mission 2018, a OCX havia organizado 24 exercícios militares, todos contando com a participação da China, cujos quais 14 foram sediados no país (CGTN, 2018). Apesar de parecer lógica, a participação dos países não é mandatória, tendo a Rússia participado de apenas 19 destes 24 eventos supramencionados e o Uzbequistão em menos de 5. Através do levantamento de dados da pesquisa, foi possível identificar 29 exercícios militares organizados sob a égide da OCX desde o primeiro em 2002 até o mais recente exercício anti-terrorista no Paquistão em 2021. Todavia, esses não foram os únicos exercícios realizados pela China com os países da Ásia Central, identificou-se mais 11 exercícios organizados fora do arcabouço da Organização que ocorreram de forma bilateral, ou multilateral com a potência asiática (Gráfico 12).

Gráfico 12 — Exercícios Militares na Ásia Central

Exercícios Militares na Ásia Central



Fonte: Kennan Cable n. 52 (JARDINE, LEMON, 2020) e notícias encontradas pela autora

Conforme os dados apresentados no gráfico é possível observar uma certa constância na quantidade de exercícios elaborados sob a égide da OCX, todavia a informação que mais se destaca é a multiplicação de exercícios bilaterais e multilaterais entre a China e os países da Ásia Central que não envolvem a Rússia.

Esse fenômeno teve início em 2014<sup>33</sup>, ano seguinte à criação do BRI, e se manteve até mesmo no período da pandemia de COVID-19, à exceção do ano de 2020. Esses exercícios tiveram escopo semelhante aos da Organização, como treinos anti-terroristas e algumas atividades de fronteiras. Ainda assim, Jardine e Lemon (2020) ressaltam que a grande maioria dos exercícios executados na região ainda são sob a regência da CSTO, ou bilateralmente com a Rússia, indicando a manutenção da predominância russa sob a chinesa quando o assunto é exercícios militares. Outra diferença entre a presença das duas grandes potências são os tipos de força, ou instituição, envolvidos nos exercícios. Enquanto a Rússia executou a maior parte de seus exercícios com a forte participação das forças armadas, a RPC teve a predominância de Serviços de Segurança e Forças Especiais, indicando uma tendência de execução de atividades que não sejam voltadas unicamente para ameaças tradicionais (Tabela 1).

Tabela 1 — Instituições militares ou de segurança envolvidas em X% dos exercícios

País/ Instituição envolvida em X% dos exercícios	China	Rússia
Exército	38%	65%
Força Aérea	25%	57%
Forças Especiais	47%	25%
Serviços de Segurança	59%	19%
Polícias	28%	13%

Fonte: Kennan Cable n. 68 (LEMON, JARDINE, 2021)

Percebe-se que apesar da presença de forças militares tradicionais em exercícios promovidos pela China com países da Ásia Central, estas não são as forças com maior interação com seus homólogos chineses. Da mesma forma, pode-se imaginar que a maior presença chinesa seja sob a forma da People's Armed Police (PAP), ou das próprias polícias do Ministério de Segurança Pública e não da PLA.

<sup>33</sup> É importante mencionar que na última década identificou-se uma nova onda de terrorismo na região do Xinjiang que resultaram no lançamento da política de “People’s War Against Terrorism” em 2014, intensificado as políticas domésticas anti terroristas.

## 4.2 Relações Bilaterais de Segurança com a Ásia Central

Conforme o observado na seção anterior, a presença da China na Ásia Central na área de segurança não se resume às atividades da OCX. Para melhor compreender essa afirmação, na presente seção serão exploradas as relações bilaterais e a diplomacia militar da China com os países da região, além de uma abordagem preliminar acerca da participação chinesa nas vendas de armamentos, nas trocas de ensino militar e na presença de empresas privadas de segurança.

### 4.2.1 Diplomacia Militar Chinesa

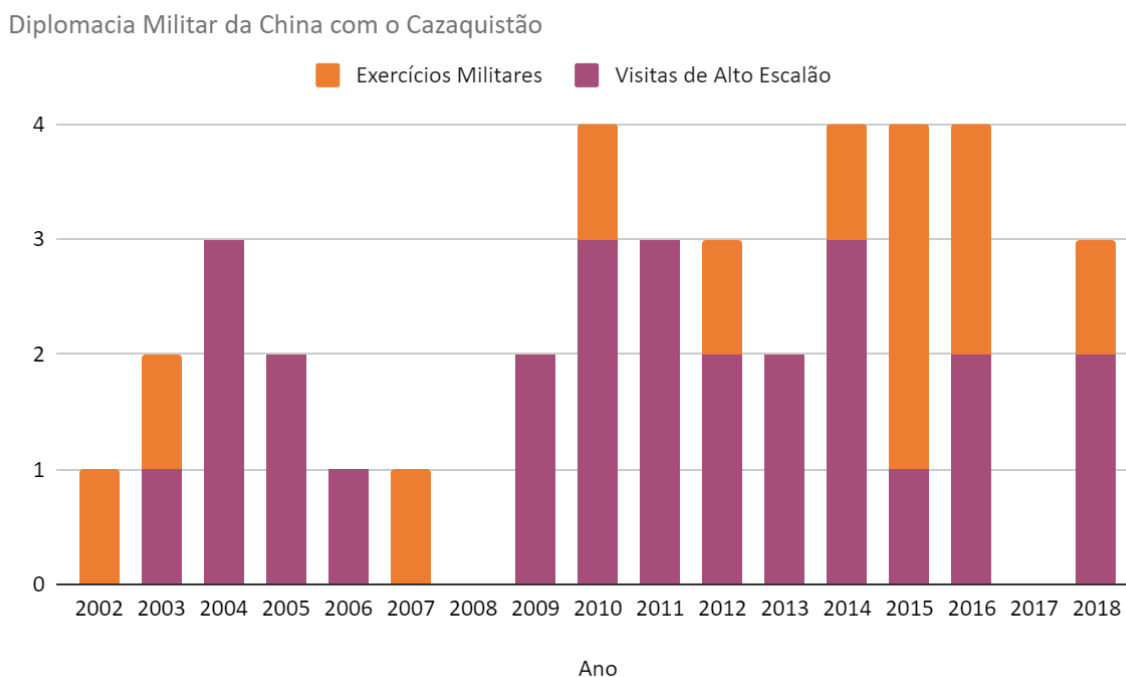
Os dados a serem apresentados na presente subseção têm origem no relatório de 2017 “Chinese Military Diplomacy, 2003-2016: Trends and Implications”, elaborado pelo Center for the Study of Chinese Military Affairs do Institute for National Strategic Studies da National Defense University (NDU) situada nos EUA. Esses dados foram atualizados pelo Centro até dezembro de 2018 e a fim de não misturar diferentes formas de calcular a diplomacia militar chinesa, optou-se por manter a análise apenas referente aos primeiros 5 anos da BRI e não os 10 anos que se passaram até 2023.

Em 2022, a China e as ex-repúblicas soviéticas comemoram 30 anos de relações diplomáticas. Dentre os acontecimentos desse ano, houve a expressão de interesse no estreitamento da cooperação militar da China com os Estados da região, como o Cazaquistão e o Uzbequistão. Ademais, Quirguistão e Tadjiquistão intensificaram as relações diplomáticas em matéria de anti-terrorismo e proteção de fronteiras.

Até 2023, a relação de “permanent comprehensive strategic partner” entre China e Cazaquistão resultaram na abertura de sete pontos fixos para o cruzamento de fronteiras, cinco tubulações de óleo e/ou gás, duas linhas principais ferroviárias transnacionais, e um centro de cooperação da fronteira internacional (FAN e BAI, 2023). Na diplomacia militar da China com o Cazaquistão, os exercícios militares tiveram sua primeira ocorrência em 2002, conforme o Gráfico 12. Nos dez anos seguintes ocorreram outros quatro exercícios militares que ocorreram com intervalos de até três anos. No entanto, nos últimos cinco anos da análise (2013 - 2018) ocorreram sete novos exercícios militares, sendo três apenas em 2015.

Contabilizando-se, então, um aumento de 2,8 vezes no número de exercícios militares por ano. Nas visitas de alto escalão foram quantificadas 17 visitas antes de 2013 e após 10 visitas até 2018, o que representa uma média de 1,7 visitas por ano no primeiro período e duas visitas por ano no segundo período, demonstrando uma constância nas visitas de alto escalão entre os dois países.

Gráfico 13 — Diplomacia Militar da China com o Cazaquistão



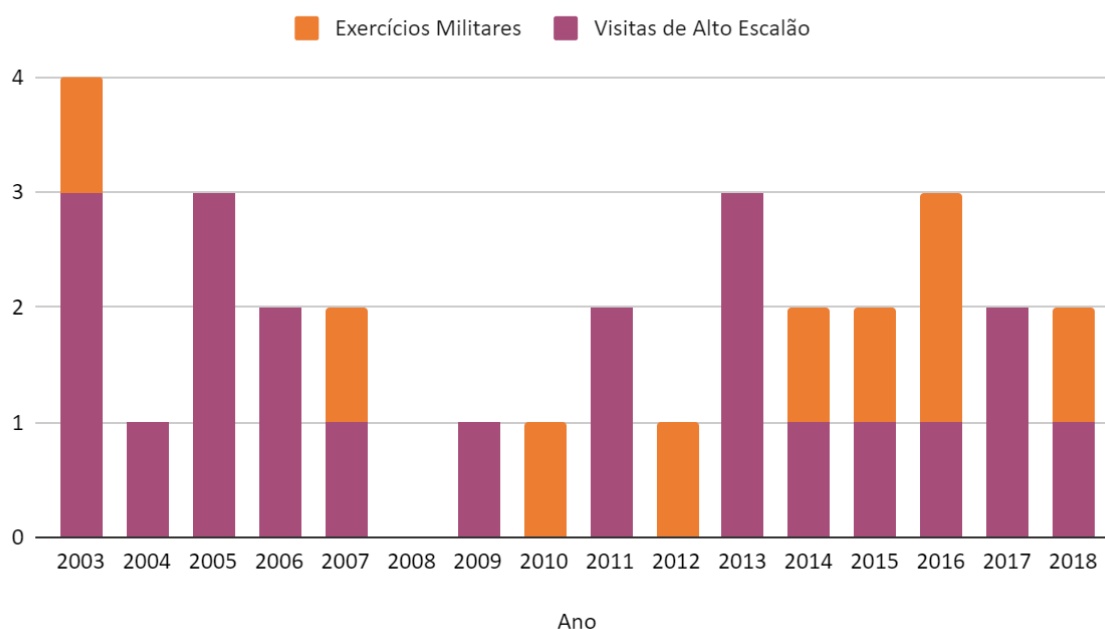
Fonte: Chinese Military Diplomacy, 2003–2016 (ALLEN *et al*, 2017)

No Quirguistão existe uma presença considerável de empresas de segurança privada, que resulta da facilidade de obtenção de permissões para operar no país, somada ao forte setor de PSCs que se fortalece devido à desconfiança com a força policial local (YAU, KLEY 2020). Além disso, as relações sino-quirguistaneses são fortemente pautadas pela interação entre as forças de fronteiras e as do Ministério de Segurança Pública. A diplomacia militar da China com o Quirguistão teve início com o primeiro exercício militar em 2003 (Gráfico 13), o Cooperation 2003, juntamente com três visitas de alto escalão neste mesmo ano. Até 2012, registrou-se mais três exercícios militares, onde os intervalos entre eles foram diminuindo. A partir de 2013 ocorreram mais cinco exercícios militares quase que anualmente. Dessa forma, verificou-se um aumento de 2,5 vezes nos exercícios militares entre os dois países, após o estabelecimento da BRI. Nas visitas de alto

escalão houve um pequeno aumento entre os dois períodos, onde, nos primeiros dez anos foram 13 visitas e no período seguinte, 9 visitas, correspondendo a um aumento de 1,4 vezes.

Gráfico 14 — Diplomacia Militar da China com o Quirguistão

Diplomacia Militar da China com o Quirguistão

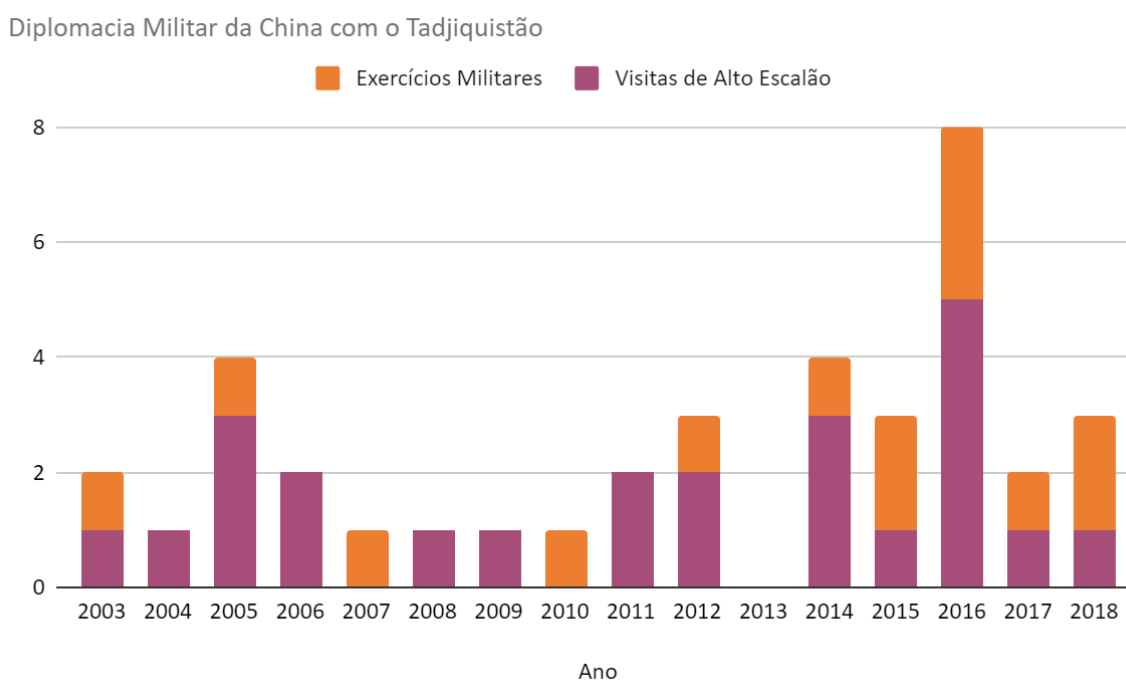


Fonte: Chinese Military Diplomacy, 2003–2016 (ALLEN *et al*, 2017)

Em 2016, a China fundou o "Quadrilateral Cooperation and Coordination Mechanism" em conjunto com Afeganistão, Paquistão e Tadjiquistão para dialogar sobre a segurança das fronteiras e combater conjuntamente o terrorismo, avançando ainda mais a cooperação de segurança da região. A organização tem como intenção mitigar a propagação do extremismo entre os países, em especial pelas fronteiras porosas do Afeganistão com o Tadjiquistão, como resultado observou-se uma crescente no número de exercícios militares anti terroristas entre a China e seus vizinhos. Desde 2016, também, a PAP possui uma base ao sul de Shaymak na Região Autônoma de Gorno-Badakhshan do Tadjiquistão perto da confluência das fronteiras Afeganistão-China-Tadjiquistão, sendo a primeira base fora do território chinês ocupada pela polícia (SHIH, 2019). Recentemente, em 2021, identificou-se a construção de uma nova base financiada pela China a ser utilizadas pelas Forças Especiais do Tadjiquistão, demonstrando a ampliação da influência da China na região (DEVONSHIRE-ELLIS, 2021). Além dos eventos observados

anteriormente, considerando a diplomacia militar da China com o Tadjiquistão, pode ser verificado que o primeiro exercício militar ocorreu em 2003, sob a forma do “Cooperation 2003”, conforme o Gráfico 14. Depois desse primeiro, outros quatro exercícios militares ocorreram antes de 2013 em anos intercalados, nesse período também ocorreram 13 visitas de alto escalão. A partir de 2013, houve um grande aumento nos exercícios militares, ocorrendo 9 registros, sendo três apenas em 2016 e também houve 11 visitas de alto escalão. Pode-se verificar, então, um grande aumento em ambas as variáveis analisadas, sendo 3,6 vezes mais exercícios militares e 1,7 vezes mais visitas de alto escalão a partir de 2013.

Gráfico 15 — Diplomacia Militar da China com o Tadjiquistão

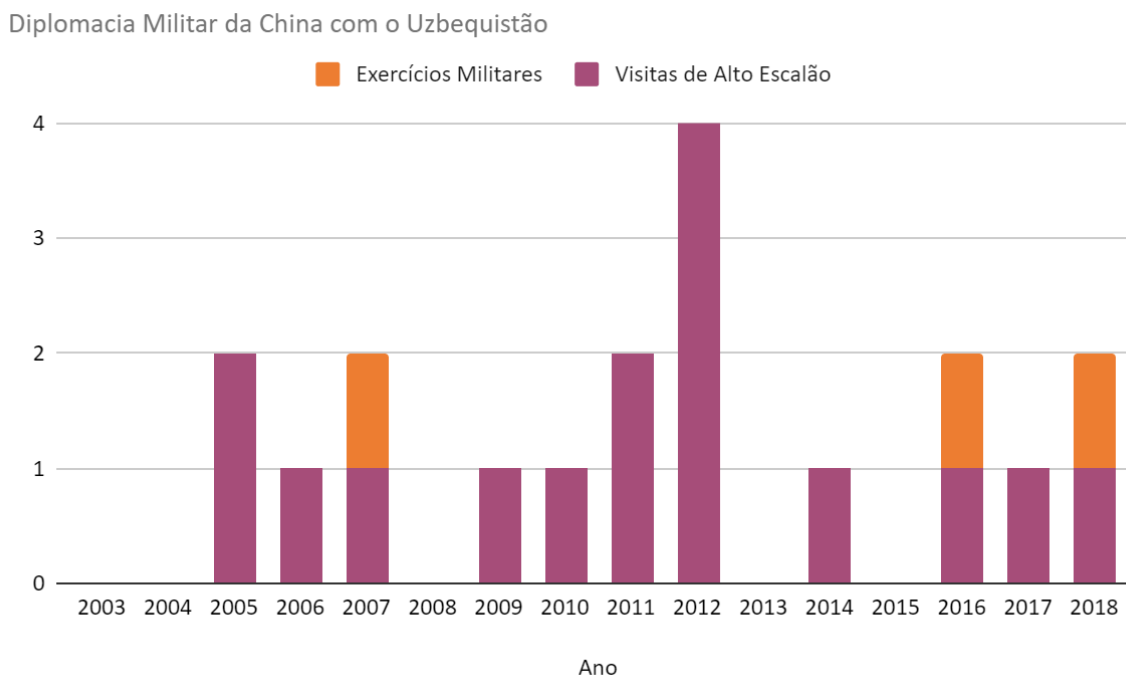


Fonte: Chinese Military Diplomacy, 2003–2016 (ALLEN *et al*, 2017)

A República do Uzbequistão teve uma forte mudança em sua política externa a partir de 2016 com a morte do então presidente Islam Karimov, e a ascensão do atual presidente Shavkat Mirziyoyev, que busca aproximar o Estado de seus vizinhos, em especial da China. A diplomacia militar da China com o Uzbequistão teve início com duas visitas de alto escalão do Ministro da Defesa e de seu Vice à China que ocorreram apenas em 2005 e depois ocorreram mais 10 visitas até 2012, sendo quatro dessas no último ano. Ademais, o primeiro e único exercício militar, antes de 2013, ocorreu em 2007, o Peace-Mission 2007. A partir de 2013 ocorreram

apenas 4 visitas de alto escalão e dois exercícios militares, representando uma queda de 40% nas visitas, mas um aumento de 4 vezes nos exercícios até 2018.

Gráfico 16 — Diplomacia Militar da China com o Uzbequistão



Fonte: Chinese Military Diplomacy, 2003–2016 (ALLEN *et al*, 2017)

#### 4.2.2 Outras Formas de Cooperação em Segurança

Na presente subseção serão explorados os dados referentes às vendas de armamentos, ao ensino militar de oficiais e à presença de empresas privadas de segurança. Primeiramente, é importante destacar que a venda de armamentos para os países da Ásia Central (Tabela 2) aumentou de apenas 1,5% dos materiais entre 2010 e 2014 para 18% até o momento da pandemia. Destaca-se ainda que esse aumento do consumo de material chinês não foi em detrimento da aquisição de material bélico russo que permaneceu em cerca de 60% em ambos os períodos mencionados (JARDINE; LEMON, 2020).

Segundo o relatório de Jardine e Lemon (2020), as vendas chinesas corresponderam a aproximadamente U\$717 milhões, enquanto o somatório russo na região foi de U\$2,85 bilhões de 2010 até o momento da pandemia. Sendo assim, diferentemente do que alguns autores tendem a hipotetizar, a China não está até o



presente momento cerceando a influência russa na região, mas sim sedimentando a Ásia Central como uma região de influência sino-russa em detrimento de terceiros.

Tabela 2 - Vendas de Armamento Chinês para os países da Ásia Central

Vendas de Armamento Chinês para os países da Ásia Central				
Recebedor	Ano de Entrega	Nome do Material	Descrição	Quantidade
Cazaquistão	2016	Blue Arrow-7	míssil anti-tanque	50
	2016	Wing Loong-1	VANT <sup>34</sup> armado	3
	2018	Y-8F-200WA	aeronave de transporte	1
Quirguistão	2019	Tiger	APV <sup>35</sup>	6
Tadjiquistão	2018	Tiger	APV	10
	2018	VP-11	APC <sup>36</sup>	10
	2019	VN-3	APV	10
Uzbequistão	2014	Wing Loong-1	VANT armado	5
	2018	HQ-9	SAM <sup>37</sup>	1
	2018	HQ-9	SAM	60

Fonte.: SIPRI, 2022

Um elemento importante da diplomacia de segurança a ser analisado é a formação de oficiais em academias estrangeiras. Desde o começo dos anos 2000 Pequim estimula os Estados da Ásia Central a enviarem seus oficiais para cursos de curta duração na China. Nessa linha, em 2014, foi criado o “China National Institute for Shanghai Cooperation Organization (SCO) International Exchange and Judicial Cooperation<sup>38</sup>”, instituição responsável por treinar 300 oficiais dos países da OCX entre 2014 e 2018. Em junho de 2018, o presidente Xi Jinping afirmou que a China utilizaria plataformas como o instituto para treinar 2000 policiais dos países membros em três anos a fim de melhorar a aplicação da lei. Segundo Marat (2021), na tentativa de aumentar a matrícula de estudantes estrangeiros, as universidades

<sup>34</sup> Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT)

<sup>35</sup> All Purpose Vehicle (APV), ou Veículo Multi-Propósito

<sup>36</sup> Armoured personnel carrier (APC), ou Veículo blindado de transporte de pessoal

<sup>37</sup> Surface-to-air Missile (SAM), ou Míssil superfície-ar

<sup>38</sup> Instituto Nacional da China de Intercâmbio Internacional e Cooperação Judicial para a Organização para Cooperação de Xangai (OCX)

chinesas começaram a recrutar ativamente oficiais militares centro-asiáticos para programas acadêmicos. Atualmente países como Uzbequistão e Cazaquistão já têm oficiais de alto escalão que tiveram parte de sua educação em academias chinesas. Universidades como a National Defense University da PLA também criaram relações diretas com outros programas militares, como é o caso da cooperação com a Armed Forces Academy do Uzbequistão. Todavia, esse esforço não encontra sucesso equivalente, uma vez que das dezenas de vagas oferecidas para uzbeques, ocupam-se apenas um terço (MARAT, 2021). É importante ressaltar que em matéria de programas de treinamento de oficiais, a Rússia possui uma influência muito superior à da China e até mesmo a dos EUA. Os resquícios da dependência militar do período da URSS, mantêm as escolas russas como as mais prestigiosas para os países da Ásia Central. Sendo assim, grande parte do oficialato de Estados como Cazaquistão e Tadjiquistão ainda possuem porcentagem significativa de sua formação em território russo. Contudo, devido a questões como avanços tecnológicos e modernização dos estudos, a China oferece para os países centro-asiáticos uma ampla gama de perspectivas e oportunidades, reduzindo aos poucos o domínio russo na educação de segurança e competindo com a influência de programas de curto prazo ocidentais.

Um dos mais importantes desenvolvimentos de segurança desde a criação da BRI é a presença de Private Security Companies (PSC) empresas de segurança privada chinesas, na Ásia Central. Este fenômeno está fortemente vinculado com o aumento da pressão civil nos países da Ásia Central frente à presença de empresas e cidadãos chineses na região, resultando em protestos e ondas de violência. Ao todo, mais de 30 empresas privadas de segurança chinesas operam pelo mundo nos países e projetos da BRI, já na Ásia Central, foi possível a identificação de apenas 8 empresas nos diferentes países centro-asiáticos (YAU e KLEY, 2020). Essas empresas operam principalmente com reservistas da PAP e da PLA, sendo que, na maioria das vezes, os próprios donos das empresas são membros reservistas da PLA. É relevante mencionar que, a atuação dessas empresas está vinculada ao arcabouço legislativo referente aos oferecidos por empresas privadas estrangeiras na área de segurança em cada país, assim, quanto menos legislada a matéria, maior será a possibilidade de operação dessas empresas. Outra característica da região, apontado por Yau e Kley (2020), é a tendência à cooperação das empresas privadas chinesas com empresas privadas locais, isso

ocorre devido a maior possibilidade de atuação das empresas locais que não são limitadas pela legislação imposta a empresas estrangeiras. A demanda dessas PSCs tem origem nas recomendações do próprio Partido sobre a instalação de empresas chinesas ao longo da Belt and Road Initiative, em que os acordos de cooperação firmados incluem a providência de segurança aos investimentos em outros países.

Por fim, em termos propriamente financeiros a contribuição da China para Ásia Central em matéria de segurança se reduz drasticamente, quando comparada às duas outras grandes potências. Segundo relatório da RAND Corporation (MAZARR *et al*, 2022) o dispêndio total da China em “Military Aid” entre 2013 e 2018 foi de U\$560 milhões, enquanto os gastos russos foram no mínimo o dobro e o somatório dos EUA equivale a U\$35 bilhões nesse mesmo período. Entende-se, então, que apesar de ter alguns gastos como os U\$16 milhões concedidos ao Quirguistão em 2016, esse não é um braço prioritário da diplomacia militar da China com os países da Ásia Central, ou com o mundo num geral (MAZARR *et al*, 2022).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2022 a China celebrou 30 anos da relação entre a RPC e os países da Ásia Central, neste ano as trocas comerciais entre o país e a região totalizaram U\$70,2 bilhões atingindo um novo recorde, sendo esse valor 40% maior do que o ano anterior. Ao comparar com o primeiro ano das relações em 1992, quando houve uma troca de U\$460 milhões, esse crescimento de 153 vezes em 30 anos se mostra ainda mais significativo. A Ásia Central conecta dois terços do mundo, mas ainda é pouquíssimo explorada na academia brasileira. O presente estudo, portanto, buscou reduzir um pouco a lacuna de conhecimento sobre os principais aspectos da relação da China com a Ásia Central, a exceção do Turcomenistão<sup>39</sup>, em matéria de investimentos econômicos e em segurança.

Na breve contextualização histórica observou-se três etapas da história da China Moderna, sendo a primeira delas a era revolucionária sob a liderança de Mao, a segunda, a era pragmática que seguiu os conselhos de Deng e a terceira, a era atual, que podemos chamar de era assertiva a qual se inaugurou com a ascensão de Xi à presidência. A relação contemporânea entre China e Ásia Central só pode ser contabilizada nas duas últimas eras, uma vez que na era revolucionária a região estava submetida a URSS, sendo um dos pontos de tensão que cercava a potência asiática. Apesar do estabelecimento de relações diplomáticas e econômicas ainda na década de 90, foi apenas no final da primeira década do século seguinte que essas relações se converteram em grandes investimentos em infraestrutura e desenvolvimento da região. É possível justificar a importância da Ásia Central para a China por diferentes ângulos, o primeiro deles é o acesso aos hidrocarbonetos abundantes na região, o segundo é o acesso aos mercados europeus e do oriente médio, ambas estas alternativas buscam reduzir a dependência no Mar do Sul da China e seus diversos estreitos controlados por outras potências, em especial o estreito de Malaca. O terceiro e último ângulo proposto está associado ao nexo segurança-desenvolvimento explorado por Garcia (2022), sendo este a necessidade de modernizar a região a fim de diminuir o risco da ameaça separatista no Xinjiang. Quaisquer que sejam os ângulos escolhidos para compreender o fenômeno é inegável a relevância da região para a China e por consequência para o mundo.

---

<sup>39</sup> Para a presente pesquisa, optou-se por não abordar o Turcomenistão, uma vez que este não faz parte dos países da OCX, causando dissonância nos dados referentes à segurança.

Conforme apresentou o atual presidente Xi Jinping no China-Central Asia Summit de 2023:

The world needs a stable Central Asia. [...] The world needs a prosperous Central Asia. [...] The world needs a harmonious Central Asia. [...] The world needs an interconnected Central Asia<sup>40</sup> (PRC, 2023).

Entende-se com isso que tanto a BRI quanto a OCX cumprem suas funções associadas aos objetivos chineses, mesmo que esses resultados não atendam todas as expectativas do ocidente.

No que tange à infraestrutura da Ásia Central e sua conectividade com a China, entendeu-se que a necessidade de modernização das estruturas que ligam ambas não surge com as propostas da Belt and Road Initiative, mas foram intensificadas com seu advento. Tem-se como exemplo o “Central Asia - China Gas Pipeline” que teve as linhas A, B e C construídas antes do lançamento da iniciativa, enquanto a linha D é um dos projetos ancorados na BRI. Para acompanhar o estudo sobre o investimento em infraestrutura verificou-se os dados de FDI da China nos países da região e os tipos de auxílio oferecido aos Estados antes e depois da instalação da BRI. Foi possível perceber uma tendência ao crescimento do investimento em todos os países e duas diferentes evoluções na forma de auxílio. Enquanto todos as repúblicas inicialmente receberam mais doações que empréstimos nas primeiras duas décadas de relações, essa situação se alterou para os países mais ricos da região (Cazaquistão e Uzbequistão) que começam a receber uma quantidade maior de empréstimos por empresas e bancos chineses, já os pequenos países (Quirguistão e Tadjiquistão) mantiveram uma certa dependência das doações chinesas. Notou-se, também no caso dos quatro países, o aumento de joint-ventures e da presença de empresas chinesas na economia local. Através da análise dos dados coletados, entende-se, portanto, que os investimentos chineses na região não começaram com o estabelecimento da BRI, mas sim existiram num crescente desde a independência das repúblicas e encontraram na BRI respaldo para sua ampliação e uma nova visibilidade internacional para a região e seus potenciais. Em 10 anos de BRI e 30 anos de independência, as repúblicas da Ásia Central encontraram na China seu maior

---

<sup>40</sup> "O mundo precisa de uma Ásia Central estável. [...] O mundo precisa de uma Ásia Central próspera. [...] O mundo precisa de uma Ásia Central harmoniosa. [...] O mundo precisa de uma Ásia Central interconectada." (PRC, 2023, tradução nossa)

parceiro comercial, uma das principais fontes de investimento estrangeiro direto e possivelmente uma nova potência para estabilizar os ânimos e a segurança da região.

Ao se analisar a presença e influência militar nos países da Ásia Central é inegável a predominância da Rússia, seja por possuir bases no Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão, seja por ser a maior fornecedora de armamentos da região. Entretanto, ao identificar a correlação de forças da região também é impossível negar a ascensão da China a uma posição de destaque. Diferentemente de seu vizinho do norte, a potência asiática não encontra primazia na demonstração militar, mas sim avança vagarosamente sobre os aparatos de segurança doméstica e força constabulares dos países centro-asiáticos. Esse fenômeno é observado em alguns dos fatores analisados, primeiramente nas oportunidades de ensino fornecidas pela “China National Institute for Shanghai Cooperation Organization (SCO) International Exchange and Judicial Cooperation” que são focados principalmente no treinamento referente aos três males e *law enforcement*, ou aplicação da lei que não corresponde necessariamente ao mandato das forças armadas. Em uma segunda instância, nota-se a participação crescente de forças de segurança pública e forças constabulares, como polícias, nos treinamentos anti-terroristas, tanto aqueles organizados pela OCX, quanto os organizados apenas pela China. Por fim, a presença crescente de empresas privadas de segurança, cujos funcionários são tradicionalmente reservistas da PAP, ou da PLA, e que são ao menos 50% propriedade do Estado chinês, indica um novo ponto de pressão pelos interesses chineses no território dos países analisados. Entende-se, portanto, que, além de um aumento nos ativos chineses em território estrangeiro, houve um acompanhamento da influência chinesa nas forças de segurança pública centro-asiáticas. Assim, é possível afirmar que a China não necessariamente compete com a Rússia em sua área de influência na Ásia Central, e sim, ocupa uma nova fronteira da segurança pública que independe das forças e ameaças militares tradicionais.

Antes de encerrar a análise desta dissertação deve-se destacar a importância dos demais atores no âmbito da Ásia Central. Apesar do trabalho ter focado predominantemente na China e por vezes usado como contrapeso às variáveis russas, esses não são os únicos países com interesse na região. Primeiramente, vale mencionar o Paquistão e a Índia como novos membros da OCX, demonstrando

um interesse considerável e inclusive buscando novas maneiras de se integrar com a região. Em um segundo momento, deve-se considerar o Irã que em 2023 será o mais novo membro da OCX, e que está do outro lado da Ásia Central - quando comparado a China - e possui uma importante reserva de hidrocarbonetos não só para as potências asiáticas, mas também para o mundo. Por fim, é fundamental mencionar a crescente presença da Turquia - que é parceira de diálogo da OCX - nos países da Ásia Central, tendo não apenas um importante papel na venda de armamentos, como também uma semelhança e influência cultural que se materializa na Organização dos Estados Turcos. Dentre todos os Estados mencionados, a Turquia apresenta maior potencial para colaborar com os interesses chineses na região, uma vez que seu território pode garantir a existência da ponte com a Europa, sem depender das terras russas. Porém o interesse turco em unificar economicamente os Estados turcos pode trazer novos desafios à integração econômica chinesa com a Ásia Central. Faz-se necessário por isso o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema.

Conclui-se que a diplomacia de Xi Jinping marca uma nova fase para a China com a ampliação de investimentos não apenas econômicos, mas também uma intensificação da presença securitária nos seus vizinhos, demonstrando a seriedade chinesa em proteger seus interesses e cidadãos no exterior. Isso pode ser observado tanto no aumento de investimentos em infraestrutura na região, como na maior presença das forças de segurança chinesas na Ásia Central desde 2013.

## REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav.; BUZAN, Barry. Why is there no non-Western international relations theory? An introduction. **International Relations of the Asia-Pacific**, Oxford, v. 7, n. 3, p. 287–312, 2007.

AEI, American Enterprise Institute and The Heritage Foundation. **China Global Investment Tracker**. Washington, DC, 2022. Public Policy Research. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 26 dez. 2022.

AIDDATA. Global Chinese Development Finance Dataset, Version 2.0. Williamsburg, VA: 2021. Disponível em: <https://www.aiddata.org/data/aiddatas-global-chinese-development-finance-dataset-version-2-0>. Acesso em: 26 dez. 2022

ALDEN, Chris; BARBER, Laura. Introduction: Seeking Security: China's Expanding Involvement in Security Cooperation in Africa. In: ALDEN, Chris *et al.* (org.). **China and Africa**. Cham: Springer International Publishing, 2018. p. 1–10. *E-book*. Disponível em: [http://link.springer.com/10.1007/978-3-319-52893-9\\_1](http://link.springer.com/10.1007/978-3-319-52893-9_1). Acesso em: 25 mar. 2021.

ALLEN, Kenneth; SAUNDERS, Phillip C.; CHEN, John. **Chinese Military Diplomacy, 2003–2016: China Strategic Perspectives**. Washington, D.C.: Center for the Study of Chinese Military Affairs - Institute for National Strategic Studies - National Defense University, 2017.

ARDUINO, Alessandro. **CHINA'S BELT AND ROAD INITIATIVE SECURITY NEEDS: The RSIS Working Paper**. Singapore: S. Rajaratnam School of International Studies, 2017. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep19927>. Acesso em: 11 ago. 2021.

ARRANZ, Adolfo; DUHALDE, Marcelo; HERNANDEZ, Marco. **Belt and Road Initiative**. Hong Kong, 2017. Disponível em: <http://multimedia.scmp.com/news/china/article/One-Belt-One-Road/gasPipeline.html>. Acesso em: 27 dez. 2022.

BULATKULOVA, Saniya. Trade Turnover Between Kazakhstan and China Grows by 33 Percent, Kazakh PM Reports. **The Astana Times**. Astana, 2022. Disponível em: <https://astanatimes.com/2022/11/trade-turnover-between-kazakhstan-and-china-grows-by-33-percent-kazakh-pm-reports/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

CGTN. **Infographic: A quick guide to SCO and its military cooperation**. online, 2018. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/3d3d414d7967444f77457a6333566d54/index.html>. Acesso em: 27 mar. 2021.

CHARAP, Samuel; DRENNAN, John; NOËL, Pierre. Russia and China: A New Model of Great-Power Relations. **Survival**, v. 59, n. 1, p. 25–42, 2017.



CHINA BELT AND ROAD NETWORK. **已同中国签订共建“一带一路”合作文件的国家一览 - 中国一带一路网**. “List of countries that have signed cooperation documents with China on the joint construction of the "Belt and Road" Beijing, 2022. Disponível em: <https://www.yidaiyilu.gov.cn/xwzx/roll/77298.htm>. Acesso em: 26 dez. 2022.

CHUNG, Chien-peng. The Shanghai Co-operation Organization: China's Changing Influence in Central Asia. **The China Quarterly**, Cambridge, v. 180, p. 989–1009, 2004.

CLARKE, Michael. “Making the Crooked Straight”: China's Grand Strategy of “Peaceful Rise” and its Central Asian Dimension. **Asian Security**, London, v. 4, n. 2, p. 107–142, 2008.

CUSTER et al. Custer, S., Dreher, A., Elston, T.B., Fuchs, A., Ghose, S., Lin, J., Malik, A., Parks, B.C., Russell, B., Solomon, K., Strange, A., Tierney, M.J., Walsh, K., Zaleski, L., and Zhang, S. 2021. **Tracking Chinese Development Finance: An Application of AidData's TUFF 2.0 Methodology**. Williamsburg, VA: AidData.

DAVE, Bhavna; KOBAYASHI, Yuka. China's silk road economic belt initiative in Central Asia: economic and security implications. **Asia Europe Journal**, vol. 16, 2018, p. 267-281

DEVONSHIRE-ELLIS, Chris. China To Build Military Bases In Tajikistan. *Em*: SILK ROAD BRIEFING. 2 nov. 2021. Disponível em: <https://www.silkroadbriefing.com/news/2021/11/02/china-to-build-military-bases-in-tajikistan/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

DOSHI, Rush. Hu's to blame for China's foreign assertiveness? *Em*: BROOKINGS. 22 jan. 2019. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/hus-to-blame-for-chinas-foreign-assertiveness/>. Acesso em: 2 jun. 2023.

DREYER, June Teufel. The Xinjiang Uygur Autonomous Region at Thirty: A Report Card. **Asian Survey**, Berkeley, v. 26, n. 7, p. 721–744, 1986.

DU, Julan; ZHANG, Yifei. Does One Belt One Road initiative promote Chinese overseas direct investment?. **China Economic Review**, Amsterdam, v. 47, p. 189–205, 2018.

EURASIANET. **China makes fresh forays into gold mining sector in Tajikistan | Eurasianet**. New York, 2022. Disponível em: <https://eurasianet.org/china-makes-fresh-forays-into-gold-mining-sector-in-tajikistan>. Acesso em: 5 jan. 2023.

EURASIANET. **Report: Tajikistan to yield share in aluminum plant to China | Eurasianet**. New York, 2019. Disponível em: <https://eurasianet.org/report-tajikistan-to-yield-share-in-aluminum-plant-to-china>. Acesso em: 5 jan. 2023.

FAN, Anqi; BAI, Yunyi. China-Kazakhstan BRI cooperation a “benchmark” that bears fruitful results: Chinese ambassador. *Em*: GLOBAL TIMES. 16 maio 2023. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202305/1290803.shtml>. Acesso em: 23 jun. 2023.

FERREIRA, Kelly de Souza. **CHINA E A ÁSIA CENTRAL: Petróleo, Segurança e os Estados Unidos**. 2012. 94 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Institute de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2012.

FIRUZ, Iskandar; ABDULLO, Shahlo. **Соглашение “за семью печатями”:** “Талко” перейдет под контроль Китая? Prague, 2019. Disponível em: <https://rus.ozodi.org/a/30306597.html>. Acesso em: 5 jan. 2023.

FOREIGN BROADCAST INFORMATION SERVICE (FBIS). **Daily Reports: China**. FBIS-CHI-91-050, 14 March 1991 [Reston, VA]: Readex.

FRANK, Andre Gunder. **ReOrient: global economy in the Asian Age**. Berkeley: University of California Press, 1998.

FRAVEL, M. Taylor. International Relations Theory and China’s Rise: Assessing China’s Potential for Territorial Expansion. **International Studies Review**, Oxford, v. 12, n. 4, p. 505–532, 2010.

GARCIA, Zenel. **China’s Western Frontier and Eurasia: the politics of state and region-building**. New York.: Routledge, 2022.

GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 1981.

GLOBAL TIMES. Kazak and chinese employees jointly guard the 10,000Km Central Asia-China gas pipeline. **Global Times**, 04 jan. 2018. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/content/1083344.shtml> Acesso em: 28 mar. 2021.

GORDEYEVA, Mariya. China buys into giant Kazakh oilfield for \$5 bln. **Reuters**, Astana, 7 set. 2013. Money News. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/oil-kashagan-china-idINDEE98602D20130907>. Acesso em: 26 dez. 2022.

GROWTH LAB. The Growth Lab at Harvard University. **The Atlas of Economic Complexity**. Cambridge, MA: 2022. Disponível em: <http://www.atlas.cid.harvard.edu>. Acesso em: 26 dez. 2022

HAAS, M. de. **The Shanghai Cooperation Organisation: towards a full-grown security alliance?** The Hague: Netherlands Institute of International Relations Clingendael, 2007. E-book. Disponível em: <https://www.clingendael.org/publication/shanghai-cooperation-organisation-towards-full-grown-security-alliance>. Acesso em: 25 dez. 2022.

HAO, Tian. Chapter 3. China's Conditional Aid and Its Impact in Central Asia. *Em*: LARUELLE, Marlène (org.). **China's Belt and Road Initiative and its impact in Central Asia**. Washington, D.C.: The George Washington University, Central Asia Program, 2018.

HEATH, Timothy. Forces Available to protect chinese interests abroad. *In*: **China's pursuit of overseas security**. Santa Monica: Rand Corporation, 2018.

HU, Weixing. Xi Jinping's 'Major Country Diplomacy': The Role of Leadership in Foreign Policy Transformation. **Journal of Contemporary China**, Denver, v. 28, n. 115, p. 1–14, 2019.

IISS, International Institute for Strategic Studies (org.). **The Military Balance: Annual assessment of global military capabilities and defense economics**. London: Routledge, 2023.

INDIA, Ministry of External Affairs. SCO Summit under India's Chairmanship. *Em*: MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS. 30 maio 2023. Disponível em: [https://mea.gov.in/press-releases.htm?dtl/36622/SCO\\_Summit\\_under\\_Indias\\_Chairmanship](https://mea.gov.in/press-releases.htm?dtl/36622/SCO_Summit_under_Indias_Chairmanship). Acesso em: 21 jun. 2023.

JALIL, Ghazala Yasmin. China's Rise. **Strategic Studies**, Islamabad, v. 39, n. 1, p. 41–58, 2019.

JANES, I.H.S. People's Republic of China: Country Profile. **Jane's Sentinel Security Assessment - China And Northeast Asia**, 2015.

JANES, I.H.S. People's Republic of China: Country Profile. **Jane's Sentinel Security Assessment - China And Northeast Asia**, 2017.

JARDINE, Bradley; LEMON, Edward. In Russia's shadow: China's rising security presence in Central Asia. **Kennan Cable**, v. 52, n. May, p. 351-68, 2020.

JIN, Wang; DEHANG, Kong. Counter-Terrorism cooperation between China and Central Asia States in the Shangai Cooperation Organization. **World Scientific**, Singapura, vol. 5, n.1 p. 65-79.

KACHIGA, Jean. **The Rise of China and International Relations Theory**. New York: Peter Lang Publishing, 2021.

KE, YinBin. **人民画报-中国企业“一带一路”建设路线图**. Beijing, 2018. Disponível em: [http://www.rmhb.com.cn/zt/ydyl/201808/t20180809\\_800137820.html](http://www.rmhb.com.cn/zt/ydyl/201808/t20180809_800137820.html). Acesso em: 26 dez. 2022.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. 4th eded. Boston: Longman, 2012.

KISSINGER, Henry (org.). **On China**. New York, NY: Penguin Books, 2011.

KYRGYZ REPUBLIC. National Statistical Committee Of The Kyrgyz Republic.

**Investment:** 4.04.00.07 Enterance of direct foreign investment by countries. Bishkek, 2022. Disponível em: <http://www.stat.kg/en/statistics/investicii/>. Acesso em: 26 dez. 2022.

LARIONOVA, Anna. **Navoiazot to increase PVC production capacity**. Moscow, 2021. Disponível em: <https://www.mrchub.com/news/392527-navoiazot-to-increase-pvc-production-capacity>. Acesso em: 5 jan. 2023.

LARUELLE, Marlène (org.). **China's Belt and Road Initiative and its impact in Central Asia**. Washington, D.C.: The George Washington University, Central Asia Program, 2018.

LEMON, Edward. Talking up terrorism in Central Asia. **Kennan Cable**, n. 38, 2018.

LEMON, Edward; JARDINE, Bradley. Central Asia's Multi-vector Defense Diplomacy. **Kennan Cable**, v. 68, n. June, p. 1-12, 2021.

LENG, Alyssa; RAJAH. **Global trade through a US-China lens | The Interpreter**. Sydney, 2019. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/chart-week-global-trade-through-us-china-lens>. Acesso em: 28 mar. 2021.

LEVATHES, Louise. **When China Ruled the Seas: the Treasure Fleet of the Dragon Throne, 1405-1433**. New York: Open Road Distribution, 2014.

LI, Mingjiang. From Look-West to Act-West: Xinjiang's role in China–Central Asian relations. **Journal of Contemporary China**, London, v. 25, n. 100, p. 515–528, 2016.

LI, Mingjiang. The Belt And Road Initiative: geo-economics and Indo-Pacific security competition. **International Affairs**, vol. 96, n.1, 2020, p. 169-187

LI, Ling. Politics of Anticorruption in China: Paradigm Change of the Party's Disciplinary Regime 2012–2017. **Journal of Contemporary China**, Denver, v. 28, n. 115, p. 47–63, 2019.

LIN, Zhimin. Xi Jinping's 'Major Country Diplomacy': The Impacts of China's Growing Capacity. **Journal of Contemporary China**, Denver, v. 28, n. 115, p. 31–46, 2019.

LIBRARY OF CONGRESS (org.). **Kazakstan, Kyrgyzstan, Tajikistan, Turkmenistan, and Uzbekistan: country studies**. 1st eded. Washington, D.C: Federal Research Division, Library of Congress : For sale by the Supt. of Docs., U.S. G.P.O, 1997. (Area handbook series).

LOEWE, Michael; SHAUGHNESSY, Edward L. (org.). **The Cambridge history of ancient China: from the origins of civilization to 221 B.C**. Cambridge, UK ; New York: Cambridge University Press, 1999.

LU, Han. Striving for Coordinated Development of SCO and BRI. **China Int'l Stud.**, v. 77, p. 82, 2019.

LU, Na-Xi; HUANG, Meng-Fang; LU, Shan-Bing. How the Belt and Road Initiative can help strengthen the role of the SCO and Deepen China's cooperation with Russia and the Countries of Central Asia. **India Quarterly**, Nova Delhi, vol. 75, n. 1, p. 56-68, 2019

MARAT, Erica. "China's Expanding Military Education Diplomacy in Central Asia", **PONARS Eurasia Policy Memo** nº697, George Washington University, 19 abr 2021

MAZARR, Michael J. *et al.* **Security Cooperation in a Strategic Competition**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2022. *E-book*. Disponível em: [https://www.rand.org/pubs/research\\_reports/RRA650-1.html](https://www.rand.org/pubs/research_reports/RRA650-1.html).

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of Great Power politics**. New York: Norton, 2001.

MIKHAYLENKO, Ekaterina; OSPANNOVA, Aigerim; LAGUTINA, Maria. The SCO and security cooperation. *Em*: MAROCHKIN, Sergey; BEZBORODOV, Yury. **The Shanghai Cooperation Organization**. 1. ed. London: Routledge, 2022. p. 38–52. *E-book*. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781003170617/chapters/10.4324/9781003170617-5>. Acesso em: 21 jun. 2023.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e Dimensão Estratégica Dos Estados Unidos: das Rebeliões Na Eurásia à África Do Norte e Ao Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

NEDOPIIL WANG, Christoph. "**China Belt and Road Initiative (BRI) Investment Report 2021**": Green Finance & Development Center. Shanghai: Fanhai International School of Finance (FISF) Fudan University, 2022. Disponível em: <https://greenfdc.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/>.

NORDIN, Astrid H.M.; SMITH, Graham M. Friendly Rise? China, the West and the Ontology of Relations. *Em*: PAN, Chengxin; KAVALSKI, Emilian (org.). **China's rise and rethinking international relations theory**. Bristol, UK: Bristol University Press, 2022. (Bristol studies in East Asian international relations).

NYE, Joseph S. Power and Interdependence with China. **The Washington Quarterly**, Washington, v. 43, n. 1, p. 7–21, 2020.

OXFORD POLITICAL REVIEW. "This is an issue that makes me very nervous": John Mearsheimer on the US-China Rivalry. *Em*: OXFORD POLITICAL REVIEW. 12 jan. 2023. Disponível em: <https://oxfordpoliticalreview.com/amp/2023/01/12/this-is-an-issue-that-makes-me-very-nervous-john-mearsheimer-on-the-us-china-rivalry/> Acesso em: 15 maio 2023.

PAN, Chengxin; KAVALSKI, Emilian. Introduction: The Rise of China and Its Challenges to International Relations Theory. *Em*: PAN, Chengxin; KAVALSKI,

Emilian (org.). **China's rise and rethinking international relations theory**. Bristol, UK: Bristol University Press, 2022. (Bristol studies in East Asian international relations).

PAN, Chengxin; KAVALSKI, Emilian (org.). **China's rise and rethinking international relations theory**. Bristol, UK: Bristol University Press, 2022. (Bristol studies in East Asian international relations).

PANTUCCI, Raffaello. The Dragon's Cuddle: China's Security Power Projection into Central Asia and Lessons for the Belt and Road Initiative. In: ROLLAND, Nadège (org.). **Securing the Belt and Road Initiative: China's Evolving Military Engagement Along the Roads**. Seattle: The National Bureau of Asian Research, 2019. (NBR Special Report, v. 80).

PEOPLE'S DAILY *online*. **Chronology of China's Belt and Road Initiative**. Beijing, 2016. Disponível em: <http://en.people.cn/n3/2016/0624/c90883-9077342.html>. Acesso em: 26 dez. 2022.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (PRC). Ministry of Foreign Affairs. **“江泽民主席在“上海合作组织”成立大会上的讲话”** [Speech by President Jiang Zemin at the Founding Ceremony of the "Shanghai Cooperation Organization"]. Beijing, 2001.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (PRC), Information Office of State Council. **“East Turkistan” Terrorist Forces Cannot Get Away With Impunity**. New York, 2002. Disponível em: [http://un.china-mission.gov.cn/eng/zt/fk/200201/t20020121\\_8413909.htm](http://un.china-mission.gov.cn/eng/zt/fk/200201/t20020121_8413909.htm). Acesso em: 26 dez. 2022.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (PRC). **SCO “Peace Mission 2018” anti-terrorism exercise kicks off in Russia - Ministry of National Defense**. Shanghai, 2018. site oficial. Disponível em: [http://eng.mod.gov.cn/news/2018-08/27/content\\_4823426.htm](http://eng.mod.gov.cn/news/2018-08/27/content_4823426.htm). Acesso em: 27 mar. 2021.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (PRC). **China's National Defense in the New Era**. Beijing: Central Compilation & Translation Press, 2019.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (PRC). **The 14th Five-Year Plan For Economic And Social Development And Long Range Objectives Through The Year 2035 Of The People's Republic Of China**. Xinhua News Agency, Beijing: 2021.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (PRC). Ministry of Foreign Affairs, **Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road**. Beijing, 2015. official site. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/eng/topics\\_665678/2015zt/xjpcxbayzlt2015nnh/201503/t20150328\\_705553.html](https://www.fmprc.gov.cn/eng/topics_665678/2015zt/xjpcxbayzlt2015nnh/201503/t20150328_705553.html). Acesso em: 29 dez. 2022.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (PRC). **Full text of Xi Jinping's keynote speech at China-Central Asia Summit**. Beijing, 2023. official site. Disponível em: [http://english.www.gov.cn/news/202305/19/content\\_WS6467059dc6d03ffcca6ed305](http://english.www.gov.cn/news/202305/19/content_WS6467059dc6d03ffcca6ed305).



[html](#). Acesso em: 24 jun. 2023.

PODOMATIC. International Relations in China. [online.: Apresentado por Patrick Thaddeus Jackson e Daniel Nexon, 2022. mp4 (93min). Disponível em: [https://www.podomatic.com/podcasts/whiskeyindiaromeo/episodes/2022-06-19T19\\_13\\_13-07\\_00](https://www.podomatic.com/podcasts/whiskeyindiaromeo/episodes/2022-06-19T19_13_13-07_00). Acesso em: 13 mai. 2023.

POMFRET, Richard. Central Asian Economies: Thirty Years After Dissolution of the Soviet Union. **Comparative Economic Studies**, London, v. 63, n. 4, p. 537–556, 2021.

PORSHNEVA, Olga; RAKHIMOV, Mirzokhid; RAZINKOV, Sergey. The formation and institutional development of the SCO. *Em*: MAROCHKIN, Sergey; BEZBORODOV, Yury. **The Shanghai Cooperation Organization**. 1. ed. London: Routledge, 2022. p. 9–24. *E-book*. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781003170617/chapters/10.4324/9781003170617-3>. Acesso em: 21 jun. 2023.

PRADHAN, Ramakrushna; MOHANTY, Siba Sankar. Chinese Grand Strategies in Central Asia: The Role of Shanghai Cooperation Organization and Belt and Road Initiative. **Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences**, Shanghai, v. 14, n. 2, p. 197–223, 2021.

QIN, Yaqing. Development of International Relations Theory in China. **International Studies**, Los Angeles, v. 46, n. 1–2, p. 185–201, 2009.

QIN, Yaqing. A Relational Theory of World Politics. **International Studies Review**, Oxford, v. 18, n. 1, p. 33–47, 2016.

QIN, Yaqing. **A Relational Theory of World Politics**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/product/identifier/9781316869505/type/book>. Acesso em: 17 maio 2023.

REEVES, Jeffrey. China's Silk Road Economic Belt Initiative: Network and Influence Formation in Central Asia. **Journal of Contemporary China**, London, v. 27, n. 112, p. 502–518, 2018.

REPUBLIC OF KAZAKHSTAN. National Bank Of Kazakhstan. Republic Of Kazakhstan. **Statistics**: gross inflow of direct investment in kazakhstan from foreign direct investors (breakdown by residents' types of economic activities/countries/regions of kazakhstan). Astana, 2022. Disponível em: <https://www.nationalbank.kz/en/news/pryamye-investicii-po-napravleniyu-vlozheniya>. Acesso em: 26 dez. 2022.

REPUBLIC OF TAJIKISTAN. National Bank Of Tajikistan. **Direct foreign investments**: direct foreign investments in the republic of tajikistan by countries. Dushanbe, 2022. Disponível em: <https://nbt.tj/en/statistics/tavozuni-pardokhti-jt/sarmoyaguzori-oi-mustakimi-khorii/index.php>. Acesso em: 26 dez. 2022.

REPUBLIC OF UZBEKISTAN. The State Committee of the Republic of Uzbekistan on statistics. **Open Data Portal of the Republic of Uzbekistan:** investor-mamlakatlar bo'yicha asosiy kapitalga kiritilgan xorijiy investitsiyalar va kreditlar (mln.so'mda). Tashkent, 2022a. Disponível em: <https://olddata.gov.uz/en/datasets/7754>. Acesso em: 26 dez. 2022.

REPUBLIC OF UZBEKISTAN. **Archives of Exchange Rates.** Tashkent, 2022b. Disponível em: <https://cbu.uz/en/arkhiv-kursov-valyut/>. Acesso em: 17 dez. 2022.

RICKLETON, Chris. China Leads Russia in Contest for Kyrgyzstan's Airports | Eurasianet. **Eurasianet.** Almaty, 2014. Disponível em: <https://eurasianet.org/china-leads-russia-in-contest-for-kyrgyzstans-airports>. Acesso em: 29 dez. 2022.

ROBERTS, J. A. G. **A History of China.** London: Macmillan Education UK, 1999. *E-book.* Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/978-1-349-27704-9>. Acesso em: 30 maio 2023.

ROLLAND, Nadège *et al.* **Securing the Belt and Road Initiative: China's Evolving Military Engagement Along the Roads.** Seattle: National Bureau of Asian Research, 2019.

ROGERS, Roy. New Great Game in Central Asia: the return of China. *Contemporary Chinese Political Economy and Strategic Relations: an international journal*, vol. 6, n.1, 2020, p. 541-569

RUSLANOVA, Olga. How Kyrgyzstan Tries to Avoid 'Debt Trap'. *Em: CABAR.ASIA.* 28 jul. 2022. Disponível em: <https://cabar.asia/en/how-kyrgyzstan-tries-to-avoid-debt-trap>. Acesso em: 29 dez. 2022.

SALLES, Catherine. **Larousse des civilisations antiques.** Paris: Larousse, 2006.

SCO, (Shanghai Cooperation Organization). **DEVELOPMENT STRATEGY OF THE SHANGHAI COOPERATION ORGANIZATION UNTIL 2025.** Ufa: SCO, 2015a.

SCO, (Shanghai Cooperation Organization). **UFA DECLARATION By the Heads of Member States of the Shanghai Cooperation Organization.** Ufa: SCO, 2015b.

SCO, (Shanghai Cooperation Organization). **The Astana declaration of the Heads of State of the Shanghai Cooperation Organisation.** Astana: SCO, 2017.

SCO, (Shanghai Cooperation Organization). **The Dushanbe Declaration on the 20th Anniversary of the SCO.** Dushanbe: SCO, 2021. Disponível em: <http://eng.sectesco.org/news/20210917/782639.html>.



SCO, (Shanghai Cooperation Organization). **Samarkand Declaration by The Council of Heads of The Shanghai Cooperation Organization Member States.** SCO, , 2022. Disponível em: <https://indiainsco.in/docpdf/51>.

SCO, (Shanghai Cooperation Organization). **The Shanghai Cooperation Organisation.** online, 2023. site oficial. Disponível em: Acesso em: 21 jun. 2023.

SEIWERT, Eva. The SCO Will Not Fill Any Vacuums in Afghanistan. *Em:* THE OXUS SOCIETY. 30 set. 2021. Disponível em: Acesso em: 21 jun. 2023.

SENISE, Maria Helena Valente. Tratado de Nanquim (1842). *Em:* MAGNOLI, Demetrio (org.). **HISTORIA DA PAZ.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SHIH, Gerry. In Central Asia's forbidding highlands, a quiet newcomer: Chinese troops. *Em:* THE WASHINGTON POST. 18 fev. 2019. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/world/asia\\_pacific/in-central-asias-forbidding-highlands-a-quiet-newcomer-chinese-troops/2019/02/18/78d4a8d0-1e62-11e9-a759-2b8541bbbe20\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/in-central-asias-forbidding-highlands-a-quiet-newcomer-chinese-troops/2019/02/18/78d4a8d0-1e62-11e9-a759-2b8541bbbe20_story.html). Acesso em: 23 jun. 2023.

SHUBHAM. SCO Summit 2018: Why Turkmenistan is not part of the Eurasia security bloc. **One India.** New Dehli, 2018. Disponível em: <https://www.oneindia.com/feature/sco-summit-2018-why-turkmenistan-is-not-part-of-the-eurasia-security-bloc-2711428.html>. Acesso em: 26 dez. 2022.

SIM, Li-Chen; AMINJONOV, Farkhod. Statecraft in the Steppes: Central Asia's Relations with China. **Journal of Contemporary China**, London, p. 1–16, 2022.

SILVA, Athos Munhoz Moreira da. **A revolução nacional na China : entre autarquia e a dependência.** 2023. 240 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ppg Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/257472>. Acesso em: 28 maio 2023.

TAHLIL BAZAAR. **Onuf:Not necessarily link between political development & economic.** Tehran, 2021. Disponível em: <https://www.tahlilbazaar.com/news/88623/Onuf-Not-necessarily-link-between-political-development-economic>. Acesso em: 28 maio 2023.

TANNER, Harold Miles. **China: a history.** Indianapolis: Hackett Pub. Co, 2010.

TASS. К учениям ШОС “Мирная миссия” привлекут 5,5 тыс. военных, впервые включая белорусских [5.500 militares estarão envolvidos nos exercícios da Missão de Paz da SCO, incluindo bielorrussos pela primeira vez]. *Em:* TASS. 19 set. 2021. Disponível em: <https://tass.ru/armiya-i-opk/12449289>. Acesso em: 21 jun. 2023.

UNITED NATIONS (Central Asia). UN Geospatial. **Central Asia.** New York: United Nations, 2020. Map No. 3763 Rev. 8. Escala 1:800.000. Disponível em: <https://www.un.org/geospatial/content/central-asia>. Acesso em: 26 dez. 2022.

UNITED NATIONS (UN) 2022. **World Population Prospects 2022: Summary of**

**Results.** United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York. UN DESA/POP/2021/TR/NO.3 Disponível em: [https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/wpp2022\\_summary\\_of\\_results.pdf](https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/wpp2022_summary_of_results.pdf) Acesso em: 19 jun. 2023

UZDAILY. **Uzbekistan and China sign an agreement on the development of strategic cooperation in the development of the chemical and gas chemical industry.** Tashkent, 2022. Disponível em: <https://www.uzdaily.uz/en/post/76919>. Acesso em: 5 jan. 2023.

WANG, Jianwei. Xi Jinping's 'Major Country Diplomacy:' A Paradigm Shift? **Journal of Contemporary China**, Denver, v. 28, n. 115, p. 15–30, 2019.

WANG, Yuxiao; YU, Jiaxin. **2021年我国对外投资超9300亿元.** Xinhua, 2022. Disponível em: [http://mp.weixin.qq.com/s?\\_\\_biz=MzI4ODQ3MTE2NQ==&mid=2247546388&idx=1&sn=39320e2922e433b11582e6b6cd74995e&chksm=ec3f9706db481e10cb542adb21ac7c8d33aadbecae68c1b511ea8d2320b65a93d088d0bb1672#rd](http://mp.weixin.qq.com/s?__biz=MzI4ODQ3MTE2NQ==&mid=2247546388&idx=1&sn=39320e2922e433b11582e6b6cd74995e&chksm=ec3f9706db481e10cb542adb21ac7c8d33aadbecae68c1b511ea8d2320b65a93d088d0bb1672#rd). Acesso em: 26 dez. 2022.

WB, (World Bank). **GDP (current US\$) | Data.** Washington D.C, 2023. site oficial. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>. Acesso em: 27 mar. 2023.

WB, (World Bank). **Population, total | Data.** Washington D.C, 2023. site oficial. Disponível em: [https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?end=2021&name\\_desc=false&start=2021&view=bar](https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?end=2021&name_desc=false&start=2021&view=bar). Acesso em: 27 mar. 2023.

WEITZ, Richard (org.). **Kazakhstan and the new international politics of Eurasia.** Washington, D.C: Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program, 2008. (Silk road paper, v. 2008, July).

XANTHOS, Gregory. **With Kazatomprom Deal, China Secures Nuclear Fuel Supply and Enhances Ties With Kazakhstan.** online, 2021. site de notícias. Disponível em: <https://thedi diplomat.com/2021/06/with-kazatomprom-deal-china-secures-nuclear-fuel-supply-and-enhances-ties-with-kazakhstan/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

XI, Jinping. **Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era:** 19th National Congress of the Communist Party of China. Pequim: PRC, 2017. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/download/Xi\\_Jinping's\\_report\\_at\\_19th\\_CPC\\_National\\_Congress.pdf](http://www.xinhuanet.com/english/download/Xi_Jinping's_report_at_19th_CPC_National_Congress.pdf) Acesso em: 7 jun. 2023.

XINHUA. **President Xi proposes Silk Road economic belt.** Beijing, 2013. Disponível em: [https://www.chinadaily.com.cn/china/2013xivisitcenterasia/2013-09/07/content\\_16951811.htm](https://www.chinadaily.com.cn/china/2013xivisitcenterasia/2013-09/07/content_16951811.htm). Acesso em: 26 dez. 2022.

XINHUA. SCO “Peace Mission 2021” counter-terrorism drill concludes in Russia. *Em*: GLOBAL TIMES. 25 set. 2021. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202109/1235060.shtml>. Acesso em: 19 jun. 2023.

YAU, Niva; KLEY, Dirk van der. The Growth, Adaptation and Limitations of Chinese Private Security Companies in Central Asia. *Em*: THE OXUS SOCIETY FOR CENTRAL ASIAN AFFAIRS. 13 out. 2020. Disponível em: <https://oxussociety.org/the-growth-adaptation-and-limitations-of-chinese-private-security-companies-in-central-asia/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ZHAO, Tingyang. A Political World Philosophy in terms of All-under-heaven (Tian-xia). **Diogenes**, New York, v. 56, n. 1, p. 5–18, 2009.

ZHAO, Tingyang. Rethinking Empire from a Chinese Concept ‘All-under-Heaven’ (Tian-xia). **Social Identities**, London, v. 12, n. 1, p. 29–41, 2006.

ZHAO, Tingyang; HARROFF, Joseph E.; WESTAD, Odd Arne. **All under heaven: the Tianxia system for a possible world order**. Oakland, California: University of California Press, 2021. (Great transformations, v. 3).

ZHDANKO, Tat'iana Aleksandrovna. Sedentarisation of the nomads of Central Asia, including Kazakhstan, under the soviet regime. **International Labor Review**: International Labour Office, Geneva, v. 93, n. 6, p. 600-620, jun. 1966